



UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP - Instituto de Psicologia
Programa Eicos – Estudos Interdisciplinares de
Comunidades e Ecologia Social

AGENDA 21: INSTRUMENTO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS?

Karla Monteiro Matos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades de Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro

Maior - 2006

**AGENDA 21: INSTRUMENTO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
EM PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS?**

Karla Monteiro Matos

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Marta de Azevedo Irving

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Presidente, Prof^ª Dr^ª Marta de Azevedo Irving.
(Dra. em Oceanografia – USP/ EICOS - UFRJ)

Prof. Dr. Leonel Azevedo de Aguiar.
(Dr. em Comunicação Social – ECO/UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Frederico Loureiro.
(Dr. em Serviço Social – ESS/UFRJ)

Rio de Janeiro
Maio – 2006

Matos, Karla Monteiro

Agenda 21: Instrumento para a conservação da biodiversidade em parques nacionais brasileiros?/ Karla Monteiro Matos. - Rio de Janeiro:UFRJ/ IP/ EICOS 2006.

xi, 184f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IP/ Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2006.

Referências Bibliográficas: f. 96-101.

1. Agenda 21. 2. Conservação da biodiversidade. 3. Parques nacionais. 4. Sustentabilidade ambiental. 5. Psicologia Teses. I. Irving, Marta A. Orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. Título.

RESUMO

AGENDA 21: INSTRUMENTO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS?

Karla Monteiro Matos

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Marta de Azevedo Irving

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Este trabalho tem como objetivo investigar a Agenda 21 como um instrumento potencial em apoio às políticas públicas de conservação da biodiversidade em parques nacionais brasileiros. A investigação parte de uma base teórica que discute as complexidades e tendências da relação entre sociedade e natureza. Para tal, são discutidos alguns caminhos da Agenda 21 Local em suas contribuições potenciais para a conservação de parques nacionais, e a interpretação destes sobre o papel das Agendas 21 nesse processo. Os resultados da pesquisa indicam que existe uma integração incipiente destas políticas, mas também é evidente o reconhecimento que esta pode e deve ser potencializada, principalmente nos espaços formais de participação social. Neste contexto, dois temas emergem como centrais para esta integração, turismo sustentável e educação ambiental. No âmbito das políticas públicas, este trabalho assinala, de maneira evidente, a potencialidade da Agenda 21 como uma ferramenta para que sociedade e governos possam apoiar ações que integrem políticas de conservação da biodiversidade e políticas de desenvolvimento regional, em áreas de inserção de parques nacionais.

Palavras-chave: 1. Agenda 21. Conservação da biodiversidade. 3. Parques nacionais. 4. Sustentabilidade ambiental.

Rio de Janeiro

Maio - 2006

ABSTRACT

AGENDA 21: A TOOL FOR BIODIVERSITY CONSERVATION IN BRAZILIAN NATIONAL PARKS?

Karla Monteiro Matos

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Marta de Azevedo Irving

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

The present work aims at investigating the role of the Agenda 21 as a tool for biodiversity conservation public policies in Brazilian National Parks. This study is based on theories that can discuss the complexities and tendencies for society and nature relationship. For so, it presents some paths suggested by Local Agendas 21 to contribute to conserving National Parks biodiversity, as well as National Parks reflections upon the role of the Agendas 21 in the process. The outcomes of this research indicate that there is an incipient integration of these policies but it is also evident that both recognize it can and must be reinforced, mainly within formal social participation arenas. In this context, two themes emerge as crucial for this integration, sustainable tourism and environmental education. In the public policies scenario, this work emphasizes the Agenda 21's potentiality as a tool for society and governments to support actions that can combine biodiversity conservation and regional development policies in areas of National Parks.

Key-words: 1. Agenda 21. Biodiversity conservation. 3. National Parks. 4. Environmental sustainability.

Rio de Janeiro
Maio - 2006

Agradecimentos

À minha orientadora e professora Marta Irving, e aos professores Rosa Pedro e Maria Inácia pelas aulas e o apoio fundamental no campo teórico e acadêmico.

À turma de colegas do Eicos, em especial aos “amigos para sempre” Karla Celina, Maria Cecília, Marcio Ranauro e Fred Tavares.

A todas as pessoas que eu entrevistei para esta pesquisa.

Aos amigos e professores Drummond, Frederico Loureiro, Leonel e Samyra pelo carinho e por me darem dicas importantes de metodologia e teoria.

Ao Sérgio Bueno, companheiros da coordenação do Programa Agenda 21, e do MMA em geral, pelo apoio e paciência nos momentos difíceis, em especial ao meu querido Pedro Ivo.

À amiga Beatriz por me hospedar nos dias em que não dava para estudar em casa.

À Maria Alice, Susan, Vanessa, Maliza, Lili, pelo apoio amigo.

Aos meus queridos irmãos Regina, Júnior; sobrinhos Tatiana e Ítalo, e afilhada Ana Flávia.

À minha adorada mãe Lêda Maria e meu amigo e pai Hugo (falecido) que me ensinaram a estudar, a amar e a ter dignidade.

À oportunidade divina de crescer e melhorar pessoal e profissionalmente durante estes anos de mestrado.

Dedico esta dissertação especialmente ao músico inspirador e amor da minha vida Marcus Nabuco. É impossível exprimir em poucas linhas seu companheirismo, compreensão, atenção e amor durante esta jornada.

Muito obrigada, e de volta aos “planos”!

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - Da discussão sociedade-natureza à perspectiva de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento na agenda internacional	16
1.1 - Contextualizando o tema	16
1.2 - O conceito de sustentabilidade como uma premissa para a concepção de desenvolvimento em novas bases	25
CAPÍTULO 2 - A Agenda 21: do compromisso global à realidade brasileira	37
2.1 - A Agenda 21 Global	37
2.2 - As estratégias da Agenda 21 para a conservação dos recursos naturais renováveis	39
2.3 - A abordagem ambiental da Agenda 21 Brasileira	43
2.3.1 - Agendas 21 locais no Brasil	51
CAPÍTULO 3 - Conservação da biodiversidade em parques nacionais: tema central em políticas públicas no Brasil	56
CAPÍTULO 4 - Contextualização metodológica da pesquisa	66
4.1 - Etapas Metodológicas	66
CAPÍTULO 5 - Resultados da pesquisa e recomendações	73
5.1 – O universo possível de análise	73
5.2 - Os enfoques da pesquisa	75
5.2.1 - O olhar a partir das Agendas 21 locais	75
5.2.2 - O olhar a partir dos Parques nacionais	82
5.2.3 – A integração dos olhares	85

CAPÍTULO 6 - Considerações Finais	92
--	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
-----------------------------------	-----------

ANEXOS

Anexo 1 - Lista dos 40 capítulos da Agenda 21 Global

Anexo 2 - Lista das Agendas 21 Locais utilizada

Anexo 3 - Lista dos parques nacionais utilizada

Anexo 4 - Mapa dos parques nacionais no Brasil

Anexo 5 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

Anexo 6 - Roteiro do questionário para gestores das Agendas 21 Locais

Anexo 7 - Roteiro do questionário para diretores dos parques nacionais

Anexo 8 - Lista dos gestores de Agendas 21 Locais e diretores de parques nacionais entrevistados

Anexo 9 - Mapas dos parques nacionais e municípios limítrofes

Anexo 10 - Questionários respondidos pelos gestores das Agendas 21 locais

Anexo 11 - Questionários respondidos pelos diretores de parques nacionais

Anexo 12 - Matriz-síntese dos questionários respondidos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – FIGURA E QUADROS

Figura 1 - Gráfico de Porcentagens das Agendas 21 Locais Distribuídas por Região	54
--	----

Quadro 1 - Matriz síntese sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável e linhas estratégicas - utilizada pela CPDS na construção da Agenda 21	47
--	----

Quadro 2 - Síntese de municípios com Agenda 21 Local e Parques Nacionais	74
--	----

Apresentação

A civilização contemporânea tem vivido com o mito da inesgotabilidade dos recursos renováveis. Isto porque, na ótica da modernidade, os recursos naturais eram considerados ilimitados, deveriam ser dominados e transformados para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a prosperidade da humanidade. A relação da sociedade com a natureza era dirigida para “otimizar sua plena utilização como recurso para o progresso” (CHEVITARESE, 2003:2), apesar de a discussão sobre natureza como questão filosófica e conceitual estar presente na ação humana desde o período pré-socrático.

Na contemporaneidade, esta preocupação deixa de ser apenas idealizada. Busca-se, agora, alterar as subjetividades da sociedade e transformar a relação desta com a natureza por meio da concepção e da adoção de atividades políticas que, segundo Loureiro (2006), permitem a democratização de políticas públicas, fortalecendo o diálogo e um amplo debate e para a construção de uma nova sociedade. Estas práticas são baseadas no entendimento de que diferentes formas de percepção e ações individuais e coletivas emergem a partir de novas visões sobre a natureza, especialmente a partir do século XIX:

“[...] Os homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos. A plena compreensão desta mútua interpenetração do movimento reflexivo dos homens e da natureza, tendo como mediador as relações necessárias e em desenvolvimento conhecidas como sociedade, é o reconhecimento da necessidade, não apenas na natureza, mas em nós mesmos e portanto na sociedade” (CAUDWELL, 1937 *apud* FOSTER, 2005:27).

Neste sentido, Loureiro (2003) indica que o projeto de emancipação humana está associado à redefinição da inserção da sociedade na natureza, já que a existência de

uma sem a outra implica a continuidade dos modelos vigentes e, ainda, dos discursos redundantes e reducionistas. Este autor analisa a abordagem de Marx (1975), na qual as relações humanas com a natureza foram “práticas desde o início, relações estabelecidas pela ação”, ou seja, a sociedade transforma sua relação com o mundo criando suas próprias e novas relações, através de suas ações. Este é um processo dinâmico, no qual as demandas da natureza e da sociedade interagem, criando uma relação de interdependência e possibilitando a emergência de novas subjetividades, que alcancem a complexidade dos problemas do ambiente natural, como base para a ação.

A maioria dos estudos sociais e científicos sobre esses problemas do ambiente natural, no século XIX e no início do século XX, está centrada no que atualmente se acredita ser uma crise global na relação da sociedade com a natureza. Até meados do século passado, várias análises teóricas acerca desta temática se concentraram em duas questões principais: a idéia de que poderia haver limites à intervenção do homem sobre a natureza, e a questão das visões antropocêntrica *versus* ecocêntrica. Segundo Foster (2005), tradicionalmente, os sociólogos ambientais condenam o pensamento social clássico, que percebe a natureza como produto do desenvolvimento humano, a partir de uma abordagem instrumentalista da natureza, incapaz de considerar os limites naturais. Esta crítica conduz à emergência de uma profunda transformação na relação humana com a natureza.

Entretanto, essa tendência reflete-se, atualmente, em efeitos globais, como a perda da diversidade biológica. Alguns autores, como Guattari (1990), analisam que, simultaneamente às degradações ambientais, ocorre uma crescente deterioração dos modos de vidas individuais e coletivos, havendo, portanto, a necessidade do surgimento de novas relações entre a sociedade e a natureza.

A partir dos anos 1960, evoluiu-se de uma lógica de desenvolvimento sob a ótica do crescimento econômico, para um modelo hoje consagrado como norteador dos debates sobre desenvolvimento para este século e este milênio: o desenvolvimento sustentável. Esta é uma questão contraditória da contemporaneidade, pois muitos autores criticam o termo *desenvolvimento*, considerando-o um grande “engodo” (LEROY *et al.*, 2002:14), construído a partir de hipóteses baseadas no modelo dos países industrializados, o que leva à suposição de que há condições ecológicas para que todas as nações se desenvolvam da mesma forma. Para estes autores, o adjetivo *sustentável* foi apropriado por diferentes correntes ideológicas, provocando uma “disputa” (2002:16) pelo significado da palavra. Entretanto, a real noção de *sustentabilidade*¹ emergiu no contexto da utilização racional dos recursos naturais, com a tese de que é possível desenvolver – sem destruir – o meio ambiente.

Assim, garantir a *sustentabilidade ambiental* do desenvolvimento exige que se alcancem padrões de crescimento, associados à preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais. Estes padrões demandam ações políticas inovadoras, grande parte delas proposta na Agenda 21, para minimizar os danos ambientais e aprimorar a gestão dos ecossistemas. Nessa Agenda, as ações são organizadas em uma lista de prioridades, definida a partir de diálogo e consenso entre indivíduos de várias nações. Neste contexto, emerge a relação existente entre uma nova concepção de natureza (recursos naturais finitos), uma nova noção de desenvolvimento (ampliação da compreensão de que a meta por sustentabilidade é necessária para a sobrevivência de todas as espécies) e uma nova concepção da relação sociedade/natureza (práticas políticas participativas, que conduzem à utilização da natureza de forma sustentável, e

¹ Proposta por Lester Brown, do Worldwatch Institute (Leroy *et al.*, 2002).

promovem a criação de áreas protegidas, entre as quais parques nacionais (PNs)², para a conservação da biodiversidade).

O surgimento dos parques nacionais se deu nos Estados Unidos, no final século XIX, época em que estudos científicos e sociais concluíram que há uma “crise na relação da sociedade/natureza” e em que, na Europa, Karl Marx escrevia sobre as transformações das relações da sociedade com a natureza através de “ações políticas”. Na contemporaneidade, os parques nacionais são considerados áreas protegidas (APs)³ de grande relevância para a conservação da biodiversidade regional e global.

O objetivo desta pesquisa é interpretar o papel da Agenda 21 como um instrumento para políticas públicas de conservação da biodiversidade em parques nacionais brasileiros, considerando que a natureza da Agenda 21 é indissociável das noções de sustentabilidade ambiental e da relação sociedade/natureza. Para este estudo, a Agenda 21 é compreendida como um “guia para que governos e sociedade implementem políticas para o desenvolvimento sustentável”⁴, e como um processo legítimo, dinâmico, participativo e propositivo de alternativas possíveis para a ação política e a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento, nos quais o compromisso com a conservação da biodiversidade representa tema central.

Constituíram objetivos específicos desta pesquisa:

- Identificar e interpretar o “olhar” dos gestores das Agendas 21 locais quanto ao funcionamento de seus processos, nas perspectivas ambiental e social;

² Nesta dissertação, serão usadas as siglas PN para parque nacional e PNs, no caso do plural.

³ Nesta dissertação, serão utilizadas as siglas AP para área protegida e APs para o plural.

⁴ <http://www.mma.gov.br/Agenda21>

- Identificar e interpretar o “olhar” dos gestores dos parques nacionais quanto ao gerenciamento destas áreas protegidas, nas perspectivas ambiental e social;
- Interpretar a integração dos “olhares” dos gestores das Agendas 21 locais e dos parques nacionais sobre o papel das Agendas 21 locais para a conservação da biodiversidade nestas áreas protegidas, identificando potencialidades e vulnerabilidades desta integração.

Desta maneira, para esta investigação, parte-se da hipótese de que tanto a categoria de manejo de parques nacionais, quanto a própria Agenda 21, são reconhecidas como elementos articuladores das perspectivas social e ambiental do território, e buscam a integração de conceitos e práticas políticas que apontem para a sustentabilidade ambiental. Considerando que as Agendas 21 locais são instrumentos potenciais para a articulação de ações de desenvolvimento local e regional, elas podem fomentar a participação da sociedade no debate sobre políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade em PNs.

A investigação parte de uma base teórica que discute diferentes visões da relação sociedade/natureza, na perspectiva da “complexidade”⁵, visando possibilitar a percepção da “multidimensionalidade do real, constituído de (e constituinte da) inter-relação das partes com as partes, das partes com o todo, e do todo com as partes, interagindo-se reciprocamente”⁶ (GUIMARÃES *et al.*, 2006:11). Esta reflexão discute

⁵ Para esta dissertação, complexidade “[...] não se reduz ao reflexo de uma realidade complexa no pensamento. A complexização do mundo é o encontro do ser em vias de complexização com a construção do pensamento complexo. Isto implica repensar toda a história do mundo a partir da cisão entre o ser como ente, do ‘erro platônico’ que deu falsos fundamentos à civilização ocidental: que engendrou a ciência moderna como dominação da natureza; que produziu a economia do mundo e implantou a lei globalizadora e totalizadora do mercado” (LEFF, 2003:17).

⁶ Este pensamento provém da “abordagem relacional”, cujo fundamento está nas ações baseadas no estudo das relações para a criação de condições para um conhecimento integrado do mundo, considerando a complexa rede de conexões existentes entre seus componentes físico-químicos, biológicos, socioeconômicos e culturais. Abordagem que possibilita uma maior aproximação em relação à complexidade da realidade socioambiental (MORAES, 2003).

caminhos possíveis da Agenda 21, em sua perspectiva potencial para a conservação de recursos naturais. Sob esta ótica, a presente pesquisa busca compreender se as Agendas 21 (locais) e os parques nacionais se integram e interagem de forma a maximizar seus objetivos comuns. Com este objetivo, foram então identificadas 9 Agendas 21 locais (geridas pelo Poder Público), associadas a 10 parques nacionais brasileiros.

A estrutura desta dissertação está dividida em 6 capítulos, conforme a seguinte descrição:

O capítulo 1, intitulado “Da discussão sociedade-natureza à perspectiva da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento na agenda internacional”, discute teoricamente fatores e correntes sobre a relação sociedade e natureza, e os marcos conceituais e críticos que fazem emergir a questão da sustentabilidade ambiental no cenário internacional.

No capítulo 2, intitulado “A Agenda 21: do compromisso global à realidade brasileira”, é analisado um dos principais documentos elaborados na última década acerca da sustentabilidade ambiental na agenda internacional, a Agenda 21, tendo a temática da “conservação dos recursos naturais” como foco de análise. Na perspectiva desta Agenda, analisa-se, ainda, o desafio das Agendas 21 locais de integrar as políticas públicas.

O capítulo 3 – “Conservação da biodiversidade em parques nacionais: tema central de políticas públicas no Brasil” – analisa a temática da conservação da biodiversidade, a partir de alguns instrumentos de políticas públicas para áreas protegidas no País, com foco especial em parques nacionais.

O capítulo 4 – “Contextualização metodológica da pesquisa” – descreve a opção metodológica da pesquisa. São apresentados os critérios que definiram o levantamento e

a seleção das Agendas 21 locais a serem investigadas e, a partir desta seleção, os parques nacionais, objeto de interpretação. As etapas metodológicas também são descritas neste capítulo.

O capítulo 5 – “Resultados da pesquisa e recomendações” – analisa os resultados desta investigação, por meio da interpretação dos “olhares” dos gestores das Agendas 21 locais e dos diretores dos parques nacionais associados, e interpreta as temáticas prioritárias para ações políticas de conservação da biodiversidade em parques nacionais, a partir dessas Agendas 21. Neste capítulo, são também apresentadas e discutidas algumas contribuições possíveis para a integração de políticas públicas referentes ao objeto deste estudo.

Com este trabalho, espera-se, a partir da reflexão acadêmica, apoiar o processo de integração de políticas públicas capazes de fomentar a participação social nas estratégias de conservação da biodiversidade brasileira.

CAPÍTULO 1

Da discussão sociedade-natureza à perspectiva de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento na agenda internacional

1.1. Contextualizando o tema

“[...]a natureza é atual e presente; não há necessidade de recorrer ao mito ou à reminiscência para se desvelar o resíduo: basta olhar para descobrir-lhe a existência.”

Clément Rosset

Historicamente, a atividade humana sempre gerou impactos sobre os ecossistemas. À medida que a população mundial foi aumentando, fixando-se em cidades e ampliando seus conhecimentos sobre os recursos naturais, o ser humano foi “se afastando” da natureza, como valor intrínseco, para exercer seu domínio sobre ela. Este afastamento afetou profundamente não só o modo de viver da sociedade e sua relação com a natureza, como também a percepção do ser humano no que se refere à sua integração com todos os seres vivos e com os demais elementos naturais do planeta. Esses problemas são, em última instância, reflexos do predomínio da “idéia da existência de oposição entre homem e natureza” (VIANNA *et al.*, 1994), sobre a qual vários autores propuseram reflexões e ofereceram importantes contribuições.

Para Thomas (1983, *apud* DIEGUES, 2002), o domínio do homem sobre a natureza foi e é pré-condição básica da história humana. Thomas (*op cit.*) sugere que

filósofos do início da era moderna tendiam a assumir uma visão antropocêntrica⁷ do mundo. Para este autor, a exploração do mundo natural, e não sua gerência, sempre foi o tema dominante, e a condição especial e superior do homem, com seu conseqüente domínio sobre todos os seres vivos, era dessa forma justificada. Ainda segundo Thomas (*op cit.*), na Inglaterra, até o século XVIII, havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo domesticado, e os campos cultiváveis eram considerados as únicas áreas que tinham valor. Em toda a Europa Ocidental, a domesticação dos animais era tida como o ponto mais alto da humanização. Esta humanização foi intensificada a partir da era moderna, com o crescimento das cidades e da industrialização, o que impôs uma nova relação entre homem e natureza, afastando ainda mais a conexão entre eles. Segundo Gomez-Pompa & Kaus (1992), o ambiente natural e o mundo urbano eram vistos como uma dicotomia, e a preocupação central costumava estar relacionada às ações humanas, que afetavam negativamente a qualidade de vida, de acordo com os padrões dominantes de urbanização.

Nessa época, a visão centrada no homem, que passou a simbolizar sua segregação da natureza, começou a ser questionada com o aparecimento da história natural, no século XVIII, quando os naturalistas se dedicaram a aprofundar seus estudos sobre a “natureza” em si. Era o início da divulgação do trabalho de investigação e catalogação de espécies, com a finalidade de conservar a natureza.

Nesta cronologia, importantes conquistas, como a criação, em 1872, da primeira área pública para a proteção da natureza, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, constituíram marcos para “proteger a vida selvagem (*wilderness*)

⁷ “[...] a visão antropocêntrica [...] opera na dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo através da ciência moderna e da tecnologia. A natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem” (Diegues, 2002: 43).

ameaçada [...] pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2002:38). Essa conquista foi propiciada pelas idéias preservacionistas que surgiram na Europa, no século XVIII, e pelo avanço da história natural, fundamental para a noção de conservação da natureza, não apenas definida em seus aspectos técnico-científicos, mas em aspectos mais amplos, incluindo os sociais.

Diegues (*op cit.*) afirma que existem modos diferenciados de se perceber a ruptura do homem com a natureza. Um dos enfoques nessa direção se origina na Ecologia Profunda, cujos princípios básicos, desenvolvidos por Arne Naess, Bill Devall, George Sessions e Warwick Fox (NAESS *et al.*, *apud* DIEGUES, 2002), se resumem no seguinte enunciado:

“A vida humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não têm direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; o florescimento da vida humana e das culturas são compatíveis com um decréscimo substancial da população humana” (Diegues, 2002:44).

O segundo enfoque possível é o da Ecologia Social, cujos princípios, desenvolvidos por Murray Brookchin (1964, *apud* DIEGUES, 2002), afirmam que os seres humanos primeiramente devem ser compreendidos como seres sociais. A Ecologia Social propõe uma visão mais ampla e integrada da relação sociedade e natureza, fala sobre uma sociedade em transformação, mas “[...] considera o equilíbrio e a integridade da biosfera como um fim em si mesmo, insistindo que o homem deve mostrar um respeito consciente pela espontaneidade do mundo natural” (DIEGUES, 2002:46).

Por outro lado, o enfoque do ecossocialismo⁸ surgiu das críticas à leitura dogmática e ortodoxa de Marx, e considera que as forças da natureza são fundamentais para a explicação do funcionamento das sociedades pré-capitalistas, devendo ser consideradas efetivamente no processo de constituição das sociedades capitalistas; Skibberg (1974, *apud* DIEGUES, 2002) afirma que a infra-estrutura não é composta somente pelas forças produtivas de trabalho e pelas relações sociais de produção, mas também pelas forças produtivas da natureza; e Moscovici (1975) propõe um “novo naturalismo”. Para este autor, não se pode entender a natureza separada da sociedade, já que esta vive na natureza, a transforma, e dela depende para sobreviver. Em outras palavras, o ser humano se reproduz a partir do que ele cria.

Nesse sentido, Moscovici dirige suas idéias a uma crítica à oposição entre culturalismo e naturalismo. Segundo Diegues (2002), citando Moscovici, o culturalismo é definido como um conjunto de idéias que se apóia sobre a história, a cultura e a sociedade, que vê a natureza como uma enfermidade do homem. Já o naturalismo, quando faz a síntese entre os pólos e não recai em um reducionismo biológico, promove a integração entre os dois. Parte-se do princípio de que “o homem é natureza e a natureza, seu mundo” (DIEGUES, 2002:48). Esse pensamento, além de resgatar a natureza humana e relacionar o homem ao seu ambiente natural, permite perceber que ambos, ao mesmo tempo, se integram e são sujeitos aos processos de transformação, que são inerentes ao mundo.

.Conforme este autor, o naturalismo está sofrendo mudanças profundas, que passam de uma objeção ao culturalismo para uma nova posição de proteção à natureza.

⁸ Hoje, “o ecossocialismo retém os objetivos emancipatórios do socialismo da ‘primeira época’, ao mesmo tempo em que rejeita tanto os objetivos reformistas da social-democracia quanto as estruturas produtivistas das variações burocráticas do socialismo” (LOWY, 2005:88).

Esse “novo” pensamento conduz a sociedade a ver que “a natureza não é uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio. Ao contrário, ela é a diversidade; a criação constante de diversidades, de existência complementar de cada espécie” (DIEGUES, 2002:50). O problema se encontra na forma predatória de intervenção, que está historicamente enraizada nas atividades humanas de sobrevivência, e resiste às mudanças profundas necessárias para a conservação da natureza.

Nesse contexto, segundo Moscovici (1974, *apud* DIEGUES, 2002), o novo naturalismo surge baseado em três aspectos: 1) o homem produz o meio que o cerca e é seu produto; é habitual a intervenção do homem na natureza; 2) a natureza é parte da história, ela é histórica e a história é natural; 3) é a coletividade, não o indivíduo, que se relaciona com a natureza. Sobre este último ponto, a sociedade se torna diversidade, e conseqüentemente, criação constante de diversidades (DIEGUES, 2002). Assim, o novo naturalismo propõe uma sociedade em que a natureza é uma realidade presente, constante e inerente ao homem e que, como parte da natureza:

“[...] provocamos equilíbrios e desequilíbrios naturais, aparecemos como reguladores e construtores de sua arquitetura. A ação, sob esse ponto de vista, uma vez recolocada em sua direção verdadeira, reduz a distância e a estranheza de nossa relação com a ordem das coisas, o afastamento do organismo individual e coletivo em face dessa ordem [...]. Urge certamente a volta, mas não a volta à natureza e sim a volta dentro da natureza.” (MOSCOVICI, 1975:365).

Toda essa reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza constitui o ponto de partida para se investigar as conseqüências das atividades antrópicas sobre o ambiente natural e os meios para a mitigação de tais ações. Nesse sentido, destaca-se a teoria da “alienação”⁹, desenvolvida nas obras iniciais de Karl Marx¹⁰, que procurou

⁹ A alienação é produzida e produz formas sociais capitalistas de expropriação, o que resulta, entre outros fatores, no dualismo entre sociedade e natureza (Loureiro, 2003).

caracterizar e explicar o “estranhamento da humanidade em relação à sua sociedade e sua natureza [...]” (EDGAR & SEDGWICK, 2003:24), se constituindo em um dos “pioneiros da denúncia da espoliação da natureza” (LOUREIRO, 2006a:76). Conforme Edgar e Sedgwick (2003), para Marx, a humanidade distingue-se de todas as outras espécies de animais por sua habilidade, não apenas de transformar seu ambiente, mas de transformá-lo e moldá-lo através da atividade consciente. Na psicologia social, a lógica da alienação foi recentemente utilizada para ser aplicada às “subjetividades” da vida moderna no ambiente urbano, diferentemente da visão de Marx, que é considerada independente de qualquer percepção subjetiva (EDGAR & SEDGWICK, 2003:25). Ainda, quando interpretada como “vendabilidade universal”, a alienação destaca-se pela caracterização de que tudo é transformado em mercadoria, incluindo os seres humanos e a sociedade, que se torna fragmentada, em indivíduos isolados, distantes da totalidade¹¹ (MESZÁROS, 2006:36).

O conceito marxista de “falha metabólica”¹², discutido por Foster (2005), decorre da relação humana com a natureza – entre a cidade e o campo, entre os seres humanos e a terra – e desenvolve uma crítica da degradação da natureza, que antecipava grande parte do pensamento ambiental da atualidade. Nesse sentido, Loureiro (2003) infere que as causas da degradação da natureza “são determinadas por um conjunto de variáveis interconexas das categorias capitalismo/modernidade/industrialismo/tecnocracia”. Para este autor, o sentido de dominação da natureza se traduz, hoje, na dominação de elites econômicas e políticas sobre a sociedade e “[...] nas relações

¹⁰ Apesar de o marxismo ainda estar longe de preencher o seu atraso em refletir a questão ecológica, segundo Lowy (2005), a mesma é o grande desafio para a renovação do pensamento de Marx

¹¹ Aqui, totalidade implica a unidade sociedade-natureza.

sociais específicas que resultam na degradação da base de sustentação da vida [...]. Essa é a raiz do problema antropocêntrico que precisa ser superado” (LOUREIRO, 2006:147).

Para Guattari (1990), o rápido “progresso” técnico-científico e, conseqüentemente, a utilização dos recursos naturais, somados ao acelerado aumento da população, fazem com que o domínio da tecnologia para a conservação da natureza seja uma das questões urgentes a serem definitivamente resolvidas. Segundo este autor, o paradoxo entre este “progresso” e a conservação da natureza é encontrado em todos os lugares: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o *re*-equilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. Na verdade, na contemporaneidade, para o funcionamento desses meios técnico-científicos, é necessário considerar a inevitável inter-relação “das sociedades”¹³, em seus aspectos sociais, políticos e culturais, e buscar uma interlocução com estas, a fim de divulgar estes meios, debatê-los e capacitar as sociedades para que possam utilizá-los, de forma sinérgica e contínua. Nesse sentido, conforme Morin (*apud* PENA-VEGA, 2003), a degradação do ambiente natural é relacionada à incapacidade da ciência de fornecer uma visão de mundo compatível com as aspirações e necessidades do homem, sendo

¹² Segundo Foster (2005), o conceito de “metabolismo” foi empregado por Marx para definir o trabalho como um processo pelo qual o homem controla o metabolismo entre ele e a natureza, mas uma “falha” surgiu devido à produção capitalista e à separação entre cidade e campo.

¹³ Aqui, o termo é usado no plural, uma vez que a diversidade étnica, cultural, religiosa, tecnológica etc. expressa os diferentes arranjos que agrupamentos humanos encontraram para poder viver e conviver em grupo.

preciso, portanto, “captar a relação Vida/Homem/Natureza numa perspectiva globalizante, isto é, admitir que a biosfera e o sistema social têm confluência” (PENAVEGA, 2003:43).

A ciência moderna postulou como meta o controle da realidade natural e da realidade social, para que fossem explicadas pela teoria e modificadas pela técnica. De fato, a ciência é produzida conforme os objetivos dos que detêm o controle das relações de poder, dos interesses econômicos, variando conforme os momentos político-sociais na história. Nestes momentos, a problemática ambiental pode constituir-se em um questionamento do que seja essa ciência e essa tecnologia, por meio quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado, e que podem resultar em desastres ecológicos e alienação. Ao abordar esta problemática na perspectiva da complexidade ambiental, Leff (2003) infere que o projeto de desconstrução da ciência objetiva, do domínio da natureza e da gestão racional do meio ambiente se torna emergente e necessário, abrindo uma nova reflexão sobre a “hibridação” do conhecimento na interdisciplinariedade e a inserção da subjetividade dos valores e interesses nas estratégias de apropriação da natureza. Percebe-se, portanto, saídas para a crise ecológica da atualidade, orientadoras da reconstrução da sociedade e suas formas de ser, de entender, de gerir e de agir politicamente sobre a realidade.

Nessa perspectiva, a efetiva integração entre sociedade e natureza, baseada no entendimento do amplo debate existente em torno desta relação, e na capacidade coletiva de transformar a lógica do funcionamento do movimento da vida e da sociedade, requer um olhar dirigido à interpretação de patrimônio natural, e de que forma este se insere nas prioridades contemporâneas.

“Uma vez que recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza, e levar isso a uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem construídos pela sociedade, seja transformando-a radicalmente ou apenas reformando-a, não é das tarefas mais modestas que se possa pensar” (LOUREIRO, 2006:119).

Do mito da inesgotabilidade da natureza, atravessando o preservacionismo, o naturalismo, o conservacionismo, o ecossocialismo, o século XXI se inicia com o desenvolvimento sustentável e o socioambientalismo que, apesar de ainda serem importantes modelos a seguir, não produzem soluções concretas nem para uma mudança nos padrões científicos e sociais, nem para uma consistente associação entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento, questão central, atualmente, no cenário global.

O conceito de desenvolvimento, ainda hoje, subordina a sustentabilidade ao mercado e à ideologia que o rege mas, com a perspectiva da integração da sociedade nestes debates, pode-se passar a entender tal conceito como um processo em que a gestão econômica, social e ambiental possa ser realizada pelo conjunto da sociedade, incluindo novas subjetividades e redefinindo princípios sociopolíticos orientadores da gestão de recursos naturais. Para este trabalho, a participação da sociedade é de fundamental importância, no amadurecimento do debate sobre o que se coloca hoje acerca da biodiversidade e os instrumentos para sua conservação, no contexto do cenário socioambiental mundial.

1.2. O conceito de sustentabilidade como uma premissa para a concepção de desenvolvimento em novas bases

Segundo Morin (2002), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2002:55), sugerindo, portanto, que o homem e a natureza são indissociáveis. Entretanto, vários fatores contribuíram para que a evolução da perspectiva de desenvolvimento humano estivesse historicamente centrada na perspectiva econômica, e não nos aspectos humanos complexos das sociedades contemporâneas.

O modelo de desenvolvimento centrado na economia contribuiu para um distanciamento ainda maior entre a sociedade e a natureza, e desde o início considerou a natureza como uma mera provedora de recursos necessários à produção (AFONSO, 1999). A partir do século XIX, principalmente, o crescimento de bens foi considerado base do desenvolvimento, sendo os avanços tecnológicos e as descobertas científicas representativos de soluções para que a sociedade prosperasse. Nesse contexto, e partindo de uma abordagem histórica, a avaliação do desenvolvimento se baseou em indicadores econômicos, que não revelavam a realidade da sociedade e a necessidade intrínseca de se monitorar e corrigir os danos sociais e ambientais.

Paradoxalmente, segundo SACHS (2004), a noção de desenvolvimento traz consigo a promessa da modernidade, propiciada por uma mudança estrutural da sociedade. Sua idéia implica a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher as grandes lacunas entre as cidades e a periferia, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada dos trabalhadores pobres. Essa

perspectiva revela-se até certo ponto utópica, já que, na prática, o desenvolvimento “moderno” centralizou seus objetivos no crescimento econômico. Conforme Latouche (1994): “Sabe-se que a modernidade é um projeto global que reserva um grande lugar para a economia, ao passo que o desenvolvimento não é somente uma política econômica e sim uma reforma de toda a sociedade [...] O objetivo é puramente mimético. Ele nunca é atingido, portanto” (LATOUCHE, 1994:77).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente no início dos anos 1970, emerge, finalmente, uma forte corrente em defesa da natureza. A partir de então, a questão ambiental passa a se constituir em um importante foco de ação política por parte de dezenas de segmentos e grupos sociais que integram a sociedade, e o movimento ambientalista¹⁴ chamou a atenção da sociedade para o estilo de desenvolvimento vigente que, destituído de maiores preocupações em conservar a natureza, provocava danos irreversíveis ao patrimônio natural. A lógica dessa modalidade de desenvolvimento, que predominou no mundo pós-revolução industrial, teve como premissa recorrente que a base dos recursos naturais era ilimitada. Essa perspectiva era justificada pela crença no progresso técnico e tecnológico capaz de tudo substituir infinitamente, e sem danos para o “bem-estar” da sociedade (CONSTANZA, 1994). Assim, emerge um antagonismo, no modo de pensar essas questões, entre as tendências desenvolvimentista e preservacionista. Dessas duas tendências surgiu a perspectiva conservacionista que, por sua vez, passou a introduzir a temática da conservação da natureza como elemento transversal dos processos de desenvolvimento.

¹⁴ O ambientalismo, por sua vez, se firmou como um fenômeno coletivo internacional a partir do pós-guerra, embora tenha as suas raízes na segunda metade do século XX. Inicialmente foi tido como movimento de naturalistas, mas as suas ações e denúncias foram ganhando espaço na opinião pública, demonstrando que a sociedade estava interessada no conjunto de valores representado pela natureza (MCCORMICK, 1992).

É o ano de 1972¹⁵ que traz, finalmente, um marco nesta transição. Nesse ano, um grupo de cientistas e pensadores integrantes do “Clube de Roma” divulgou o importante relatório denominado “Limites do Crescimento”, demonstrando, através de modelos matemáticos, que a continuidade do crescimento demográfico e econômico, nos moldes utilizados até então, levaria à escassez de recursos, poluição, fome e doenças, culminando com grande mortalidade das populações humanas (FRANCO, 2001). Em suas conclusões, o grupo defendeu a diminuição do crescimento populacional mundial para a geração de estabilidade ecológica e econômica (MEADOWS *et al.*, 1972).

Em sintonia com a repercussão deste documento, neste mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano (CNUMAH) ou Conferência de Estocolmo, na Suécia, reuniu, pela primeira vez, representantes de diversas nações para debater sobre as conseqüências ambientais das atividades do desenvolvimento. Esta conferência incluiu, entre seus temas de discussão, o crescimento populacional e a conservação ambiental, trazendo uma nova percepção sobre os recursos naturais, e convocando as nações a refletirem sobre um novo papel político que governos e sociedades deveriam exercer, com relação aos impactos negativos sobre a natureza decorrentes das atividades econômicas e dos hábitos humanos.

Segundo Franco (2001), esta conferência foi marcada por discussões sobre meio ambiente *versus* desenvolvimento, com destaque para a defesa, por parte dos países mais ricos, de um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais, através de medidas preventivas de aplicação imediata. Ao mesmo tempo, os

¹⁵ Nos anos 1970, os debates sobre o meio ambiente encontravam-se ainda polarizados, de um lado pela abordagem *neomalthusiana*, centrada na explosão populacional e, de outro, pelas propostas de solução que convergiam para o nível das políticas domésticas individuais de cada país, estando os países industrializados preocupados apenas com seus próprios interesses (KITAMURA, 1994).

demais países questionaram estas recomendações, por entenderem que as exigências de controle ambiental que estavam sendo propostas iriam encarecer e retardar a industrialização em seus territórios, e que os países ricos que estavam propondo estes controles haviam implantado suas grandes indústrias justamente com o uso, em larga escala, dos recursos renováveis. Este antagonismo de posições entre ambos os blocos de países contribuiu para retardar a evolução deste debate na sociedade, cujos efeitos crescentes são sentidos até hoje. Segundo Leroy *et al.* (2002:14),

“O que existe hoje no mundo é uma enorme iniquidade na apropriação dos recursos e da energia retirados da natureza. Uma minoria de cerca de 20% da humanidade consome cerca de 80% desses recursos, produzindo ao mesmo tempo cerca de 80% da poluição e da degradação ambiental que ameaçam o planeta como um todo [...]”.

Entretanto, nos anos 1980, surge uma nova inspiração para a continuidade dos debates internacionais. O documento “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”, produzido em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), propôs uma nova relação entre meio ambiente e desenvolvimento, conduzida pela noção de sustentabilidade, “emprestada das ciências biológicas” (LEROY *et al.*, 2002). É neste contexto que emerge o conceito de desenvolvimento sustentável¹⁶, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias

¹⁶ São três os aspectos fundamentais que norteiam o debate do desenvolvimento sustentável: em primeiro lugar, a proposta de desenvolvimento sustentável rompe com a noção de equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico, até recentemente apreendida como dogma; em segundo, ele questiona a verdade de um padrão de desenvolvimento mais ou menos contínuo, linear e harmônico, aplicável para as sociedades instaladas ao longo de um mesmo eixo tendencial; finalmente, ele coloca em cheque a idéia de que existe apenas uma única maneira e direção para a modernização ocorrer e esta deve ser seguida por todas as sociedades humanas (IRVING, 1998: 136).

necessidades” (BRUNDTLAND, 1987:12). Este documento não ignorou as diferenças entre os povos e países e propôs uma política de consenso, visando alcançar “[...] uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica [...] como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações [...]” (LEFF, 2001:19).

Nesse sentido, a necessidade de se empreender esforços destinados à proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade passou a ser definida como uma prioridade internacional, tornando-se fundamental para a elaboração e promoção de instrumentos legais. Esta seria uma agenda internacional de cooperação entre os países, que incorporava iniciativas de buscar a distribuição proporcional de responsabilidades entre nações ricas e pobres, focalizando o ambiente natural sob uma ótica global (KITAMURA, 1994), modificando a estrutura do embate entre países, estabelecido durante a CNUMAH.

A partir de então, as preocupações voltaram-se fortemente para as questões relativas à biodiversidade, como uma nova temática para o confronto entre países, o que renovou as demandas dos movimentos sociais em defesa da natureza, na década de 1970, pela “questão ecológica”. Até então, os parques nacionais (PNs), como áreas de conservação da biodiversidade, eram ignorados pela maioria da população, provavelmente devido ao desconhecimento de seu valor social, de sua utilidade para recompor danos causados à natureza e, ainda, devido à ausência de recursos humanos e financeiros (principalmente em países da América Latina) para sua manutenção, funcionamento para uso público, e para a divulgação de seus atrativos.

A “era do desenvolvimento sustentável” ampliou o acesso e favoreceu estudos sobre a questão dos PNs, o que afetou profundamente esta perspectiva. Entretanto, para

melhor entender esta questão, é necessário, ainda, resgatar o ano de 1992, quando foi realizada, no Rio de Janeiro, a “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” (CNUMAD)¹⁷, também conhecida como Cúpula da Terra ou Rio 92. Este evento, que reuniu 102 chefes de Estado para discutir o binômio meio ambiente e desenvolvimento, teve como objetivos “[...] elaborar estratégias que permitissem interromper e reverter os efeitos da degradação ambiental” (CNUMAD, 1997:9), e possibilitar um amplo reconhecimento, no âmbito internacional, do esgotamento do modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório e socialmente excludente vigente. Segundo Layargues (1998), na época, a sociedade, em geral, mantinha (como em Estocolmo), uma postura antropocêntrica, utilitarista, sendo o homem considerado como o centro de todas as coisas, e a proteção ambiental era apenas interpretada em função dos benefícios trazidos ao ser humano.

Com os desdobramentos dos trabalhos empreendidos durante a Rio 92, foram propostas quatro convenções internacionais: Convenção para o Combate à Desertificação; Convenção para os Oceanos; Convenção das Mudanças Climáticas¹⁸ e a Convenção da Diversidade Biológica. Nesta última, foi acordada a recomendação de que os países deveriam implementar políticas nacionais de biodiversidade integradas às demais políticas setoriais, envolvendo ações voltadas à preservação, à conservação, ao uso e ao manejo sustentável da biodiversidade. Para atender a estes princípios, os países deveriam promover uma série de ajustes legais, implantar novos mecanismos de proteção e uso de sua biodiversidade, ampliar a base do conhecimento, financiar

¹⁷ Contou com a participação de 175 países e cerca de 10.000 representantes de organizações não-governamentais (ONGs), que se reuniram em um fórum paralelo conhecido como Fórum Global.

¹⁸ Incluindo os objetivos de estabilizar a concentração de gases na atmosfera, precavendo-se contra o efeito-estufa e assegurar a preservação da produção alimentar.

pesquisas na área, e estabelecer normas de criação de unidades de conservação (UCs)¹⁹ da natureza.

Foram também acordadas, na ocasião, uma declaração e uma agenda: a Declaração do Rio, um tratado em prol das sociedades sustentáveis e da responsabilidade global, e a Agenda 21, documento amplo que expressa o compromisso global dirigido ao desenvolvimento sustentável²⁰. Ressalta-se, nesta perspectiva, o conceito de sustentabilidade, em seus três objetivos principais: eficiência econômica, igualdade social e integridade ambiental (KLINK, 2001). Segundo Klink (2001), eficiência econômica é a contabilização dos custos diretos e indiretos, incluindo aqueles que afetarão as gerações futuras, na utilização dos recursos naturais; igualdade social refere-se aos padrões de distribuição de benefícios e ganhos entre as várias classes sociais, considerando conflitos de interesse entre grupos em níveis local, nacional e global; e integridade ambiental significa estabilidade biológica e física dos ecossistemas. A biodiversidade, segundo este autor, é um componente fundamental da integridade ambiental, devido ao papel que ela desempenha na manutenção e integridade dos ecossistemas e sua capacidade de recuperação após a ocorrência de impactos.

Para que o conceito de sustentabilidade possa ser operacional, Klink (*op cit*) sugere os seguintes princípios:

¹⁹ Nesta dissertação, serão usadas as siglas UC para unidade de conservação e UCs para o plural.

²⁰ Atualmente, poucos conceitos têm sido tão utilizados e debatidos como o de desenvolvimento sustentável. Entretanto, para este trabalho, é necessário aprofundar os conceitos de sustentabilidade.

- Equanimidade: o uso de recursos naturais e ecossistemas deve satisfazer às necessidades atuais e reter recursos e opções para o futuro, mas também deve considerar a distribuição dos benefícios obtidos pelo seu uso entre as diferentes classes sociais;
- Uso e conservação: o uso dos recursos naturais e ecossistemas deve estar dentro dos limites da capacidade de suporte do ambiente, o que requer a conservação da diversidade biológica, especialmente no nível funcional;
- Transferência entre escalas de atuação: as questões ambientais devem ter uma perspectiva global, além da regional e da local.

Sustentabilidade, com base nestes princípios, explicita as interações entre os sistemas físico, biológico e socioeconômico. Entretanto, Cavalcante (2002) defende que não existe um único caminho para se alcançar a sustentabilidade, partindo da premissa de que a complexidade das sociedades humanas faz com que cada situação deva ser compreendida em seus desafios específicos. O autor infere que é possível estabelecer referências que orientem o processo de busca de sustentabilidade, e coloca a noção de sustentabilidade ambiental como limitante ao processo de crescimento econômico. Porém, para Acserald e Leroy (1999),

“A noção de sustentabilidade como preocupação ambiental embutida em modelos de desenvolvimento vem sofrendo modificações em seu conteúdo e significado [...] buscando traduzir em projetos de mudança do paradigma dominante do desenvolvimento, com bases em princípios de justiça social, ancorados no dinamismo dos atores sociais da construção democrática” (ACSERALD & LEROY, 1999:24).

Para que o conceito de sustentabilidade seja aplicado em sua totalidade, com base na redefinição de princípios éticos e sociais para a implementação de políticas públicas, é necessário complexificá-lo e inseri-lo em bases mais amplas, que contemplem a dinâmica socioeconômica e a complexidade ambiental de forma

integrada. Aprofundando esta perspectiva, Guimarães (1997) propõe quatro dimensões para a reflexão sobre a sustentabilidade: ética, temporal, social e prática. Estas se expressam isoladas, ou de forma combinada, nas várias dinâmicas que informam o processo de construção social do desenvolvimento sustentável. O autor, ao nomeá-las dinâmicas socioambientais, concebe-as como complementares, segundo as seguintes abordagens:

- sustentabilidade ecológica – base física do processo de crescimento e que tem como objetivo a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais incorporado às atividades produtivas;
- sustentabilidade ambiental – relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas associados de absorver ou se recuperar das agressões derivadas da ação humana (ação antrópica), implicando um equilíbrio entre as taxas de emissão e/ou produção de resíduos e as taxas de absorção e/ou regeneração da base natural de recursos;
- sustentabilidade demográfica – revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos e implica cotejar os cenários ou as tendências de crescimento econômico com as taxas demográficas, a composição etária e os contingentes de população economicamente ativa esperados;
- sustentabilidade cultural – necessidade de se manter a diversidade de culturas, valores e práticas existentes no planeta, no país e/ou numa região, as quais integram, ao longo do tempo, as identidades dos povos;
- sustentabilidade social – visa promover a melhoria da qualidade de vida e a redução dos níveis de exclusão social, através de políticas de justiça redistributiva;
- sustentabilidade política – relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos, através do fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e de

implementação das políticas públicas em escala global; diz respeito ainda ao Governo e à governabilidade nas escalas local, nacional e global;

- sustentabilidade institucional – necessidade de se criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições, cujo desenho e aparato levem em conta critérios de sustentabilidade.

Mas sustentabilidade não se constitui em objetivo a ser atingido, e sim num processo contínuo! Esta noção de continuidade de processo é essencial para a assimilação do que seja a sustentabilidade, pois implica um investimento gradual e coletivo da sociedade (JOST, 2002:36). Os diversos instrumentos criados e disponibilizados, desde 1992, permitem maior politização das práticas conjuntas da sociedade e governos, e são constantemente aprimorados e modificados, através de erros e acertos, para acompanhar o movimento do processo da sustentabilidade.

Para a contextualização das questões do presente trabalho, se faz importante retomar a discussão de sustentabilidade no seu viés ambiental. Nesta perspectiva, toma-se emprestado o conceito de MacLaren, que elabora uma série de categorias de pesquisa, podendo estas ser utilizadas por diferentes territórios, como possíveis indicadores de “sustentabilidade ambiental”. Estas categorias²¹ são: a) mínimo impacto no ambiente natural; b) recursos renováveis – taxa de uso sustentável; c) Recursos não-renováveis – mínimo uso; d) eficiência no consumo de recursos; e) diversidade; f) biodiversidade. Segundo este autor, o conceito de conservação da biodiversidade global é expresso pela somatória de ações de conservação de um determinado local,

²¹ As outras duas categorias de pesquisa são a de desenvolvimento econômico, a longo prazo, equidade intergerações e equidade intragerações.

constituindo instrumento de avaliação e monitoramento da sustentabilidade ambiental da área estudada.

Mecanismos que possibilitam a medição dos índices de sustentabilidade ambiental, além de proporcionarem bens e serviços para as atividades humanas, permitem a assimilação dos resíduos e detritos gerados pela sociedade. Constanza *et al.* (1997) estima que o valor dos serviços de ecossistemas e capital natural representa 33 trilhões de dólares anuais globalmente, uma estimativa média entre um mínimo de 16 e um máximo de 54 trilhões de dólares, aproximando-se a quase duas vezes o PIB mundial. No Brasil, estima-se que este valor atinja 45% do PIB, considerando-se o impacto da atividade agroindustrial, da extração de madeiras e da pesca, e tendo em vista que a conservação desses recursos é estratégica para as políticas públicas no Brasil.

Segundo Irving (2000), é provável que uma das questões centrais para o futuro do país seja o entendimento de que a questão ambiental não se dissocia dos compromissos sociais do desenvolvimento e, ainda, que os recursos naturais se constituem em capital ambiental e biocapital. Portanto, nesta perspectiva, a noção de sustentabilidade está intimamente relacionada, de um lado, com o equilíbrio entre a capacidade da natureza de se recompor e de regenerar os ecossistemas e, de outro lado, com a transformação das atitudes dos seres humanos para que, através do desenvolvimento, sejam efetivamente construídas as sociedades sustentáveis. Estes aspectos constituem a base de inspiração para a presente pesquisa.

Acredita-se, neste cenário, que a Agenda 21 possa se constituir em um dos importantes instrumentos de operacionalização de políticas para práticas ambientais sustentáveis. Para tal, é necessário, primeiramente, compreender a constituição deste

documento, para que, a partir daí, se possa buscar o modo pelo qual seria possível consolidar sua efetiva contribuição.

CAPÍTULO 2

A Agenda 21: do compromisso global à realidade brasileira

“Precisamos divulgar experiências de Agendas 21 locais e com base nelas revermos, repensarmos a Agenda 21 Global e, conseqüentemente, a Brasileira.”
Gilney Viana & Sérgio Bueno da Fonseca

2.1. A Agenda 21 Global

A Agenda 21 é uma “*soft-law*”²² aprovada e assinada por 179 nações, que se comprometeram a implementá-la não como uma agenda ambiental, mas como a “maior base” para a reversão da degradação do planeta e construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, que viabilize a sobrevivência das gerações atuais e futuras. Considerada um documento de amplo consenso diplomático, esta Agenda é composta por 40 capítulos (Anexo 1) e 800 páginas, contendo compromissos nas áreas que afetam a relação entre a base de recursos naturais e o desenvolvimento, em quatro seções:

- dimensões sociais e econômicas – sobre as políticas internacionais que podem apoiar a concretização do desenvolvimento sustentável, as estratégias de combate à pobreza e à miséria e a introdução de mudanças nos padrões de produção e de consumo;
- conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento – sobre o manejo dos recursos naturais (incluindo atmosfera, solos, água, florestas, biodiversidade) e dos resíduos e substâncias tóxicas;

²² Significa que não é um documento normativo, não obriga os países signatários a implementá-la.

- fortalecimento do papel dos principais grupos sociais – sugere ações necessárias para promover a participação da sociedade civil;
- meios de implementação – trata dos mecanismos financeiros e dos instrumentos jurídicos para a implementação de projetos e programas com vistas ao desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 parece contemplar “a tudo e a todos”, mas é objeto de críticas por manter o mercado e a economia como categorias centrais, gerando denúncias como “despolitizada [...], com princípios genéricos” (GADOTTI, 2000), e “[...] que submete o desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico [...] só depois se apela para a participação [...], e constrói o consenso do pensamento único, não democrático” (LEROY *et al.*, 2002:18).

Acsehrad & Leroy, ainda, questionam a legitimidade da Agenda 21 com a pergunta: “Será que os economistas que gerem o país, ao repetir essas fórmulas e experimentar essas receitas, foram influenciados pela Agenda 21 ou será que a Agenda 21 era um jogo de cartas marcadas?” (LEROY & ACSELRAD, 1999:18). Entretanto, essa mesma corrente crítica assume que

“[...] não se pode negar que a Agenda 21 salienta de modo genérico a responsabilidade dos países industrializados na crise ambiental global. [...] ela convida de forma ‘igualitária’ todos os países e setores sociais a participar do grande mutirão comum, e, ao fazê-lo, torna todos igualmente responsáveis, se não pelo passado, pelo menos pelo futuro” (LEROY *et al.*, 2002).

Outra contribuição da Agenda 21 para o novo paradigma de desenvolvimento foi o aprimoramento do debate da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, e para este estudo, é importante analisar a seção “b”, da Agenda 21 Global, referente à conservação dos recursos naturais, visando entender como esta questão é tratada por este documento,

e estabelecer alguns “elos” de reflexão a respeito da importância desta temática para as Agendas 21 locais.

2.2. As estratégias da Agenda 21 para a conservação dos recursos naturais renováveis

Durante a realização da Cúpula do Milênio, promovida pela ONU no ano de 2000, líderes de 189 países firmaram um compromisso, cujo foco principal era combater a pobreza e a fome no mundo. Deste pacto surgiu o documento “Declaração do Milênio”, cujos princípios se basearam nos resultados do conjunto de Conferências promovidas pela ONU, na década de 1990, entre elas a CNUMAD, quando a Agenda 21 Global foi assinada. Esta declaração estabeleceu oito “objetivos do milênio” (ODM) e 18 metas, a serem atingidos até o ano de 2015. Para o Cerqueira e Facchina (2005),

“Há uma estreita sintonia entre as prioridades da Agenda 21 e os objetivos e metas de Desenvolvimento do Milênio. [...] A oportunidade de tirar-se o máximo proveito da experiência da Agenda 21 para o atendimento dos ODM é dada porque, no conjunto de instrumentos direcionados à sustentabilidade do desenvolvimento, possivelmente, a Agenda 21 seja o mais completo, em termos de setores e temas transversais tratados e, sobretudo, o que mais permeou os diferentes setores da sociedade e níveis de governo” (CERQUEIRA & FACCHINA, 2005:14).

O sétimo ODM, “Garantir a sustentabilidade ambiental” tem como meta integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais para reverter a perda de recursos naturais, e propõe o indicador “fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total [do país]” (id., p.10). A escolha por este indicador parece confirmar que os signatários da Declaração do Milênio consideraram políticas de criação e implementação de APs fundamentais para se

avaliar a sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento, perspectiva enfatizada na Agenda 21, que ainda “precisa desses indicadores que possam apontar aos cidadãos e aos políticos o rumo da evolução das condições de vida da sociedade [*e do meio ambiente*]” (id., p.15). Percebe-se, portanto, forte relação entre estes instrumentos de governança global, que podem se complementar e se retroalimentar, na medida em que são implementados, monitorados e avaliados²³. Além disso, é importante resgatar a visão de alguns críticos, como Acselrad e Leroy (1999) que consideram que a Agenda 21 condiciona a idéia de sustentabilidade ambiental ao crescimento econômico, para avaliar políticas públicas de sustentabilidade e construir o debate em bases democráticas e participativas.

De fato, a segunda e maior seção da Agenda 21 Global, que se refere à conservação dos recursos naturais²⁴, é intitulada “Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento”. Se, para a conservação da natureza são necessários mecanismos efetivos para a proteção de áreas de grande valor em biodiversidade e de controle do uso sustentável de recursos naturais, este capítulo coloca frente a frente conservação e desenvolvimento.

Esta sessão é abrangente, sendo dividida em 14 capítulos: a) proteção atmosférica, abordagem integrada para o planejamento e gerenciamento de recursos da terra; b) combate ao desmatamento; c) gerenciamento de ecossistemas frágeis: combate à desertificação e à seca; d) gerenciamento de ecossistemas frágeis: desenvolvimento

²³ No Brasil, esta associação está sendo articulada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

²⁴ No que diz respeito aos recursos naturais, ao longo do último século, a Terra perdeu cerca de 50% de suas florestas úmidas e, em certas regiões, a cobertura florestal chegou a ser reduzida em 90% (PNUD, 2000). O WWI prevê que até 2050 o desmatamento, o aquecimento global, causado pela emissão de gases poluentes na atmosfera, e a pesca predatória, entre outros fatores, terão extinguido da superfície terrestre um terço das espécies que a habitam. Cerca de 34 mil espécies vegetais e 5.200 animais estão em risco de extinção, conforme dados divulgados na convenção.

sustentável das montanhas; e) promoção da agricultura sustentável e desenvolvimento rural; f) conservação da diversidade biológica; g) gerenciamento ambiental da biotecnologia; h) proteção dos oceanos, todos os tipos de mares, incluindo baías, áreas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos; i) proteção da qualidade e suprimento de recursos hídricos: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gerenciamento e uso de recursos hídricos; j) gerenciamento ambiental de produtos químicos e tóxicos, incluindo a prevenção de tráfico internacional ilegal; l) gerenciamento ambiental de lixo tóxico, incluindo a prevenção contra o tráfico internacional ilegal; m) gerenciamento ambiental de dejetos sólidos e questões relativas a esgoto urbano; o) gerenciamento seguro de lixo radioativo (SENADO FEDERAL, 1997).

O Capítulo 15 desta seção, por sua vez, preconiza, em sua base para a ação que:

“[...] não obstante todo o esforço dos últimos 20 anos, a perda da biodiversidade, principalmente pela destruição dos habitats, produção agrícola em larga escala, poluição e introdução inapropriada de plantas e animais exóticos têm continuado. [...] É necessária uma ação decisiva e urgente para conservar e manter genes, espécies e ecossistemas, com a visão para o gerenciamento sustentável e o uso dos recursos biológicos. [...] A participação e o suporte das comunidades locais são elementos essenciais para o sucesso desta abordagem. [...] Os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos de acordo com suas políticas ambientais, bem como a responsabilidade de conservar sua diversidade biológica [...]” (SENADO FEDERAL, 1997:256).

Este capítulo busca desenvolver e integrar estratégias nacionais para a conservação da diversidade biológica às estratégias e/ou planos nacionais de desenvolvimento e, ainda, “pressionar para a pronta entrada em vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica, com a mais ampla participação possível” (*op cit.*), de forma definitiva e crescente na pauta dos Estados, com ênfase nos países signatários da

Agenda 21 e da Convenção da Diversidade Biológica – CDB²⁵, ambos acordados na Rio 92. Mas, apesar de a Agenda 21 entender que, para o desenvolvimento de estratégias de conservação é necessário “promover o desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável das regiões adjacentes às áreas protegidas, com vistas a aumentar a proteção dessas áreas” (SENADO FEDERAL, 1997:261), ela não prevê diretamente ações relacionadas à criação, à sistematização de dados e informações, meios de implementação, ou gestão de APs. Além disso, a Agenda 21 refere-se amplamente à importância da implementação da CDB em diversos itens do capítulo 15, mas não propõe ações concretas que possam contribuir diretamente para esta convenção.

Tanto a Convenção da Diversidade Biológica quanto a Agenda 21 destacam, entre outros aspectos, a associação da conservação com o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, valorizando o conhecimento das comunidades locais. A CDB estabelece, no item “e” do artigo 8, que “[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais [...] relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade e incentivar sua mais ampla aplicação” (UNEP, 1994:22) é um dos deveres das partes que a ratificaram.

Nesse sentido, o processo de gestão e planejamento local e regional constitui importante alternativa estratégica, pois viabiliza a expressão dos interesses locais, em um processo de negociação com os usos e práticas nas áreas destinadas à preservação plena e seus entornos (MARTINEZ, 1995). Quanto ao seu aspecto local, esse

²⁵ A regulamentação do acesso à biodiversidade, a sua conservação, o seu estudo e uso sustentável são objetos de tratado ambiental global, a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, assinada por 175 países durante a Rio 92. Por ser uma convenção “quadro”, ou seja, que estabelece objetivos, deixando sob a responsabilidade das “partes”, ou países, que a ratificaram, a forma de implementar a convenção em seu país, o Brasil, como um dos países signatários, está criando a sua própria estratégia de implementação da CDB.

compromisso pode ser observado no capítulo 28 da seção 3 da Agenda 21, intitulado “Iniciativas das autoridades locais para o apoio da Agenda 21”, que indica que “cada autoridade local deve promover o diálogo com os cidadãos, organizações locais e empresas privadas para adotarem a Agenda 21 Local. Através de um processo de consulta e construção de consenso, as autoridades deverão absorver dos cidadãos e das organizações locais, civis, da comunidade, das empresas e da indústria as informações necessárias para a formulação de estratégias locais mais apropriadas” (SENADO FEDERAL, 1997:233).

Referindo-se particularmente à Agenda 21, Ribas (2001) infere que há uma tendência dos setores vinculados às ciências humanas em considerá-la uma garantia de direitos democráticos, de equidade social. No campo das ciências naturais, no entanto, uma pauta central se dirige à conservação da biodiversidade, um dos objetivos desta investigação. Neste sentido, a implementação da Agenda 21 torna evidente que mobilizar os diferentes segmentos da sociedade para participar desse processo social de ação política (no qual os atores negociam, constroem e atuam sobre uma Agenda possível focada na sustentabilidade ambiental) para a conservação da biodiversidade, é fundamental para o seu funcionamento.

2.3. A abordagem ambiental da Agenda 21 Brasileira

No Brasil, a elaboração da Agenda 21 começou no ano de 1996, quando a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente coordenou a realização de uma série de seminários para discutir os aspectos relativos à metodologia para a sua

construção. As conclusões desses seminários, acrescidas de relatórios técnicos²⁶, serviram de insumos para a primeira versão dessa metodologia, apresentada à Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional (CPDS)²⁷ em 1997. O documento preliminar Agenda 21: “Metodologia e roteiro de trabalho” foi exaustivamente discutido por esta Comissão.

“A metodologia de trabalho aprovada pela CPDS selecionou as áreas temáticas e determinou a forma de consulta e construção do documento Agenda 21 Brasileira. A escolha dos temas centrais foi feita de forma a compreender a complexidade do país e suas regiões dentro do conceito da sustentabilidade ampliada. São eles: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, gestão dos recursos naturais, infra-estrutura e integração regional e redução das desigualdades sociais” (MMA, 2002: 2).

Com a metodologia aprovada, em fevereiro de 1998, a CPDS elaborou o edital e os termos de referência temáticos para a construção da Agenda 21 Brasileira, visando à abertura de licitação para contratação de serviços de pessoa jurídica, para o desenvolvimento dos temas centrais²⁸.

Segundo o MMA (2002),

“As áreas temáticas tiveram como princípio para sua definição não só a análise das potencialidades, como é o caso da gestão dos recursos naturais, grande diferencial do Brasil no panorama internacional, mas, também, fragilidades reconhecidas historicamente no processo de desenvolvimento, ou seja, as desigualdades sociais” (MMA, 2002: 2).

²⁶ Preparados pelo grupo técnico da SECEX e por consultores externos.

²⁷ A CPDS foi criada por decreto presidencial de 26/02/97, com a seguinte composição: Presidência da República; Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais; Fundação Getúlio Vargas; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é composta por 17 membros da sociedade civil e 15 do setor governamental.

²⁸ O Edital foi publicado pela UAP/ABC em 20 de março de 1998, e os consórcios de instituições vencedoras concluíram os documentos em 1999.

Uma análise dos seis documentos reafirma o papel do Estado como maior responsável na promoção do desenvolvimento sustentável. São também evidentes algumas diferenças entre os seis documentos:

“Ciência e Tecnologia é mais conceitual e prospectivo, redução das desigualdades sociais é claramente centrado numa pauta que contempla temas sociais com foco de curto e médio prazos; infra-estrutura é mais dirigido a ações que implicam investimentos em obras; integração regional levanta questões de interesse econômico e de ordenamento territorial; cidades e recursos naturais abrem maior espaço às agendas ambientais verde, azul e marrom” (MMA, 2002:4).

O documento temático “Gestão dos recursos naturais” propõe a estratégia da regularização do uso e da ocupação do solo, por meio de métodos de planejamento ambiental e o gerenciamento de APs de importância para a biodiversidade e para a conservação dos recursos naturais, tais como corredores ecológicos e unidades de conservação. O reconhecimento, pelos participantes da construção da Agenda 21 Brasileira, que as UCs são importantes para a conservação da biodiversidade possibilitou perceber a potencialidade desta Agenda para fortalecer programas e políticas de áreas protegidas. Este aspecto positivo é reafirmado hoje, por Viana e Fonseca (*In*: MMA, 2006), que consideram que “[...] integrar estratégias nacionais para a conservação da diversidade biológica às estratégias [...] nacionais de desenvolvimento, como é o caso da Agenda 21 Brasileira, é fundamental” (MMA, 2006:4).

Em 2000, o jornalista Washington Novaes foi contratado para sistematizar os seis documentos temáticos²⁹ em um único volume denominado “Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão”. Este documento foi amplamente distribuído em todo o território brasileiro, e inspirou um processo participativo para a obtenção de sugestões ao documento através de debates públicos, em 26 dos 27 estados brasileiros³⁰. De acordo com o MMA (2002),

“Os eventos estaduais tinham como objetivos ampliar o debate sobre o elenco de propostas constantes no documento Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão; contemplar a visão dos estados sobre o desenvolvimento sustentável na Agenda 21 Brasileira e afirmar os compromissos assumidos entre os diferentes setores da sociedade com as estratégias definidas na Agenda” (MMA, 2002:7).

A consolidação dos pontos discutidos nos estados, através de seminários nas cinco regiões do País, foi realizada em 2001. Para estes eventos, a CPDS definiu que o trabalho de sistematização utilizaria a construção de uma matriz (Quadro 1), em que todos os temas e contribuições pudessem ser alocados. Esta matriz se estruturou em cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: geoambiental; social, econômica, e política e institucional que, por sua vez, foram compostas de 21 linhas estratégicas estruturantes.

²⁹ Após a conclusão dos seis documentos temáticos, o processo foi interrompido pela ausência de orientação estratégica para consolidá-los, pela dificuldade de se construir um documento unificado, que fosse peça de discussão pública da Agenda 21, falta de estratégias de disseminação do documento e ausência de respaldo significativo da sociedade para a sua implementação. Para isso, seria necessário um amplo debate sobre todos os pontos da Agenda 21 Brasileira, até mesmo para facilitar sua internalização e implantação futuras.

³⁰ Dos 3.900 participantes nos debates estaduais, 7% estiveram presentes na região Sul, 18% na região Norte; 39% no Nordeste, 20% no Sudeste e 15% no Centro-Oeste. O fato de a maior participação ser do Nordeste justifica a presença do bioma semi-árido, antes ofuscado nas pautas sobre meio ambiente, ressurgir como prioridade, como problema ambiental e em sentido amplo (MMA, 2002).

Quadro 1: Matriz-síntese sobre dimensões do desenvolvimento sustentável - utilizada pela CPDS durante a construção da Agenda 21 Brasileira

DIMENSÕES	Linhas Estratégicas				
GEO AMBIENTAL	Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais.	Ordenamento territorial.	Manejo adequado dos resíduos, dos efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.	Manejo sustentável da biotecnologia.	
SOCIAL	Medidas de redução das desigualdades e de combate a pobreza	Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social.	Promoção da educação e da cultura, para a sustentabilidade.	Proteção e promoção dos grupos, estratégicos da sociedade.	
ECONÔMICA	Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.	Inserção econômica competitiva.	Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana.	Dinâmica demográfica e sustentabilidade.	
POLÍTICO- INSTITUCIONAL	Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.	Descentralização para o desenvolvimento sustentável.	Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.	Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional.	Instrumentos de regulação.
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia.	Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.	Informação para a tomada de decisão.	Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.	

Ao todo, aproximadamente 40.000 pessoas foram envolvidas nas etapas que constituíram a elaboração da Agenda 21 Brasileira. Apesar desse grande envolvimento, Born (2002) alerta que, no que tange ao conteúdo, a Agenda revela conflitos latentes de visões e interesses subjacentes às expectativas da população. O autor analisa que as áreas que mais receberam atenção e emendas durante os debates públicos foram as de gestão de recursos naturais e de agricultura sustentável. Entretanto, o processo aponta para a necessidade de transformar e aprimorar o papel da Agenda 21 nas políticas de

conservação e gestão dos recursos naturais, de forma integrada, para que o planejamento de uso e ocupação do território possa assegurar a proteção da biodiversidade regional. Para isso, é necessário que programas e projetos negociados nos processos de Agenda 21 possam ser veículos desta integração.

A Agenda 21 Brasileira, concluída e lançada em agosto de 2002³¹, é composta por dois volumes. O primeiro, *Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional*, contém os seguintes capítulos:

- O Processo de Construção da Agenda 21 Brasileira;
- Sustentabilidade na visão da sociedade brasileira;
- Estratégias e Ações propostas para os seis temas da Agenda 21 Brasileira.

O segundo, *Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias*, apresenta os capítulos:

- O desenvolvimento e a sustentabilidade ampliada e progressiva;
- Contexto internacional e o cenário atual do País;
- Plataforma das 21 Ações Prioritárias.

De acordo com esta última plataforma, entre as áreas prioritárias da Agenda 21 Brasileira, algumas são centrais para justificar a presente dissertação, como o apoio à política florestal³² para o controle do desmatamento, e a expansão do sistema público de unidades de conservação; e a promoção da Agenda 21 Local e do desenvolvimento

³¹ Um mês antes da Conferência de Joanesburgo, em 2002.

³² Entre as ações recomendadas para a área de política florestal, pode-se destacar o desenvolvimento de um “plano nacional de ecoturismo [...] que gere empregos e garanta os recursos para a conservação de todas as demais áreas de interesse ecológico [...]” (MMA, 2002a:76), educação e conscientização das populações locais para a importância da preservação dos biomas e estímulo para que comunidades locais se constituam nos principais beneficiários de atividades de conservação (MMA, 2002a).

integrado e sustentável para estimular a participação³³ social e parcerias o debate sobre problemas comuns.

Atualmente, pode-se considerar que a Agenda 21 Brasileira está em evolução, e em fase de transposição da perspectiva conceitual para a ação pragmática. Entretanto, dificuldades iniciais de sistematização de dados comprometeram o entendimento das estratégias de implementação das ações da Agenda. São também comuns as críticas ao documento, com relação à ausência de definição do tempo de execução das ações propostas; e à divisão de responsabilidades³⁴.

Em 2003, a Agenda 21 Brasileira foi transferida da Secretaria Executiva para a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS), do MMA, e tornou-se Programa no Plano Plurianual - PPA 2004-2007 - do Governo Federal. O Programa é composto por três ações estruturantes: implementação da Agenda 21 Brasileira; apoio à elaboração e implementação de Agendas 21 Locais, e formação continuada em Agenda 21 Local. Para a Agenda 21, constituir-se em programa nacional significou ganho de força política e institucional.

“Como programa, [a Agenda 21] passa a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do governo: transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do SISNAMA³⁵ e participação social, e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra³⁶. Portanto, a Agenda 21, que tem provado

³³ A participação é um dos princípios fundamentais da Agenda 21. O capítulo 28 da Agenda 21 reconhece que os assuntos tratados no documento, incluindo a conservação dos recursos naturais, são partes dos mais amplos padrões e sistemas globais, quase sempre se manifestando como problemas de âmbito local.

³⁴ Principalmente entre setores e programas governamentais relacionados às temáticas contidas no documento; de aprofundamento do debate sobre o bioma Mata Atlântica.

³⁵ Sistema Nacional de Meio Ambiente.

³⁶ “O projeto da Carta da Terra inspira-se em uma variedade de fontes, incluindo a ecologia e outras ciências contemporâneas, as tradições religiosas e as filosóficas do mundo, a literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos tratados intergovernamentais e não-governamentais relevantes” (GADOTTI, 2000:114).

ser um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação, é hoje um importante instrumento de formulação de políticas públicas no Brasil” (cf. www.mma.gov.br/Agenda21).

Recentemente, em apresentação do 9º. fascículo do Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade³⁷, o Secretário de Políticas de Desenvolvimento Sustentável³⁸, e o Coordenador da Agenda 21 Brasileira³⁹, inferem que uma das atuais diretrizes da Agenda 21 brasileira é atuar no entorno de APs,

“[...] é fundamental promover o desenvolvimento sustentável nacional, local e regional, inclusive nas áreas adjacentes às áreas protegidas, com as Agendas 21 locais, para aumentar a proteção desses territórios e ‘pressionar’ para a pronta entrada em vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica, com a mais ampla participação possível” (MMA, 2006:4).

Considerado instrumento integrador de políticas públicas, é provável que a Agenda 21 possibilite um avanço na implementação do recente Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Apresentando objetivos, metas e estratégias para as áreas protegidas, terras indígenas e territórios quilombolas, este plano foi elaborado pelo MMA, passou por consulta pública, e foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em março de 2006, se transformando em decreto⁴⁰, em abril deste ano.

Este instrumento de políticas de proteção da natureza é especialmente relevante, pois representa um passo adiante das discussões realizadas pela Agenda 21 Brasileira sobre a conservação da biodiversidade, desde o documento temático “Gestão dos

³⁷ Intitulado, “Agenda 21 e biodiversidade”.

³⁸ Gilney Viana.

³⁹ Sérgio Bueno da Fonseca.

⁴⁰ Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006.

Recursos Naturais”, de 1998, até seu potencial atual de integração com outras políticas e programas de sustentabilidade ambiental do MMA, através das Agendas 21 Locais.

2.3.1. Agendas 21 locais no Brasil

No âmbito local, a Agenda 21 mantém as premissas principais da brasileira: processo participativo, visão multissetorial de construção de um programa estratégico, sendo este dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local. Pelo fato de a Agenda 21 tratar de um conjunto de princípios e ações abrangentes, e pelas mesmas serem consideradas fundamentais também para a implementação pelos governos locais, já que “mais de dois terços das declarações da Agenda 21 que foram adotadas pelos governos nacionais, não podem ser cumpridas sem a cooperação e o compromisso dos governos locais” (KRANZ, 2001:39), o capítulo 28 da Agenda 21 Global propõe a construção de Agendas 21 locais. Portanto, a Agenda 21 Local é um instrumento de políticas públicas que visa à construção de uma base de ação, contendo diretrizes econômicas, sociais e ambientais, buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida de uma determinada área geográfica.

No Brasil, a atual Coordenação da Agenda 21 Brasileira considera a implementação de Agendas 21 locais, no país, como ação prioritária do Programa Agenda 21. Conforme menciona Pedro Ivo Batista⁴¹, “O Programa está com o foco voltado para as Agendas locais, pois reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis [...]”⁴².

⁴¹ Coordenador da Agenda 21 nos anos de 2003 a 2004.

⁴² Esta citação foi extraída de uma entrevista com Pedro Ivo Batista – coordenador da Agenda 21, publicada na revista *Agenda 21 para um Brasil Sustentável* do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na visão do *Vitae Civilis*⁴³, a Agenda 21 é processo e documento complementar ao Plano Diretor e orçamento municipais, podendo ser desenvolvida por comunidades rurais, em bairros, áreas protegidas e até bacias hidrográficas. Em qualquer um dos casos, primeiramente, segundo Kranz (1999), forma-se um grupo de trabalho composto de representantes do poder público e da sociedade local, de forma paritária.

As atribuições desse grupo devem envolver desde a elaboração de uma matriz para a consulta à população sobre os problemas enfrentados, e as possíveis soluções, até o estabelecimento de ações prioritárias a serem implementadas. Conforme a *Cartilha Passo a Passo da Agenda 21 Local* (MMA, 2006a), o primeiro passo é mobilizar para sensibilizar governos e sociedade de um município ou região para iniciarem o processo de construção da Agenda 21 Local. A seguir, a cartilha propõe a criação de um “Fórum da Agenda 21 Local”, que formaliza a parceria entre o Poder Público e a sociedade civil e define sua instituição por meio de ato de criação, e oficialização através de decreto, portaria ou lei municipal. O principal objetivo deste Fórum é formular contribuições e acompanhar a execução de políticas públicas locais (MMA, 2006a). Através deles, devem ser encaminhadas propostas aos órgãos competentes, como forma de contribuição para seus planos e planejamentos estratégicos e, no caso das ações consideradas de grande relevância e urgência, podem ser definidas estratégias para a sua inserção no orçamento público (*op cit.*).

O Fórum deve ser constituído por representantes reconhecidos como lideranças de seus respectivos grupos sociais:

⁴³ O *Vitae Civilis* – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, é uma ONG baseada em São Lourenço da Serra - SP, que trabalha com o objetivo de promover o conceito de sociedades sustentáveis.

“[...] setor produtivo rural e urbano, diferentes lideranças comunitárias, representantes dos diversos poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – das igrejas, das escolas e universidades; dos bancos dos sindicatos, das lideranças de organizações não governamentais, que militam por grupos da sociedade como mulheres e negros, etc. Sociedade e governo juntos” (MMA, 2006:23).

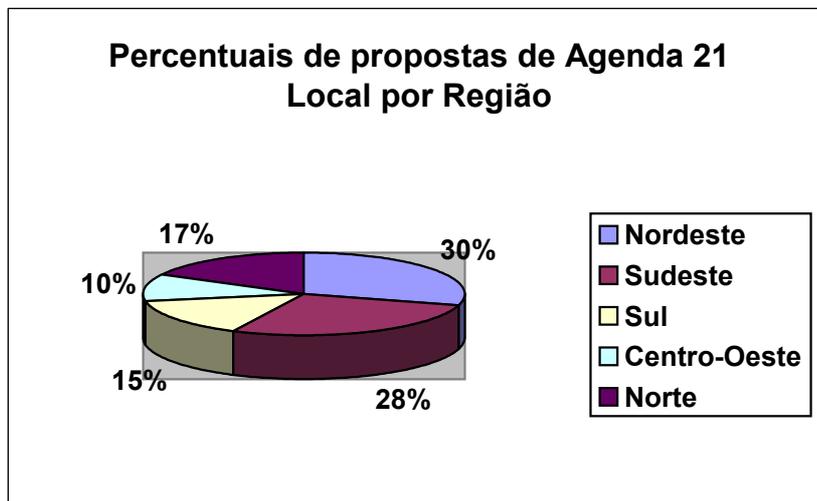
Ainda, segundo esta publicação, o Fórum da Agenda 21 Local deve indicar questões prioritárias e aprofundá-las por meio de um “diagnóstico participativo”, para conhecer a realidade local “em suas dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e político-institucionais” (id., p.30), e a elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável que inclua a

“[...] visão estratégica da comunidade, incluindo o cenário futuro desejado, construído ao longo do processo; objetivos, oportunidades, problemas e prioridades levantadas no diagnóstico participativo; metas específicas que devem ser alcançadas; ações concretas e específicas para atingir as metas, e por conseguinte, os objetivos; estratégias e meios de implementação das ações, que incluam os vínculos existentes com o processo de planejamento governamental do município ou região; recomendações, estratégias de revisão do plano e dos pactos firmados, de forma periódica; indicadores de desenvolvimento sustentável, e outros instrumentos de controle social como pesquisas, consultas e campanhas” (id., p.33).

Quanto às experiências de Agendas 21 locais no Brasil, em 2003, elas totalizavam 225 entre as municipais, estaduais e regionais implementadas, e em processo de elaboração. No entanto: “Esses dados são preliminares, com origem em diversas fontes estaduais e pesquisa direta sobre experiências em andamento de elaboração das Agendas Locais” (cf. www.mma.gov.br/agenda21). A Figura 1 indica a distribuição percentual das Agendas 21 Locais, por região geográfica, segundo esta mesma fonte.

Figura 1: Agendas 21 Locais por região, no Brasil.

Fonte: MMA (2004).



No entanto, uma atualização destes dados, realizada em 2005 pelo Programa Agenda 21, indica que existem, no Brasil, 544⁴⁴ processos de Agendas 21 Locais em curso (Anexo 2), o que significa o progressivo interesse no fortalecimento de Agendas locais. Apesar deste alcance, existem problemas com relação ao monitoramento, avaliação e continuidade desses processos⁴⁵. O primeiro problema se refere à ausência de indicadores de desempenho e, conseqüentemente, à falta de meios de verificação da eficácia dessas Agendas 21 locais. O segundo problema refere-se à lentidão do Ministério do Meio Ambiente em consolidar políticas estabelecidas entre a Agenda 21 e outros projetos e programas de outras secretarias, o que torna uma análise sobre o tema essencial para a integração de políticas públicas.

⁴⁴ Esse número inclui projetos conveniados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

⁴⁵ Embora haja problemas, pontos positivos no que se refere à conservação da biodiversidade também se fazem notar. Entre os pontos positivos pode-se destacar a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei n. 9.985 de 2000, que é, sem dúvida, um importante marco neste sentido, pois as áreas protegidas são um dos mecanismos mais importantes de conservação da biodiversidade.

Esta pesquisa, que articula Agendas 21 Locais e parques nacionais é, portanto, estratégica para se avaliar o potencial de integração destas políticas e sua contribuição para a proteção da biodiversidade regional.

CAPÍTULO 3

Conservação da biodiversidade em parques nacionais: tema central em políticas públicas no Brasil

“[...] se algum trecho da floresta pegava fogo, ainda que eu fosse o responsável pelo acidente, sofria com um pesar que era mais inconsolável que o dos proprietários; e sofria até quando os próprios donos derrubavam suas matas”.

Henry Thoreau

Atualmente, a biodiversidade é questão central em políticas públicas no Brasil. Entre as estratégias para sua conservação, destaca-se a implementação de áreas protegidas, debate e política nas quais governos e sociedade civil de todo o mundo estão se aprimorando.

Entretanto, este debate internacional não é recente. No século XIX, nos Estados Unidos, o movimento de criação de “áreas naturais” foi influenciado por teóricos naturalistas como Henry Thoreau⁴⁶, que muito tempo antes das discussões sobre a proteção do patrimônio natural, criticou a destruição das florestas para fins comerciais (DIEGUES, 2002). Apesar de o primeiro parque nacional ter sido criado neste país, em 1872⁴⁷, a história registra dezenas de casos de estabelecimento de reservas naturais em todos os continentes, tão antigos como a humanidade. Os povos pré-históricos foram também os primeiros a manejar a fauna selvagem, com o estabelecimento de reservas naturais, onde a fauna poderia se regenerar sem a interferência do homem (DIAMOND,

⁴⁶ De 1845 a 1847, este autor se isolou em uma cabana que construiu nas margens do lago Walden, nos arredores de Concord, Massachussets, e escreveu a obra *Walden ou a vida nos bosques*.

⁴⁷ Como citado anteriormente nesta dissertação, o primeiro parque nacional oficialmente criado foi o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos.

1997). Dourojeanni e Pádua (2001), relatam que, na América Latina, grandes culturas (Nazca, Inca, entre outras) protegeram as ilhas guaneras e os territórios necessários para a reprodução da vicunha. No Brasil, a construção teórica da história da ocupação do território, com o foco nas implicações ecológicas, é muito recente (PÁDUA, 2004). Segundo este autor, a relação sociedade/natureza se baseou no modelo de utilização do território para fins econômicos, ou seja, na idéia de que os recursos naturais deveriam ser explorados economicamente, que a biodiversidade poderia ser desconsiderado no planejamento de ocupação do território, e que o investimento em espécies exóticas para o cultivo de monoculturas era necessário.

“Quando os colonizadores portugueses começaram a chegar no território brasileiro, a partir de 1500, encontraram um conjunto impressionante de mangues, florestas, campos e outras estruturas complexas produzidas pela dinâmica da natureza. Uma infinidade de ecossistemas agrupados em grandes biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga e a Floresta Amazônica. [...] Os conquistadores logo perceberam que a exploração direta da natureza seria o principal eixo da busca por riquezas nessa parte da América” (PÁDUA, 2004:13).

Apesar de as primeiras preocupações com a conservação da natureza no Brasil terem sido registradas desde o século XVIII (PÁDUA, 2004), a primeira área protegida do país, o Parque Nacional de Itatiaia, foi criada em 1937, três anos após o primeiro Código Florestal brasileiro⁴⁸ ter sido editado. Segundo Irving (2002), a institucionalização política e administrativa de proteção da natureza, consolidada na primeira metade do século XX, pode ser entendida como resultado do contexto internacional, e de um lento e extenso processo influenciado por vários segmentos da sociedade.

⁴⁸ Para o Código Florestal de 1934, por Parque Nacional entendia-se florestas remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade contra a fauna e a flora.

Da idéia de inesgotabilidade dos recursos renováveis brasileiros, que prevalecia no mundo até o começo do século XX, aos dias de hoje – em que a continuidade de estudos, análises teóricas e pesquisas iniciadas no século XVIII revelam que a conservação da natureza é elemento norteador do “novo” modelo de desenvolvimento com base na sustentabilidade ambiental – o estabelecimento de uma nova relação da sociedade com os ecossistemas é objeto de ação política em proteção do espaço público. Este movimento tem como base as noções de cidadania e qualidade de vida na sociedade, baseadas em princípios de equidade e de direito a um ambiente saudável para todos⁴⁹.

“Lutamos por um planeta onde o eterno ciclo natural de extinção e renovação de espécies mantenha-se determinado por ritmos naturais e não mais dentro do ritmo avassalador dos dias de hoje, em que muitas espécies sucumbem com enorme rapidez, por causa das ações da humanidade, que fica cada vez mais sozinha na superfície da terra” (Declaração de princípios e objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas”. (LOWY, 2005:25).

Nesse sentido, no Brasil, é provável que a integração entre os diversos instrumentos políticos de conservação da biodiversidade da atualidade - documentos globais como a CDB e a Agenda 21 Global - e dos instrumentos nacionais - Política Nacional da Biodiversidade (PNB), Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP) e Agenda 21 Brasileira - sejam capazes de aperfeiçoar o debate, que se desenvolve, ao longo deste estudo, como sendo necessário para superar as relações entre sociedade e natureza existentes no passado, e para permitir que se pratiquem as novas políticas de sustentabilidade ambiental no presente.

⁴⁹ O conceito de qualidade de vida em que esta dissertação se baseia é o que se adota no Projeto Brasil Sustentável e Democrático (FASE/AS-PTA/IBASE/PACS/IPPUR-UFRJ/REDEH), ou seja, “não tem uma definição pronta e acabada, formulada de cima para baixo, a partir de um conjunto restrito de indicadores” (LEROY *et al.* 2002) mas é amplo, aberto, acompanhando as práticas sociais democráticas e a contínua formulação de novos direitos pelos movimentos sociais.

O termo biodiversidade pode ser interpretado de diferentes maneiras. É possível interpretá-lo como o que está baseado na variação, em todos os níveis de organização, dos genes dentro de uma população ou espécie; ou na composição de espécies de uma certa área, ou mesmo a comunidade que compreende todas as formas vivas nos ecossistemas do mundo (WILSON, 1997). A biodiversidade tem uma estrutura espacial (CRAW *et al.*, 1999) e a maior riqueza de espécies encontra-se nas regiões tropicais do planeta, embora nestes territórios exista maior destruição de habitats naturais na contemporaneidade. Conforme Bensuan (2002), o conceito de biodiversidade e seus desdobramentos situam-se agora no centro dos debates mundiais, envolvendo múltiplas dimensões e percepções, como a preocupação com a sobrevivência humana, na emergência de um novo modelo de desenvolvimento, nas relações internacionais, nas políticas públicas em geral, e nas de conservação (através de políticas de áreas protegidas).

Com base no enfoque conceitual sobre biodiversidade, e nos debates sobre o tema, Diegues (2002), os parques nacionais foram criados para proteger a vida selvagem, ameaçada pela “civilização urbano-industrial, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2002:15). Para Miller (1980), como os parques nacionais contribuem para o desenvolvimento sustentável, devem receber a atenção que se presta a outros espaços públicos, pois se constituem em “elementos de bem-estar humano, relacionados com a educação, [...] associados inseparavelmente à economia” (MILLER, 1980:129). Entretanto, Therborg e Van Schaik (2002), ao abordarem desenvolvimento sustentável no contexto de parques nacionais, inferem que, como estes são “completamente vitais para a perpetuação da biodiversidade em um mundo dominado pelo homem”

(THERBORG & VAN SHAIK, 2002:28), sua conservação depende do desenvolvimento sustentável “fora” deles.

Entretanto, para ser possível planejar mecanismos efetivos para a conservação da biodiversidade, é importante que as APs se tornem tema central em políticas públicas nacionais, envolvendo tanto o Poder Público como a sociedade, em geral, e comunidades dos municípios a elas associados, em particular. Sobre este aspecto, para Irving (2002), é necessário fomento aos processos de gestão participativa de PNs para que sua biodiversidade possa ser conservada, suas políticas alinhadas às políticas de cada país, em uma dimensão simbólica de preservação da natureza. Esta tendência mundial está sendo mundialmente debatida em eventos internacionais, por exemplo, no Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em 2003. Em Durban, se discutiu que, em escala mundial, cerca de 11,5% da superfície terrestre do planeta estava já sob algum tipo de proteção (Chape *et al.*, 2005). Este evento gerou um documento, contendo recomendações e análises para a conservação da biodiversidade, e o estabelecimento de estruturas sociais para a gestão de áreas protegidas para o século XXI, que devem ser desenhadas para condições diferentes de pressão antrópica, devido ao aumento da população urbana e da pobreza, à fragmentação dos habitats naturais e à expansão de processos de democratização/ descentralização das sociedades, com maior participação da população nos processos políticos de conservação.

“Entre o crescimento da população, pobreza, desigualdade e exclusão social e degradação ambiental existe uma relação grandemente complexa, na qual é sempre difícil reconhecer a causa do efeito. Porém, o resultado é sempre igual... aumento da pressão sobre os espaços naturais, sobre os recursos naturais e, de um modo ou outro, também sobre as UCs” (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2001:132).

As ações recomendadas nos documentos, resultantes deste Congresso, foram o ajuste das políticas, leis, instrumentos de planejamento e gestão e marcos institucionais vigentes, por meio do estabelecimento de mecanismos capazes de coordenar as políticas e os esforços das instituições públicas, e também as organizações da sociedade civil dedicadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável (UICN, 2003). Em síntese, o “Acordo de Durban” (2003) orienta governos e sociedades para ações positivas, em favor das áreas protegidas, e propõe a instalação de um novo paradigma para a gestão da biodiversidade, envolvendo ações de promoção de sinergia entre a conservação, a manutenção dos sistemas que sustentam a vida, e a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta proposta aponta para a necessidade, cada vez maior, de articulação entre estratégias, políticas e programas que potencializem essas ações.

No Brasil, a institucionalização político-administrativa da conservação da natureza, no seu aparato jurídico-legal, foi tardiamente iniciada na primeira metade do século XX – favorecendo a criação de APs – e até meados da década de 1970, o país não possuía estratégias nacionais/globais para selecionar e planejar os parques nacionais, por meio de legislação ou por declaração política. Os parques nacionais ainda se justificavam pelas belezas cênicas que possuíam, e a perspectiva de proteção dos ecossistemas e de espécies ameaçadas não influenciava, de maneira significativa, os processos de decisão. Sobre este aspecto, Milano (1990) afirma que:

“A nível institucional, o sistema nacional de unidades de conservação do Brasil começou a ser estabelecido no final da década de setenta, quando o diagnóstico do sub-sistema de conservação e preservação de recursos naturais renováveis considerou a eliminação do processo casuístico de seleção de áreas para fins de proteção” (MILANO, 1990:36).

Atualmente, no Brasil, as APs são estabelecidas, descritas e articuladas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 (MMA, 2003). Por este documento legal, o país pode implementar um “mecanismo adotado para a conservação dos ecossistemas naturais e o patrimônio cultural para uma grande abrangência de valores humanos, em diversas sociedades” (IRVING, 1998:48). Neste contexto, existiam, em 2004, 54 Parques Nacionais⁵⁰, equivalente a 48% das UCs de Proteção Integral, distribuídos por todo o território nacional, totalizando cerca de 2% do território brasileiro, como apresentado na lista e no mapa de parques nacionais (Anexo 3 e 4).

Sobre a definição atual de parque nacional, o SNUC (MMA, 2003), em seu artigo 11, define que:

“[...] este tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (MMA, 2003:16)⁵¹.

Entretanto, o SNUC representa ainda um grande desafio para as políticas públicas. O sistema enfrenta, até hoje, a falta de experiência dos órgãos públicos ambientais competentes no gerenciamento de PNs; a limitação e a inexperiência de técnicos recém-contratados através de concurso público, tanto para o Instituto Brasileiro de Administração do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), quanto para o MMA; a dificuldade de implantação das UCs de proteção integral, devido

⁵⁰ Hoje, há 60 PNs em todo o território brasileiro.

⁵¹ O regulamento dos Parques, aprovado por meio do Decreto n. 84.017, de 21 de setembro de 1979, define mais claramente este tipo de UC: “para efeitos deste regulamento, consideram-se Parques nacionais as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade no seu todo”. O domínio é público.

à ausência de recursos para o remanejamento e indenização das populações residentes; questões fundiárias não resolvidas e, ainda, conflitos diversos sem soluções claras.

Para enfrentar estes problemas no conjunto da sociedade, o SNUC estabelece, para a gestão de parques nacionais, a figura de um conselho⁵² consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração, e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes.

O conselho, em tese, visa promover a participação dos atores sociais na gestão dos parques nacionais, principalmente no que tange à compatibilização de processos de consulta à população do interior e do entorno destas áreas, sobre as questões ligadas à proteção da biodiversidade, desenvolvimento local no entorno, e suas interfaces com demais processos de gestão do parque como, por exemplo, de acompanhamento da implementação do seu Plano de Manejo⁵³.

A conservação da biodiversidade em áreas protegidas, porém, e especialmente naquelas de uso indireto, segundo Dourojeanni e Pádua (2001), é fonte de divergências entre ambientalistas e socioambientalistas. Para os primeiros, se não existissem UCs de uso indireto, as perdas de biodiversidade seriam muito maiores. Os socioambientalistas rejeitam esta posição, afirmando que a convivência entre homem e natureza pode ser harmoniosa e sem perda da biodiversidade.

⁵² O conselho é uma forma de participação e de democracia mais direta, reconhecida pela Constituição Federal brasileira de 1998.

⁵³ Conforme o SNUC, plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (MMA, 2003a). O conceito de plano de manejo foi amplamente reconhecido no Congresso Mundial sobre Parques nacionais e Unidades de Conservação de 1992, segundo o qual nenhuma unidade de conservação é uma ilha e seu manejo demanda a participação de residentes locais (Fundação Biodiversitas, Oficina sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação, 1997: 30).

Ainda segundo estes autores, “pretender demonstrar que a presença e as atividades humanas não têm impacto negativo sobre a natureza é como pretender tapar a luz do sol com a mão” (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2001:69). A questão da ação predatória do homem sobre a natureza, recorrente desde o século XVIII entre teóricos, preservacionistas, naturalistas, conservacionistas, ecossocialistas, demonstra estar presente nas subjetividades e cenário contemporâneos, devendo-se recorrer ao debate sobre a necessidade de transformações profundas nas formas de intervenção na natureza e na realidade socioambiental dos territórios.

Resgatando a lógica da “multidimensionalidade do real” (GUIMARÃES *et al.*, 2006:11), é possível buscar a conservação da biodiversidade em PNs a partir do trabalho conjunto com a comunidade do entorno, e da ampla reflexão sobre as pressões sociais e econômicas nos PNs, que levem em conta a dimensão política das atividades em áreas protegidas.

Nesse sentido, para a conservação da biodiversidade em PNs, é necessária uma estrutura complexa de gestão, que envolva gestores e sociedade e que não se limite apenas ao espaço de discussão do conselho, mas envolva as comunidades locais e os municípios associados, em um processo dinâmico de formação, informação sobre os aspectos sociais e ambientais do PN, que possa culminar em benefícios econômicos para a população local. O desafio, neste caso, é estabelecer mecanismos eficientes, em apoio à implementação do PNAP (Anexo 5), que envolvam a sociedade, em geral e, em especial, a população do entorno de parques, na consolidação, implementação e monitoramento de políticas públicas locais e nacionais para a conservação da biodiversidade.

A Agenda 21 Local pode constituir-se em um importante mecanismo com este objetivo. Assim, a gestão efetiva de um PN pode tornar-se mais eficiente e atuante a partir do diálogo entre os conselhos de PNs e os Fóruns da Agenda 21 Local, espaços formalmente instituídos, nos quais a resolução de conflitos e o estabelecimento de consensos acerca dos problemas de conservação da biodiversidade regional podem acontecer, na medida em que se gerem soluções práticas e politicamente fortalecidas.

CAPÍTULO 4

Contextualização metodológica da pesquisa

“[Governos] apóiem as políticas de áreas nacionais protegidas que sejam sensíveis aos costumes e tradições, salvaguardem os interesses das populações nativas, levem em consideração os papéis e interesses de homens e mulheres, e respeitem os direitos das crianças desta e das gerações futuras.” IUCN.

4.1. Etapas Metodológicas

A presente pesquisa foi desenvolvida com base nas seguintes etapas metodológicas:

- A) pesquisa bibliográfica sobre os temas: Agenda 21; Conservação da biodiversidade e áreas protegidas (parques nacionais) no Brasil;
- B) pesquisa documental envolvendo a Agenda 21 Global; Agenda 21 Brasileira; Passo a Passo da Agenda 21 Local; Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Anexo 5);
- C) levantamento e seleção de Agendas 21 locais em municípios associados a parques nacionais;
- D) elaboração de roteiros de questionários/entrevistas a gestores de Agendas 21 locais e diretores de parques nacionais (Anexos 6 e 7);
- E) entrevistas a gestores de Agendas 21 locais e diretores de parques nacionais;
- F) análise dos resultados.

Estas etapas estão descritas a seguir:

A) Pesquisa bibliográfica

O trabalho de pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento de publicações (livros, revistas), teses, dissertações sobre os temas mais dirigidos aos objetivos da pesquisa, ou seja: Agenda 21; Conservação da biodiversidade e áreas protegidas (parques nacionais) no Brasil⁵⁴.

Para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, os eixos teóricos de reflexão considerados foram: a relação homem e natureza, tendo como base os pensamentos de MOSCOVICI (1975), DIEGUES (2002), e de colaboradores, FOSTER (2005), LOUREIRO (2006); a contextualização da Agenda 21 a partir dos marcos da sustentabilidade: MORIN (2002), SACHS (2004), LEROY *et al.* (2002); conservação da biodiversidade em parques nacionais no contexto das Agendas 21 locais, e suas contribuições, tendo como referência DOUROJEANNI e PÁDUA (2001), IRVING (2002); e colaboradores, LEFF (2003), PÁDUA (2004) e MMA (2006).

B) Pesquisa documental

Para a pesquisa documental, foram analisados mapas, *sites* da internet, leis, regulamentos, e os documentos: Agenda 21 Global; Agenda 21 Brasileira; Passo a Passo da Agenda 21 Local; Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP; e outros documentos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA.

⁵⁴ Ver lista completa da bibliografia utilizada no item “Referências Bibliográficas” desta dissertação.

C) Levantamento e seleção de Agendas 21 locais no entorno de parques nacionais

O processo de seleção das Agendas 21 locais para a presente pesquisa envolveu três etapas: 1) levantamento e análise das Agendas 21 locais, que constam da relação das Agendas 21 locais do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente; 2) levantamento e análise das Agendas 21 locais municipais, ou seja, geridas pelo governo do município⁵⁵; 3) levantamento e análise das Agendas 21 locais de municípios associados⁵⁶ a PNs.

Embora a atual coordenação da Agenda 21 Brasileira considere que Agenda 21 Local é todo o processo de Agenda 21 que ocorre em um determinado território – município, estado, bacia hidrográfica, região metropolitana (MMA, 2006a) – esta pesquisa adotou a definição de Agenda 21 Local da Agenda 21 Global, capítulo 28, em que “Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 Local” (SENADO FEDERAL, 1997:473); ou seja, este documento recomenda que a Agenda 21 Local deve ser iniciada pelo “poder local”, e “os programas, as políticas, as leis e os regulamentos das autoridades locais destinados a cumprir os objetivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais adotados” (id., p.474).

Primeiramente, foi analisada a relação oficial de Agendas 21 locais existentes no País (Anexo 2). Essa listagem, dividida pelas regiões brasileiras⁵⁷, foi elaborada a partir

⁵⁵ O capítulo 28 da seção 3 da Agenda 21, intitulado “Iniciativas das autoridades locais para o apoio da Agenda 21”, indica que os municípios devem adotar a Agenda 21 Local (SENADO FEDERAL, 1997). Este capítulo reconhece que os assuntos tratados no documento, incluindo a conservação dos recursos naturais, são partes dos mais amplos padrões e sistemas globais, quase sempre se manifestando como problemas de âmbito local.

⁵⁶ Para esta dissertação, parques nacionais “associados” a Agendas 21 locais (e vice-versa) significa que os parques nacionais estão localizados nas áreas geográficas que compreendem os municípios com Agenda 21 Local. Os municípios pesquisados constam da relação do MMA (cf. www.mma.gov.br, acessado em 05 de dezembro de 2004).

⁵⁷ Esta lista inclui tanto Agendas 21 municipais, quanto de outros “arranjos territoriais” aceitos pela definição do MMA para Agenda 21 Local.

da relação de Agendas 21 locais financiadas pelo FNMA; de processos espontâneos de Agenda 21 Local, com outros tipos de financiamento, que tiveram contato com o MMA; e de processos estimulados pelo Programa Agenda 21 do Governo Federal.

A partir desta relação, realizou-se a seleção dos processos das Agendas 21 locais de municípios, geridas pelo poder local, universo desta pesquisa. Em seguida, foi elaborada uma lista de todos municípios associados aos PNs brasileiros, a partir das informações providas pelo MMA e pelo IBAMA⁵⁸, para a definição dos casos a serem estudados.

C.1) Seleção das Agendas 21 locais para estudo

Com o cruzamento entre a lista de municípios com Agenda 21 Local e municípios associados a PNs, foi gerada a relação de Agendas 21 locais de municípios associados a parques nacionais, que se constituiu na base para a aplicação dos questionários junto aos gestores de Agendas 21 locais e de PNs. As listagens foram pesquisadas e definidas em 2004. Posteriormente, em 2005, foi realizada uma revisão das mesmas, mas não houve alteração na relação.

C.2) Seleção dos parques nacionais para estudo

Após levantamento e análise das Agendas 21 locais, foram os seguintes os parques nacionais definidos para a pesquisa: na região Nordeste (PN do Descobrimento,

⁵⁸ Uma dificuldade encontrada neste processo foi a busca por informações e/ou mapas representativos dos parques nacionais e municípios associados. Na época da seleção das Agendas 21 locais, em 2004, a relação disponibilizada pelo IBAMA diferia da lista do MMA, fazendo com que fosse necessário realizar, primeiramente, um cruzamento das informações de ambas as fontes. Em seguida, com as lacunas identificadas, foram solicitados arquivos de mapas específicos dos parques nacionais e municípios limítrofes ao MMA para uma nova conferência dos dados. Ao final, esses mapas possibilitaram a confecção de uma relação completa de parques e municípios associados.

PN Monte Pascoal, PN Pau-Brasil); na região Norte (PN da Amazônia, PN da Serra do Divisor); na região Sudeste (PN da Serra da Bocaina, PN Restinga de Jurubatiba, PN da Tijuca). A relação dos parques nacionais foi definida em 2004 (concomitantemente à definição da relação das Agendas 21 locais). Todos os PNs são associados a pelo menos um município que desenvolve Agenda 21 Local.

D) Elaboração dos roteiros de questionários

Durante o processo de definição da metodologia de trabalho, o questionário foi considerado o mais adequado instrumento para a coleta de dados, por necessitar de tempo menor de aplicação, levando em consideração a amplitude do campo desta pesquisa, e a ampla distribuição geográfica dos casos.

Os questionários para gestores de Agendas 21 locais (Anexo 6) e de parques nacionais (Anexo 7) foram elaborados no sentido de: 1) identificar e interpretar o olhar dos gestores das Agendas 21 locais quanto ao funcionamento de seus processos, nas perspectivas social e ambiental; 2) identificar e interpretar o olhar dos gestores de PNs quanto ao gerenciamento destas APs, nas perspectivas social e ambiental; 3) interpretar a integração dos olhares dos gestores das Agendas 21 locais e dos PNs sobre o papel das Agendas 21 locais para a conservação da biodiversidade nestas APs, identificando potencialidades e vulnerabilidades desta integração.

E) Aplicação de questionários a gestores de Agendas 21 locais e de parques nacionais

O trabalho visou à investigação de dois grupos de análise: gestores de Agendas 21 locais, identificados conforme item “C” deste capítulo; e gestores de parques nacionais associados aos municípios destas Agendas 21 locais.

Para levantar os contatos de ambos os grupos, foram contatadas a Coordenação da Agenda 21 Brasileira e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, e a Diretoria de Ecossistemas, do IBAMA. Os telefones, e-mails e endereços dos gestores das Agendas 21 locais selecionadas foram obtidos junto à Coordenação da Agenda 21, e a relação de contatos dos gestores de parques nacionais foi obtida junto ao IBAMA⁵⁹. A lista dos sujeitos entrevistados na pesquisa está apresentada no Anexo 8.

F) Sistematização de informações para análise

Para a organização das informações obtidas, foram identificados temas de análise a partir das respostas dos entrevistados aos questionários. A análise dos temas e questões apresentadas pelos entrevistados gerou as informações para se identificar o papel das Agendas 21 locais para a conservação da biodiversidade em PNs.

F.1) Agendas 21 locais e sua relação com parques nacionais

No questionário para gestores de Agendas 21 locais, as perguntas que caracterizam informações sobre o entrevistado, e o perfil das Agendas, foram

⁵⁹ Nesta fase, uma dificuldade encontrada foi que ambas as listas estavam desatualizadas, fazendo com que fosse necessário realizar diversos telefonemas para as sedes dos PNs e/ou superintendências regionais do IBAMA, e para prefeituras e órgãos governamentais municipais onde estão localizadas as Agendas 21 locais selecionadas. As entrevistas foram realizadas por telefone e por *e-mail*, no período de outubro de 2004 a janeiro de 2005.

computadas pela frequência em que cada tema surgiu. As demais perguntas foram agrupadas em relação aos seguintes temas: problemas ambientais do município, preocupação e ações realizadas para a sustentabilidade ambiental do PN associado, ações realizadas, e recomendações para o fortalecimento do papel da Agenda 21 na conservação da biodiversidade do parque nacional.

F.2) Parques nacionais e sua relação com a Agenda 21 Local

No questionário para gestores de PNs, as perguntas que caracterizam informações sobre o entrevistado, informações sobre plano de manejo e conselho gestor, foram computadas pela frequência em que cada tema surgiu. As perguntas seguintes foram agrupadas em relação aos temas: ameaças para a conservação da biodiversidade do PN e ações realizadas; recomendações para o fortalecimento do papel da Agenda 21 na conservação da biodiversidade do parque nacional.

F.3) Integração dos olhares

Foram também identificados temas de análise que emergiram espontaneamente de ambos os grupos de entrevistados. As respostas foram identificadas a partir de sua frequência, cuja análise será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

Resultados da pesquisa e recomendações

“Enquanto não se explicitam conflitos, não vai ser possível construir o que a Agenda 21 possibilita, com sustentabilidade ampliada e progressiva.”

Washington Novaes

As análises apresentadas neste capítulo baseiam-se na reflexão que orientou este estudo – a discussão sobre os caminhos possíveis da Agenda 21, em sua perspectiva potencial para a conservação dos recursos naturais em parques nacionais – e tem como pano de fundo as diferentes visões da relação entre a sociedade e a natureza, apresentadas no Capítulo 1.

O debate acerca da conservação da biodiversidade é entendido como princípio fundamental da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, considerando que a criação e gestão de parques nacionais são estratégias para esta conservação. Ainda, por serem áreas protegidas que permitem o uso público, os PNs podem ser interpretados também na perspectiva social da gestão, podendo potencializar um diálogo entre seus interlocutores formais e a sociedade.

5.1. O universo possível de análise

Do total dos 157 municípios associados a PNs brasileiros⁶⁰, somente 9, possuem processos de Agenda 21 Local municipal em funcionamento⁶¹. São eles: Itaituba-PA,

⁶⁰A amostra considerou os 54 parques nacionais existentes no Brasil na fase de levantamento e atualização dos dados desta pesquisa (2004/2005). Hoje, o número total de PNs é 60.

Mâncio Lima-AC, Prado-BA, Porto Seguro-BA, Cuiabá-MT, Conceição do Mato Dentro-MG, Ubatuba-SP, Macaé-RJ e Rio de Janeiro-RJ. Estes 9 municípios são associados aos 10 PNs da amostra⁶². São eles: PN da Amazônia (PA/AM), PN da Serra do Divisor (AC), PN do Descobrimento (BA), PN Monte Pascoal (BA), PN Pau-Brasil (BA), PN da Chapada dos Guimarães (MT), PN da Serra do Cipó (MG), PN da Serra da Bocaina (SP/RJ), PN Restinga de Jurubatiba (RJ), PN da Tijuca (RJ). Os mapas dos PNs e municípios associados estão apresentados no Anexo 9 deste trabalho.

A lista dos municípios com Agenda 21 Local associados a parques nacionais está apresentada no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Municípios com Agenda 21 Local e PNs associados.

MUNICÍPIOS COM AGENDA 21 LOCAL	U.F.	PARQUE NACIONAL	U.F.	REGIÃO
Mâncio Lima	AC	PN da Serra do Divisor	AC	Norte
Itaituba	PA	PN da Amazônia	PA/AM	Norte
Porto seguro	BA	PN Monte Pascoal e PN Pau Brasil	BA	Nordeste
Prado	BA	PN do Descobrimento	BA	Nordeste
Cuiabá	MT	PN da Chapada dos Guimarães	MT	Centro-Oeste
Conceição do Mato Dentro	MG	PN da Serra do Cipó	MG	Sudeste
Ubatuba	SP	PN da Serra da Bocaina	SP/RJ	Sudeste
Macaé	RJ	PN da Restinga de Jurubatiba	RJ	Sudeste
Rio de Janeiro	RJ	PN da Tijuca	RJ	Sudeste

O universo limitado de Agendas 21 locais associadas a parques nacionais parece indicar que são poucas as experiências em curso passíveis de interpretação, no sentido

⁶¹ Alguns municípios associados a parques nacionais – Angra dos Reis e Carapebus, no RJ, e Bonito-MS – estavam com os seus processos de Agenda 21 Local desativados na época da pesquisa. Existem outros processos acontecendo em municípios associados a PNs, mas estes são geridos pela sociedade civil.

de integração de políticas com este enfoque. Este panorama permite, portanto, apenas algumas inferências, de caráter global, que não são suficientes para generalizações ou afirmações definitivas sobre o processo.

5.2. Os enfoques da pesquisa

Os resultados discutidos a seguir indicam tendências a serem exploradas para a reflexão acadêmica, em apoio a políticas públicas nacionais e locais, no sentido de entender o “olhar” das Agendas 21 locais sobre a proteção da biodiversidade (no caso específico desta dissertação, os PNs), o “olhar” dos parques nacionais sobre as Agendas 21 locais a eles associadas, e a integração de perspectivas com relação ao potencial dos espaços democráticos e participativos constituídos (conselho gestor do PN e Fórum da Agenda 21 Local).

As análises apresentadas, a seguir, estão baseadas nos questionários respondidos pelos gestores de Agendas 21 locais e diretores dos PNs associados (Anexos 10 e 11) e consolidadas nas matrizes 1 e 2 (Anexo 12).

5.2.1. O olhar a partir das Agendas 21 locais

A maioria das Agendas 21 locais pesquisadas possui Fórum, ou congêneres (conselho, comitê). São elas: Agenda 21 de Mâncio Lima-AC, Agenda 21 de Porto Seguro-BA, Agenda 21 de Cuiabá-MT, Agenda 21 de Conceição do Mato Dentro-MG, Agenda 21 de Macaé-RJ, e Agenda 21 do Rio de Janeiro-RJ. Os Fóruns de Agenda 21 Local, reconhecidos pelo Governo Federal como instâncias que legitimam a

⁶² O município de Porto Seguro-BA, possui dois parques nacionais em seu entorno: Parque Nacional Pau-Brasil e Parque Nacional Monte Pascoal.

participação da sociedade nas políticas públicas locais, devem ser instituídos no início do processo de implantação da Agenda 21⁶³.

Considerando que o Fórum pode ser instalado em espaços públicos de participação existentes no município (comitês de bacia hidrográfica, conselho de meio ambiente, conselho de acompanhamento da implementação do Plano Diretor municipal⁶⁴), seu funcionamento pode contribuir para a ampliação do debate nesses colegiados. Isso parece estar acontecendo de fato, como afirmam dois entrevistados:

“[Estamos] em um momento de transição da coordenação do projeto, e as pressões para a criação do Fórum estão paradas. Estamos realizando uma proposta para que a prefeitura monte o Fórum Municipal através do Coletivo de Entidades Ambientalistas [...]” (Entrevistado 8).

“[...] A Agenda 21 foi incorporada ao conselho do Plano Diretor do município” (entrevistado 2).

Este aspecto é também consonante com as orientações do MMA:

“Na tentativa de evitar um número muitas vezes ingovernável de fóruns, comissões, conselhos em uma mesma localidade e, também, de otimizar recursos e de integrar ações, o Programa Agenda 21 tem orientado [...] que o Fórum da Agenda 21 Local pode ser exercido por uma estrutura já existente e em funcionamento, desde que [...] assuma em suas atribuições a construção e implementação da Agenda 21 Local.” (MMA, 2006:24).

Algumas Agendas 21 locais funcionam sem a existência de um Fórum, mas também contam com parcerias institucionais para o desenvolvimento de suas atividades. Os resultados evidenciaram, na percepção dos gestores das Agendas 21 locais, que as ONGs e o Governo Federal são seus principais parceiros, enquanto

⁶³ Como recomendado no guia do “Passo a Passo da Agenda 21 Local” (MMA, 2006a).

⁶⁴ O Ministério das Cidades.

somente 2 interlocutores apontaram a Câmara Municipal⁶⁵ como parceiro relevante. Sobre este aspecto, Kranz (1999) afirma que a parceria da Câmara é importante para o andamento de uma Agenda 21 Local:

“A Agenda 21 deixa claro que o progresso só acontecerá quando todos trabalharem juntos. No nível local, isso significa a Prefeitura e a Câmara trabalhando com a comunidade para preparar, promover e agir sobre uma Agenda 21 Local compartilhada. [...] O elemento de parceria representa um dos maiores desafios da Agenda 21 Local” (KRANZ, 1999:87).

Assim, parece essencial que os Fóruns de Agenda 21 Local promovam estratégias para a participação do Poder Legislativo municipal no processo, considerando que isto pode gerar novos programas e projetos de governo nas áreas social, ambiental e econômica, através de leis, decretos ou regulamentos.

A Agenda 21 pode, portanto, gerar sinergia e integração entre diferentes setores e instituições da sociedade e do Poder Público, e indicar, por exemplo, ações para políticas públicas de conservação ambiental regional. Entretanto, esta pesquisa não aprofundou o nível de funcionamento dos Fóruns e de que forma eles abordam a “conservação da biodiversidade”⁶⁶. Para este tema, foi realizada uma pergunta específica “Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município?” (pergunta 7 do questionário aos gestores de Agendas 21 locais), cujo resultado possibilitou analisar o nível de importância das questões ambientais (desmatamento, poluição do ar, conservação da biodiversidade, saneamento urbano,

⁶⁵ As Agendas 21 que citaram a Câmara Municipal como um parceiro principal foram as de Porto Seguro e de Conceição do Mato Dentro. As que citaram as empresas locais: Agenda 21 de Ubatuba e Macaé.

⁶⁶ A “conservação da biodiversidade” é abordada, principalmente, no terceiro enfoque deste capítulo.

contaminação da água, lixo, unidades de conservação, desastres naturais⁶⁷) para o município.

Já a parceria das ONGs⁶⁸ foi reconhecida pelos gestores de Agendas 21 locais como fundamental. Este parece ser um resultado importante da pesquisa, uma vez que este parceiro pode contribuir para as ações e estratégias de divulgação e mobilização social, necessárias para o funcionamento das Agendas 21. Um interlocutor comemora:

“Finalizamos o Plano de Ação [da Agenda 21], baseado no processo de consulta de uma rede que incluiu 3.000 pessoas, considerando a representação de ONGs [...]. Esse Plano de Trabalho baseou-se em 92 projetos trabalhados com a metodologia participativa da Agenda 21, e referendado nas premissas conceituais da Agenda 21” (entrevistado 7).

Este papel é também reconhecido por Loureiro (2003), quando cita que “as ONGs [...] não falam em nome de classes, [...] mas em nome de objetivos e causas, o que traz, em tese, maior potencial de mobilização social e de articulação” (LOUREIRO, 2003). Ainda, este autor infere que as ONGs assumiram um papel político, voltado para ações que possam atender às necessidades básicas e problemas do cotidiano da sociedade (*op cit.*).

O Governo Federal é, também, considerado parceiro importante para a maioria das Agendas 21 locais pesquisadas. Este aspecto se justifica através da percepção do próprio Governo Federal, e como sustenta Batista (MMA, 2004)⁶⁹, “a parceria do Governo Federal [...] é fundamental para fortalecer os grupos que iniciam ou implementam Agendas 21 locais em seus municípios, e para concretizar políticas

⁶⁷ As demais questões investigadas por esta pergunta foram agricultura, crianças e adolescentes, violência, educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura, geração de trabalho e renda, infra-estrutura urbana, drogas.

⁶⁸ Muitas Agendas 21 locais no Brasil são geridas por ONGs.

⁶⁹ Ex-coordenador da Agenda 21 Brasileira.

públicas sustentáveis [...]” (MMA, 2004:4). É importante também enfatizar, neste sentido, que:

“Os R\$ 9,8 milhões destinados, no último edital do FNMA, para Agendas 21 locais representam o maior montante de recursos aplicados pelo Fundo em um único edital. Foram aprovados 64 projetos. E, considerando a relevância da Agenda 21 para as estratégias de desenvolvimento local sustentável, hoje a proposta do FNMA é lançar, periodicamente, editais para a elaboração de Agendas 21 locais e, dessa forma contribuir para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e a continuidade das ações propostas pela Agenda 21 Brasileira” (MMA, 2004:19)⁷⁰.

Percebe-se que o Governo Federal propõe apoiar a Agenda 21 Local para que esta se torne instrumento efetivo para a ação política, e que os gestores de Agendas 21 locais já reconhecem este incentivo. O IBAMA é especificamente considerado parceiro do processo, na fase de diagnóstico socioambiental da Agenda 21 do município de Mâncio Lima, no qual a ocupação irregular na “zona de amortecimento do PN da Serra do Divisor” é considerado problema relevante.

Em geral, uma das principais ameaças ao meio ambiente reconhecidas no município, na percepção dos gestores das Agendas 21 locais (5 entre os 9 entrevistados)⁷¹, é a ocupação irregular no entorno do parque nacional associado. Este aspecto parece ser fundamental para mostrar que o problema é identificado, que há pressão no entorno dos parques, e que esta pressão é reconhecida⁷².

Assim, segundo um dos interlocutores,

⁷⁰ A maioria dos projetos aprovados para este edital foi conveniada em 2005, após o levantamento e seleção das Agendas 21 locais deste trabalho.

⁷¹ A maior ameaça ao meio ambiente apontada foi “lixo”, com 8 respostas.

⁷² Um exemplo dessa pressão, segundo o ISER (2001), é no entorno do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde existem 43 assentamentos de baixa renda (favelas) circundando a unidade.

“[...] a Agenda 21 pode contribuir para a conservação da biodiversidade dos Parques na medida em que se constroem princípios para a ocupação da área [do entorno]” (Entrevistado 8).

Por ser um espaço democrático, onde conflitos⁷³ são explicitados para a possível obtenção de consensos sobre soluções de problemas socioambientais locais, a Agenda 21 Local pode se constituir em uma instância de debates sobre possíveis divergências entre a administração do PN e comunidades vizinhas, e apoiar o gerenciamento desses conflitos. A fala de um entrevistado ilustra este aspecto: “O grande papel da Agenda é promover a integração, promover a gestão integrada [entre o município e o PN]” (Entrevistado 10).”

Isto reafirma a importância da conexão entre a Agenda 21 em atividades voltadas para a importância dos parques, e estratégias que visem à diminuição do problema da ocupação irregular no entorno ou no interior dos PNs.

A diminuição da biodiversidade local, foi considerada ameaça principal somente por 3 gestores de Agendas 21 locais, revelando, portanto, que as Agendas 21 locais ainda não percebem que a “ocupação irregular no entorno do parque” e a “diminuição da biodiversidade” estão associadas. Percebe-se, nesse sentido, a necessidade de se implementar ações estratégicas conjuntas (municípios e PNs) para a discussão da expansão da pressão antrópica sobre os PNs, bem como a importância de se tentar discutir e difundir esta temática junto às populações locais e a sociedade em geral, pois a ocupação desordenada no entorno de PNs, embora não seja assim percebida, representa uma grave ameaça para a conservação da biodiversidade destas APs.

⁷³ Uma das premissas para a construção e implementação da Agenda 21 Brasileira afirma que a Agenda demanda a mediação e a negociação como forma de se avançar sobre os conflitos e contradições de processos, para que sejam discutidos e enfrentados os problemas existentes na localidade em questão (MMA, 2005).

Todos os gestores entrevistados reconhecem a “proteção da biodiversidade” (em geral, não especificamente dos PNs) como um dos temas de maior importância para a Agenda 21 Local⁷⁴, conforme os questionários respondidos (Anexo 6). Essa associação é provavelmente resultante da Rio 92, quando a Agenda 21 e os compromissos associados à Convenção de Diversidade Biológica ganharam destaque na discussão da sustentabilidade ambiental. Este resultado é consonante com a afirmação do MMA (2006:32), a seguir:

“A Agenda 21 Global contém propostas de ações e de políticas relativas a vários temas de relevância para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e dispõe de alguns capítulos que têm forte relação com os temas da Convenção de Diversidade Biológica. A Agenda 21 Global também induziu e estimula processos de Agendas 21 em outras esferas: nacional, estadual e local. A Agenda 21 Brasileira também tem relevante relação, em seus vários trechos e capítulos, diretrizes e propostas relacionadas com o patrimônio ambiental de nosso território e, portanto, de enorme importância para atender aos objetivos da CDB” (MMA, 2006:32).

Também na Agenda 21 Brasileira, um dos diagnósticos produzidos para o tema “Gestão dos Recursos Naturais” considera que a questão central do uso e conservação da biodiversidade está no desafio de implementar meios de gestão ou manejo que garantam a continuidade de espécies e de ecossistemas.

Nesse sentido, e com este resultado (a conservação da biodiversidade é tema prioritário para todas as Agendas 21 pesquisadas), é recomendável que a integração entre a Agenda 21 Brasileira, e o PNAP possa ser fortalecida e efetivada, principalmente considerando que ambos os documentos definem princípios de respeito à diversidade da vida; valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e

⁷⁴ O mesmo aconteceu com os temas “educação” e “saúde”. Esses temas foram apresentados durante as entrevistas aos gestores das Agendas 21 locais, que os enumeraram, de 1 a 5, conforme o nível de importância para a Agenda 21 Local.

simbólicos de conservação da natureza; e valorização do patrimônio natural, garantindo os direitos das gerações presentes e futuras e a defesa do interesse nacional e do interesse público. Com base nesses princípios, a Agenda 21 Local pode representar instrumento em potencial para que sociedade e governos locais apoiem as políticas de conservação da biodiversidade regional.

Os temas “desmatamento” e “Unidades de Conservação” também foram identificados como relevantes, pela maioria dos gestores de Agendas 21 locais⁷⁵, e este resultado parece ser essencial quando se considera que a implementação do PNAP é meta governamental prioritária. Nesse sentido, percebe-se a potencialidade da Agenda 21 como mecanismo essencial para se trabalhar, de forma integrada, as estratégias nacionais para a criação e a gestão das áreas protegidas.

5.2.2. O olhar a partir dos parques nacionais

Para contribuir para a análise dos PNs, esta pesquisa investigou a existência de instrumentos de gestão como ponto de partida. De acordo com os diretores de parques nacionais entrevistados, a maioria (8) dos PNs possui Plano de Manejo⁷⁶, sendo que 6 discutem também as questões sobre o entorno. No caso dos demais, o PM está sendo ainda concluído.

Essas informações são importantes, uma vez que indicam que esses parques nacionais contam com um instrumento fundamental de planejamento para as suas

⁷⁵ São estes os demais temas considerados prioritários pelos gestores das Agendas 21 locais: educação, saúde, saneamento urbano, infra-estrutura urbana, contaminação da água e do lixo, trabalho e renda, violência e criança e adolescente.

⁷⁶ Segundo o SNUC (MMA, 2003a), “Plano de Manejo” é o documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento, as normas que devem ser seguidas para o uso da UC, e o manejo dos recursos naturais.

atividades de uso público e manejo da sua biodiversidade. No entanto, Oliva e Magro (2004) observam que:

“[...] muitas das atividades desenvolvidas nas áreas envoltórias das UCs de proteção integral influenciam direta ou indiretamente o seu manejo e a proteção dos atributos que motivaram a criação e implantação das mesmas. Isso se deve, provavelmente, ao fato da pressão exercida pelas atividades desenvolvidas no entorno das unidades não ser percebida, à época em que planos de manejo mais antigos foram elaborados, como um problema relevante para o manejo” (OLIVA & MAGRO, 2004: 462).

Mas para discutir, validar e revisar o Plano de Manejo, garantindo a efetiva implantação do parque nacional, é importante que estes instalem conselhos gestores consultivos, ativos, compostos por membros da comunidade, da sociedade civil e do Poder Público. Algumas Agendas 21 Locais já participam nestes conselhos de PNs.

De acordo com os diretores de parques nacionais entrevistados, mais da metade dos PNs (6) da pesquisa possui conselho gestor⁷⁷. Este resultado parece relevante, considerando que o conselho é uma instância de gestão (participativa) de parques nacionais, que inclui as questões do entorno, o trabalho junto às comunidades, e a integração dessas comunidades com o PN como elementos fundamentais para viabilizar a conservação dos PNs. Se uma Agenda 21 Local é espaço e processo, onde sociedade e governo debatem e elaboram, de forma participativa, diretrizes e ações para a sustentabilidade ambiental local, suas propostas podem influenciar positivamente os conselhos no planejamento de ações de integração com a sociedade.

É importante também enfatizar que já há participação de algumas Agendas 21 locais nestes conselhos, conforme ilustrado a seguir: “[A Agenda 21 participou] da

⁷⁷ Todos os parques nacionais desta pesquisa, que possuem conselho diretor, têm plano de manejo, exceto o PN de Jurubatiba.

construção do planejamento participativo com os conselheiros do PN e participa do conselho, como membro.” (Entrevistado 16).

Esta afirmação aponta para a tendência de que, apesar de os membros dos conselhos gestores dos PNs serem representantes de instituições (da sociedade civil e do Poder Público), são também interlocutores da Agenda 21 Local nestes espaços. Um entrevistado resume a importância da participação dos diferentes segmentos da sociedade nos conselhos de parques:

“Embora haja um longo caminho pela frente, até que todos os problemas relacionados ao parque sejam resolvidos, hoje esse conselho é considerado uma vitória da participação e do diálogo, e uma referência para a criação e funcionamento de parques nacionais no país. Dele participam conselheiros representantes de comunidades de moradores do parque nacional, de agências do Governo Federal, do governo estadual, dos poderes públicos municipais do entorno, de comunidades indígenas, etc.” (Entrevistado 18).

Diversas foram as ameaças à biodiversidade identificados nos parques nacionais. Na percepção dos gestores de PNs entrevistados, “queimadas”, “extrativismo” e “ocupação irregular” dentro e no entorno⁷⁸ do parque nacional foram as principais pressões sobre a área. É importante verificar de que maneira as ações previstas no PM estão em sintonia com as questões levantadas.

Conforme analisado, anteriormente, os temas “desmatamento” e “ocupação irregular no entorno do PN” foram também citados como problema pela maioria dos gestores de processos de Agenda 21 Local. Considerando que, através dos grupos locais e/ou Fóruns da Agenda 21, a sociedade pode ser mobilizada e sensibilizada para a estes temas, estimular a participação e o apoio das Agendas 21 locais, tanto nas políticas de

⁷⁸ As demais ameaças principais mencionadas por mais de um diretor de PN entrevistado foram: ausência da participação da sociedade nas questões do PN; garimpo dentro da área do parque e desmatamento.

conservação da biodiversidade, quanto na implementação do PNAP, pode se constituir em estratégia fundamental para a implementação deste Plano.

Segundo a pesquisa, os principais parceiros dos parques nacionais, nas perspectivas de seus diretores, são as ONGs⁷⁹ e o próprio Governo Federal⁸⁰, através de outras instituições não vinculadas diretamente à gestão, o que coincide com aqueles identificados pelas Agendas 21 Locais.

A sociedade civil e a Agenda 21 Local já são reconhecidas como colaboradoras do PN, seja pela participação no conselho gestor, ou em atividades que beneficiem estas áreas protegidas. Entretanto, os governos locais não são considerados parceiros relevantes. Parece haver uma interlocução limitada das administrações dos PNs com o Poder Público municipal.

5.2.3. A integração dos olhares

A maioria dos gestores das Agendas 21 locais (6) considera que há uma “relação positiva” entre a Agenda 21⁸¹ e o parque nacional associado, e estes afirmam que a conservação da biodiversidade do PN constitui tema central para a Agenda 21. Nesse sentido, é possível reafirmar o potencial positivo de associação entre o Programa Agenda 21 e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas⁸², uma vez que o tema

⁷⁹ Salles (2004), ao analisar o funcionamento de alguns conselhos de Unidades de Conservação, aponta que a organização da sociedade civil no entorno dos parques e uma equipe gestora que priorize a utilização de instrumentos participativos são fundamentais para o cumprimento dos objetivos de criação destas áreas e para a gestão integrada dos recursos naturais e culturais.

⁸⁰ Por Governo Federal entendem-se órgãos e departamentos governamentais parceiros do IBAMA. Poucos consideram outros parceiros (instituições de ensino e pesquisa, empresas, associações de moradores) relevantes, e um (diretor do PN da Restinga de Jurubatiba) considerou a Agenda 21 de Macaé parceira principal.

⁸¹ Dois entrevistados afirmaram que não há relação e para um a relação é negativa.

⁸² Os quatro eixos temáticos que orientam o PNAP são planejamento, fortalecimento e gestão; governança, participação, equidade e repartição de benefícios; capacidade institucional e avaliação e monitoramento.

da proteção da biodiversidade, em geral, e relacionado a PNs, em particular, parece sensibilizar o gestor da Agenda 21.

Entretanto, apesar de a integração de políticas se constituir em questão-chave, defendida tanto pela Agenda 21⁸³, quanto pelo PNAP - que estabelece a diretriz de: “incluir a criação de áreas protegidas na formulação e implementação das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional” (BRASIL, 2006:2) – parece não haver ainda instrumentos políticos e projetos governamentais eficientes para estimular e viabilizar esta integração. Segundo Irving (1998),

“[...] a falta de um mecanismo sistemático de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais com atribuição na gestão das áreas protegidas, o que produz como efeito ações segmentadas e pouco efetivas com relação à conservação de áreas de elevada biodiversidade. A essas dificuldades, somam-se ainda a crise financeira e de recursos humanos, a carência de informações sobre as áreas protegidas, a carência de pessoal qualificado para atuar nas áreas protegidas e nas comunidades de entorno, a infra-estrutura disponível, a precária difusão midiática da problemática e das necessidades das áreas protegidas, entre outros” (IRVING, 1998:60).

Se, para a Agenda 21 Brasileira, manter a integridade das áreas protegidas constitui ação de fundamental importância, e apoiar a implementação da Agenda 21 Local é meta governamental prioritária (MMA, 2002 e 2006a), é provável que o estabelecimento de mecanismos de ação conjunta entre PNs, seus respectivos conselhos gestores e municípios associados a estas áreas, por meio das Agendas 21, possa resultar em um grande avanço para a integração de políticas públicas de conservação da biodiversidade e desenvolvimento regional.

⁸³ A Agenda 21, com o acompanhamento da CPDS, “promove parcerias para [...] efetivar a transversalidade de políticas públicas, tratar da questão territorial e do processo de certificação das Agendas 21 locais” (2005:16).

Pelas informações de pesquisa anteriormente discutidas, já ocorre, mesmo que de maneira incipiente, uma base de integração entre estes dois espaços de participação social (Agendas 21 locais e os conselhos gestores de PNs), que poderão ser ainda mais otimizados se forem promovidas estratégias políticas para esta integração, incluindo diretrizes para a participação da Agenda 21 nos conselhos de PNs, e vice-versa.

Considerando que os conselhos gestores dos PNs favorecem, em tese, a ampliação do espaço público, incorporam a pluralidade de atores e interesses diversos, estabelecendo práticas políticas entre Governo e sociedade, tal qual a Agenda 21 Local, a tendência deste movimento poderá ser positiva e construtiva, se incentivadas políticas com este objetivo. Ainda, se os entornos dos parques nacionais constituem áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade no interior dos mesmos, a geração de incentivos e renda para esta população, pensada e discutida nos Fóruns de Agenda 21 e nos conselhos dos PNs, pode representar importante estratégia com este objetivo.

Apesar de a maioria dos gestores de Agenda 21 Local reconhecer a importância da conservação da biodiversidade nos PNs, estes consideram que ainda não há ações concretas nesta direção. No entanto, atividades de turismo sustentável⁸⁴ e educação ambiental⁸⁵, promovidas pela Agenda 21 Local, foram reconhecidas como atividades possíveis para a conservação de PNs. Esta informação parece indicar a possibilidade de

⁸⁴ Segundo Wall (1997), o turismo sustentável “é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente de que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrario, servindo de base para uma diversificação da economia local.” (Wall, 1997: 486).

⁸⁵ “A Agenda 21 Brasileira apóia a Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade, que trata de propostas relativas à internalização da questão ambiental nos hábitos e costumes da sociedade por meio da educação ambiental, e da capacitação para a sustentabilidade das instituições e atores sociais.” (MMA, 2002).

as Agendas 21 locais contribuírem para o fomento de geração de renda para o município associado ao parque (através do turismo) e outras atividades econômicas de baixo impacto ambiental, assim como para a conscientização da sociedade local sobre a importância dos PNs.

Este aspecto também é mencionado por Irving (2002), para quem o turismo em parques nacionais pode possibilitar alternativas econômicas para as populações locais, no sentido do aumento de divisas a partir de atividades turísticas sustentáveis, e a construção de uma “rede” em prol da conservação dos PNs, a partir da disseminação de informações educativas, tendo no turista um aliado em potencial.

As atividades de turismo e educação ambiental podem ser otimizadas se houver uma boa integração entre a Agenda 21 Local e a administração dos PNs, beneficiando economicamente as populações do entorno, e estabelecendo novos “elos” de interesse entre a sociedade, governos locais e PNs.

A educação ambiental, como um meio de se promover a sensibilização pública para a conservação dos PNs, parece ser uma das propostas reconhecidas pelos interlocutores da pesquisa:

“Acredito que a Agenda 21 também deva melhorar a consciência dos moradores e visitantes [do parque], de sua cidadania e de seus direitos, formando cidadãos críticos atuantes, cômicos de seus problemas e dispostos a buscar soluções em parceria com o governo” (Entrevistado 5).

“A grande contribuição da Agenda vai ser a questão da sensibilização da importância da conservação do parque” (Entrevistado 4).

Nesse sentido, tanto os centros de visitantes, quanto a área externa do PN, constituem espaços que podem ser utilizados pela comunidade local para atividades de

educação. Um maior esforço em projetos e programas de educação ambiental poderia contribuir para a ampliação do interesse da sociedade pelo PN.

Para a conservação da biodiversidade dos PNs, além de turismo sustentável/ecoturismo e educação/educação ambiental, a pesquisa identificou também o apoio que a Agenda 21 Local poderia dar à “divulgação” desta AP, conforme o depoimento a seguir:

“Na verdade, primeiro tem que haver uma divulgação do que é o parque para a comunidade local, conscientização. A partir daí, é necessário um intercâmbio dos gestores dos parques com as escolas municipais, tanto com a temática do meio ambiente, quanto para a formação desses alunos, e planejamento para o turismo” (Entrevistado 2).

É necessário, portanto, que se trabalhe o enfoque de conservação de recursos naturais em conjunto com o desenvolvimento de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental, associadas a ações educativas que possam gerar mudanças na forma de se interpretar o valor intrínseco dos PNs.

É importante mencionar que os diretores dos PNs conhecem a Agenda 21 Local, o que parece ser uma informação importante nesta análise⁸⁶, uma vez que as Agendas 21 podem se constituir em instrumentos de apoio à conservação destas áreas protegidas, conforme ilustrado pelos depoimentos a seguir:

“Tem que ver quem é quem primeiro, e se pode ajudar a dar alternativas para a comunidade, e isso pode ser uma grande contribuição da Agenda 21” (Entrevistado 15).

⁸⁶ Este dado parece importante para esta pesquisa no sentido de que até os parques nacionais mais distantes dos municípios associados pesquisados (como o PN da Serra do Cipó, distante 60 km de Conceição do Mato Dentro, e o PN Monte Pascoal, há 126 km de Porto Seguro), reconhecem a existência de Agendas 21 locais nesses municípios, percebendo-se, portanto, que a Agenda 21 pode estar presente na subjetividade desses gestores de PNs.

“Temos que ter gente da Agenda 21 no parque, pois a ação conjunta dos dois aumenta o apoio do Governo e levanta ações necessárias, como por exemplo, a construção de guaritas armadas para a conservação da biodiversidade” (Entrevistado 15).

Formular estratégias de sensibilização das comunidades adjacentes aos PNs para a importância social, ambiental e econômica dessas áreas é tarefa que exige instrumentos amadurecidos de interlocução com a sociedade, bem como mecanismos de planejamento participativo (como a Agenda 21), que contemplem ações de conservação da biodiversidade.

No entanto, apesar do aparente reconhecimento da potencialidade da Agenda 21 para a conservação dos PNs, somente 4 gestores de parques nacionais afirmam haver real contribuição da Agenda 21 Local para a conservação do PN⁸⁷. Os mesmos também consideram que esta contribuição pode ocorrer na forma de apoio ao turismo sustentável/ecoturismo no PN. Nesse caso, o “turismo sustentável” reaparece como temática reconhecida para a integração entre o parque nacional e a Agenda 21 Local. Este resultado parece importante, primeiramente porque o turismo pode vir a se tornar uma atividade economicamente viável e ambientalmente sustentável, se bem planejado. Em segundo lugar, a questão ambiental, segundo Irving (2003), na perspectiva ecológica e social, pode ser incorporada ao planejamento do turismo, como inspiração para a prática da cidadania, uma das principais vocações da Agenda 21.

Nesse contexto, o incentivo à integração de políticas públicas que associem a Agenda 21 aos parques nacionais parece viável, a partir de estratégias que potencializem o desenvolvimento do turismo sustentável nestas áreas. Uma forte

⁸⁷ Um diretor de parque nacional disse que a contribuição da Agenda 21 Local se dá através da participação no conselho gestor (PN da Restinga de Jurubatiba).

recomendação dos gestores de PNs para a conservação da biodiversidade regional, tendo a Agenda 21 como foco, coincide com a perspectiva dos gestores das Agendas 21 Locais, ou seja, além do turismo, foram sugeridas atividades de educação ambiental nos PNs, incluindo mobilização e sensibilização da comunidade local⁸⁸.

“Nas reuniões, as pessoas que representam [a Agenda 21] falam bem da unidade [PN da Amazônia]. Isso contribui para a sua conservação pois só de você explicar bem o que é a unidade já ajuda o parque” (Entrevistado 15).

“O tema ambiental deve ser privilegiado através da educação, abordando questões sobre o uso e manejo do fogo, principalmente” (Entrevistado 13).

“Acredito que seja através da educação ambiental [que a Agenda 21 de Mâncio Lima pode contribuir para a conservação da biodiversidade do PN Serra do Divisor]” (Entrevistado 18).

No âmbito das políticas públicas, os resultados deste trabalho podem ser úteis para avanços futuros, tendo em vista a potencialidade da Agenda 21 como instrumento de sensibilização para a conservação da biodiversidade em PNs. O envolvimento da sociedade em Fóruns da Agenda 21 Local, pode nesta lógica, representar importante avanço na implementação do PNAP. Nesse sentido, a integração dos planos de ação da Agenda 21 e do PNAP é especialmente relevante, e consistente com a percepção do Programa Agenda 21 do MMA, na qual as recomendações e ações propostas pela Agenda 21 buscam uma articulação entre desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade. Esta associação poderá ser um grande avanço das várias políticas nacionais para o aprimoramento da gestão participativa e integrada dos programas governamentais em curso.

⁸⁸ O turismo sustentável e a participação no conselho, também mencionados pelos diretores de PNs como atividades que podem contribuir para a conservação da biodiversidade destas unidades.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nas três esferas de Governo, os profissionais envolvidos com a biodiversidade não perceberam ainda que a Agenda 21 pode contribuir para a Política Nacional da Biodiversidade”.

Ana Paula Prates

O presente estudo buscou investigar de que forma a Agenda 21 contribui – ou pode contribuir – para a conservação da biodiversidade em parques nacionais, a partir da percepção de gestores tanto de Agendas 21 locais, quanto de parques nacionais brasileiros. Esta é uma associação possível? De que maneira?

Apesar de a pesquisa ter partido do olhar sobre um universo amplo, este se reduziu a um número limitado de Agendas 21 locais e parques nacionais associados, uma vez que parece não haver estratégias claramente definidas, sob a forma de políticas públicas, para a ação conjunta da Agenda 21 e a gestão de áreas protegidas. No entanto, os casos analisados foram interessantes, pois apontaram algumas tendências e recomendações para a integração de políticas públicas com este objetivo.

O debate sobre a relação entre “sociedade e natureza”, e os caminhos que conduzem à “sustentabilidade ambiental” foram as principais bases de reflexão para este estudo. E, analisando alguns “caminhos” para a conservação da biodiversidade, tanto a Agenda 21 quanto o PNAP parecem estabelecer elementos integradores para as políticas de conservação da biodiversidade. Esses elementos podem ser, por um lado, efetivos (a Agenda 21 pode ser mecanismo de apoio tanto ao processo decisório democrático

quanto ao planejamento para políticas de conservação da biodiversidade) e, por um outro lado, formadores de opinião, já que os gestores dos PNs podem estar cientes da importância da Agenda 21 como possível instrumento para a conservação de parques nacionais, principalmente com relação à dinâmica do entorno.

A contribuição da Agenda 21 para a conservação da biodiversidade em PNs pode acontecer, por exemplo, através de debates em seus Fóruns, e por meio do fortalecimento do seu papel nos conselhos gestores destas áreas protegidas. Apesar desta contribuição ainda não ser significativa, a pesquisa indicou, na percepção de seus principais interlocutores, a sua potencialidade para a promoção do “turismo” regional em bases sustentáveis, este compreendido como uma atividade estratégica para a conservação da biodiversidade. Da mesma forma, a Agenda 21 Local foi interpretada como canal possível para o fomento de atividades de “educação ambiental”, como um caminho para a construção de conhecimentos e práticas voltados para a conservação da biodiversidade nos PNs.

Ao que parece, pelas informações obtidas, há uma convergência de opiniões que reforça a importância de investimentos futuros na inserção das temáticas de educação (ambiental) e turismo na pauta de discussão das Agendas 21 locais, no entorno de parques nacionais, em termos de desenvolvimento de estratégias comunitárias e alternativas econômicas de baixo impacto ambiental, tendo o turismo como inspiração. O turismo sustentável, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento da “apropriação” das áreas protegidas pelas populações locais, pode incrementar a economia regional e promover geração de emprego e renda para as comunidades locais. Por outro lado, o desafio talvez seja fazer com que o turismo seja desenvolvido de forma integrada com as demais políticas públicas regionais para que possa se constituir

em atividade sustentável que alie conservação da biodiversidade e desenvolvimento local.

Se esta pesquisa indica que os gestores de Agendas 21 locais reconhecem a proteção da biodiversidade como um dos temas de maior importância para seus processos, será importante explorar este tema como dinamizador do funcionamento desses processos, e sua potencialidade de integração com os parques nacionais. Aos gestores de parques nacionais, cabe buscar essas Agendas para, juntos, estabelecerem estratégias de interlocução com a sociedade, integrando desenvolvimento e conservação e minimizando os efeitos perversos da cisão sociedade e natureza. Por intermédio dos atores da Agenda 21, seria possível mobilizar a sociedade para o debate sobre a conservação da biodiversidade em parques nacionais.

Em nível nacional, e para políticas públicas, uma maior aproximação da Agenda 21 e do PNAP parece, portanto, essencial. Um potencial positivo para a integração destas políticas e programas parece estar em consonância com os princípios do PNAP, voltados para a promoção do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas. Esta mesma dinâmica pode se dar em relação à Agenda 21 Brasileira, para a qual “manter a integridade das áreas protegidas por lei, tais como as unidades de conservação, é ação de fundamental importância” (MMA, 2002). Nesse sentido, parece interessante que seja proposto um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente que apóie iniciativas de Agendas 21 locais associadas à proteção da biodiversidade em PNs.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa ter contribuído para apontar lacunas e ressaltar a importância da associação entre Agenda 21 e parques nacionais para políticas públicas de conservação da biodiversidade, baseadas no entendimento do debate existente entre a relação sociedade e natureza, e no potencial coletivo de transformar a

lógica do funcionamento da sociedade, a partir de um olhar dirigido ao patrimônio natural e às suas formas de inserção nas prioridades da contemporaneidade. Retomar as reflexões sobre a natureza e levá-las para um espaço público de debates sobre “novos” caminhos a serem construídos representa um grande desafio. Para isto, a redefinição de subjetividades e princípios sociopolíticos orientadores da gestão dos recursos naturais se torna fundamental para se pensar estratégias de desenvolvimento regional.

Sustentabilidade não se constitui em objetivo a ser atingido, mas processo em contínuo movimento. Assim, é essencial que a sociedade invista gradual e coletivamente na aplicação de instrumentos que levem tanto à assimilação deste conceito, quanto à politização das práticas conjuntas entre sociedades e governos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. & LEROY, J. P. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro, série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e democrático, Fase, no. 1, 1999.
- AFONSO, C. *Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BATISTA, P. I. “Entrevista”. In: *Agenda 21 para o Brasil sustentável*. Brasília, Revista Agenda 21 para o Brasil sustentável, MMA, 2003.
- BENSUAN, N. *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por quê?* Brasília: Editora UNB - Instituto Socioambiental, 2002.
- BORN, R. H. “Compensações e serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social”. In: BORN, R. H. & TALOCCHI, S. (coords.). *Proteção do capital social e ecológico por meio de compensações por serviços ambientais (CSA)*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- BRASIL, Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006: institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
- BRUNDTLAND, G. *Nosso futuro comum. Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CAVALCANTI, C. “Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável”. In: _____ (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. (4ª ed.). São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- CERQUEIRA, F. & FACCHINA, M. *Agenda 21 e os objetivos do milênio: as oportunidades para o nível local*. Brasília, série Cadernos de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, MMA, 2005.
- CONSTANZA, R. *et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital*. London: Nature, n387, 1997.
- COSTANZA, R. “Economia ecológica: uma agenda de pesquisa”. In: MAY, P. H. & MOTTA, R. S. (orgs.) *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- CRAW, R. C.; GREHAN, J. R.; HEADS, M. J. *Panbiogeography: tracking the history of life*. New York: Oxford University Press, 1999.
- CHEVITARESE, L. *Agenda 21: Ética Ambiental na condição pós-moderna?* UFRJ/IP/EICOS: Rio de Janeiro, 2003 (dissertação de mestrado).
- DIAMOND, J. *Guns, germs, and steel: the fates of human societies*. New York: Norton, 1997.

- DIEGUES, A. C. *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. (2ª ed.). São Paulo: Annablume/ Hucitec/ Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Unidas Brasileiras, 2000.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. (4ª. ed). São Paulo: Annablume/ Hucitec/ Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Unidas Brasileiras, 2002.
- DOUROJEANNI, M. & PÁDUA, M. T. J. *Biodiversidade: A hora decisiva*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- EDGAR, A. & SEDGWICK, P. *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. Trad.: Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.
- FOSTER, J. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANCO, M. A. R. *Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*. São Paulo: Annablume, 2001.
- GÓMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. “Traditional Management of Tropical Forests in México”. In: ANDERSON, A. *Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rainforest*. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- GUATTARI, F. *As Três Ecologias*”. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt; revisão da tradução Suely Rolnik. (2ed.). Campinas, SP: Papirus, 1990.
- GUIMARÃES, M. “Abordagem relacional como forma de ação”. In: Guimarães, M. (org.) *Caminhos da Educação Ambiental*. Campinas: Papirus, 2006.
- GUIMARÃES, R. P. “Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas”. In: BECKER, B. & MIRANDA, M. (orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *O Parque Nacional da Tijuca: Contribuições para a Gestão Compartilhada de uma Unidade de Conservação Urbana*. Rio de Janeiro, s.ed., 2000.
- IRVING, M. A. “Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento”. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia. Instituto de Psicologia UFRJ*. Rio de Janeiro: CNPQ. Imago, vol. 50, n. 4, 1998.
- IRVING, M. A. AZEVEDO, J. *Turismo: o Desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- IRVING, M. A. “Diplomacia contemporânea e meio ambiente: o contexto brasileiro”. In: BRIGAGÃO, C. (org.). *História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Cebri, 2000.

- IUCN. *Parks*. Suíça: IUCN, v.2, n.3, 1991.
- JOST, F. “Realizando um mundo sustentável e o Papel do Sistema Político na Consecução de uma economia sustentável”. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- KITAMURA, P.C. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1994.
- KLINK, C. A. “O Papel da Pesquisa Ecológica na Gestão Ambiental e Manejo dos Ecossistemas”. In: BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: a política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KRANZ, P. “Agenda 21 Local: Uma proposta de sustentabilidade.” SILVEIRA, C. & REIS, L. C. (orgs.). *Desenvolvimento Local: Dinâmica e Estratégias*. Rio de Janeiro: RITS, 2001.
- KRANZ, P. *Pequeno Guia Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1999.
- LATOUCHE, S. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. trad. Celso Mauro Paciornik. Coleção Horizontes da globalização. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LAYARGUES, P. P. *A Cortina de Fumaça*. São Paulo: Annablume, 1998.
- LEFF, E. “Pensar A Complexidade Ambiental” In: LEFF, Enrique (ORG) *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFF, E. *Saber ambiental*. Tradução de Lucia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEROY, J. P. et. al. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora – Desenvolvimento, Sustentabilidade, Democracia: O que isso tem a ver com você?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico – Uma Abordagem Política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B. “Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental”. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYARGUES, P. P.; CASTRO, R. (orgs.). *Pensamento Complexo, Dialética e Educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006
- LOUREIRO, C. F. B. “Educação ambiental e teorias críticas. In: Guimarães, M. (org.) *Caminhos da Educação Ambiental*. Campinas: Papyrus, 2006a.
- LOUREIRO, C. F. B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo, Cortez, 2004.
- LOWY, M. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Coleção questões da nossa época, v. 125, Cortez, 2005.

- MARTINEZ, A. "The New Regional Planning and Implementation of the Convention on Biological Diversity". In: SAUNIER, R. E. & MEGANCK, R. A. (eds.). *Conservation of biodiversity and the New Regional Planning*. Washington: OAS/IUCN, 1995.
- MARX, K. *Texts on Method*. Oxford: Basil Blackwell, 1975.
- MCCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso – A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1992.
- MEADOWS, D. H., et al. *The Limits to Growth*. New York, New American Library, 1972.
- MESZÁROS, I. *A Teoria da alienação em Marx*. trad. Isa Tavares. São Paulo: Bomtempo, 2006.
- MILANO, M. S. *Manejo de Áreas Silvestres*. Anais do VI Congresso Florestal Brasileiro. Campos do Jordão: SBS, v.1 (134-138), 1990.
- MILLER, K. "Planificación de Parques Nacionales para el Desarrollo en Latinoamérica." In: *Crecimiento y desarrollo de los parques nacionales en Latino America*. Madrid: Fundación para la Ecología y la Protección del medio ambiente, 1980.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 Brasileira. Resultado da Consulta Nacional*. Brasília: MMA, 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 Brasileira. Ações Prioritárias*. Brasília: MMA, 2002a.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei n.º 9.985, de 18 de Julho de 2000 – Decreto n.º 4.340, de 22 de Agosto de 2002*. (3.º ed.). Brasília: MMA, 2003.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Revista Agenda 21 para o Brasil Sustentável*. Brasília: MMA, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 e Biodiversidade*. Brasília, série Cadernos de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, MMA, 2006.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Passo a Passo da Agenda 21 Local*. Brasília: MMA, 2006a.
- MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. (5ª ed.). São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra Natureza*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- OLIVA, A. & MAGRO, T. C. "A evolução do planejamento do entorno das unidades de conservação de proteção integral". In: *IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Anais vol. 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Rede pró-Unidades de Conservação, 2004.

- PÁDUA, J. A. “A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais”. In: Milano, M.; Takahashi, L.; Nunes, M. L. (orgs.) *Unidades de Conservação: atualidades e tendências 2004*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.
- PENA-VEGA, A. *O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a Ecologia Complexa*. Trad. Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- RIBAS, O. T. *A Sustentabilidade das Cidades: os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade ambiental de Brasília*. Brasília: UNB/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003. (tese de doutorado).
- SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SENADO FEDERAL. *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. (2ªed.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- SOARES, M. C. C. (coord). *Entorno de Unidades de Conservação – Estudos de experiências em UCs de Proteção Integral*. Série n.º 4. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.
- SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável – Conceitos e Impactos Ambientais*. Trad. Margarete Dias Pulido. Vol.1. (2ªed.). São Paulo: Aleph, 2000.
- THERBORG, J. & VAN SCHAIK, C. “Por que o mundo necessita de Parques”. In: THERBORG, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (orgs.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Fundação O Boticário/UFPR, 2002.
- UICN. *V Congresso Mundial de Parques da UICN*. Durban (África do Sul): 8 a 17 de setembro de 2003.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM (UNEP). *Relatório da Conferência das partes da Convenção sobre Diversidade Biológica*. Kuala Lumpur: s.ed., 2004.
- UNITED NATIONS. *Earth Summit Agenda 21 – the United Nations Programme of action from Rio*. Nova York: United Nations, 1997.
- VIANNA, L. P. et al. *Conflitos entre Populações Humanas em Unidades de Conservação em Mata Atlântica*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- WALL, G. *Is Ecotourism Sustainable?*. In: “Environmental Management”, s.ed., nº4, vol 21, 1997.
- WILSON, E. O. *Biodiversity II: understanding and protecting our biological resources*. Washington: Joseph Henry Press, 1997.

Sites Consultados:

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Cadastro Técnico Federal*. <http://www.ibama.gov.br>.
MMA – Ministério do Meio Ambiente – <http://www.mma.gov.br/agenda21>.

Anexo 1 – Lista dos 40 capítulos da Agenda 21 Global

Capítulos da Agenda 21 Global

1. Preâmbulo
2. Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento e nas políticas internas
3. Combater a pobreza
4. Mudar os padrões de consumo
5. Dinâmica demográfica e sustentabilidade
6. Proteger e promover a saúde humana
7. Promover assentamentos humanos sustentáveis
8. Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão
9. Proteger a atmosfera
10. Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo
11. Combater o desflorestamento
12. Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação
13. Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas
14. Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis
15. Conservar a diversidade biológica
16. Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia
17. Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida
18. Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos
19. Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos
20. Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos
21. Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário
22. Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos
23. Fortalecer o papel dos principais grupos sociais
24. Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo
25. Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável
26. Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades

27. Fortalecer o papel das organizações não-governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável
28. Iniciativas das autoridades locais em apoio à AGENDA 21
29. Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos
30. Fortalecer o papel da indústria e dos negócios
31. Comunidade científica e tecnológica
32. Fortalecer o papel dos fazendeiros
33. Recursos e mecanismos financeiros
34. Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação
35. Ciência para o desenvolvimento sustentável
36. Promover a educação, consciência pública e treinamento
37. Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento
38. Arranjos institucionais internacionais
39. Instrumentos e mecanismos legais internacionais
40. Informação para a tomada de decisões

Anexo 2 – Lista das Agendas 21 locais utilizada

AGENDA 21 LOCAL

INICIATIVAS REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE AGENDA 21

Região Norte

Estado	Municípios envolvidos nos processos de Agenda 21 Local
Acre	Agenda 21 Estadual, Capixaba, *Mancio Lima.
Amapá	Arquipélago do Bailique (<i>Delta do Amazonas</i>), *Macapá, Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá.
Amazonas	Agenda 21 Estadual, Associação Agroextrativista Antimary, Boa Vista do Ramos, Labrea, Pauini.
Pará	*Agenda Estadual do Pará, Altamira, Ananindeua, Arquipélago do Mainique, Arquipélago do Marajó, *Aveiro, *Bom Jesus do Tocantins, *Brejo Grande do Araguaia, Breves, Curionópolis, *Dom Eliseu, Floresta do Araguaia, *Gurupa, *Itaituba, Itupiranga, Jacundá, Melgaço, *Muaná, Nova Ipixuna, *Novo Repartimento, *Piçarra, *Porto Moz, *Rondon do Pará, Santa Bárbara d'Oeste,, Santarém, São Domingos do Araguaia, *São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, *Trairão, *Tucuruí, *Uruara, Vitória do Xingu.
Rondônia	Agenda 21 Estadual de Rondônia, *Castanheiras, Colorado do Oeste, *Ji-Paraná, *Ministro Andreazza, Nova União, O*uro Preto do Oeste, *Pimenta Bueno, *Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, Vilhena.
Roraima	Agenda 21 Estadual de Roraima.
Tocantins	Arapoema, Axixá, *Itaguatins, *Luzinópolis, *Sampaio, São Sebastião do Tocantins

Região Nordeste

Estado	Municípios envolvidos nos processos de Agenda 21 Local
Alagoas	Agenda Estadual de Alagoas, *Arapiraca, Coqueiro Seco, Cajueiro, Maragogi.
Bahia	Agenda Estadual da Bahia, Aiquara, Alagoinhas, América Dourada, Aramari, Bahia de Todos os Santos, Barra, Barra da Estiva, Barra do Choça/Iguaí (<i>Choça e Iguaí</i>), Barreiras, Belmonte, Boquira, *Brumado, Cabaçeiros do Paragaçu, Caculé, Canasvieiras, Caravelas, Barra de Choça, Caturama, Chochorró, Conceição do Almeida, Conde, Costa do Descobrimento (<i>Belmonte, Canasvieiras, Eunápolis, Itabela, Itajimorim, Itamaraju, Itapebi, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália</i>), Costa dos Coqueiros, Cruz das Almas, *Curaçá, Eunápolis, Feira de Santana, Governador Mangabeiras, Guanambi, Ibiassucé, Ibotirama, Igaporá, Iguaí, Ilha de Itaparica, Ilhéus, Ipiauí, Itabela, Itaberaba, Itabuna, Itajimorim, Itamaraju, Itapé, Itapebi, Jacaraci, Jacobina, Jaguaquara, Jequié, Licínio de Almeida, Macaúbas, Maetinga, Maragogipe, Marau, Mutuípe, Nova Redenção, Nova Viçosa, Paramirim, Piritiba, Porto Seguro, Prado, Região do Extremo Sul da Bahia (<i>Prado, Alcobaça, Itamaraju e Ponta Corumbau</i>), Sul da Bahia (<i>Ilhéus, Ituberaba e Cairu</i>), Riacho do Santana, Ribeirão do Largo, *Rio das Contas, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia, Santa Terezinha, São Desidério, São Félix do Coribe, Tapiramutá, Ubaitaba.
Ceará	Agenda Estadual do Ceará, Aquiraz, Fortaleza, *Maranguape, *Merouca, Microrregião do Sertão Central, Pedra Branca, *Quixadá, *Sobral.

Maranhão	Agenda do Estadual do Maranhão, Alcântara, Região de Balsas (<i>Sul do Maranhão</i>), São Luiz.
Paraíba	Bacia do Rio do Peixe (<i>Aparecida, Bernardino Batista, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Lastro, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, Sousa, Triunfo, Uiraúna, Marizopólia, Poço Dantas, Poço José de Moura, Santa Cruz, Vierópolis, Santarém, São Francisco</i>), *Bayeaux, João Pessoa, *Lagoa Seca.
Pernambuco	Agenda 21 Estadual de Pernambuco, Agreste Central, *Araripina,* Bacia do Pirapama (<i>Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno, Escada, Vitória do Santo Antão e Pombos</i>), *Cabo de Santo Agostinho, *Camaragibe, *Caruaru, *Escada,* Frei Miguelino, Goiana, *Igarapu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Litoral Norte, Moreno, *Olinda, Panelas,* Paulista, Petrolândia, *Petrolina, Pólo Gesseiro, Região de Aldeia (<i>Camaragibe, São Lourenço, Pau Dalho, Recife, Paulista, Abreu Lima e Arasoíaba</i>), Sertão Central, *Trindade, Vale do Alto Pajeú.
Piauí	Agenda 21 Estadual, Miguel Alves, Monsenhor Gil, *Parnaíba, Teresina.
Rio Grande do Norte	Agenda 21 Estadual do Rio Grande do Norte, *Açu, Baraúma, *Governador Dix Sept Rosado, *Grossos, *Maxaranguape, Natal, Nova Cruz, *Parnamirim.
Sergipe	Agenda 21 Estadual de Sergipe

Região Centro-Oeste

Estado	Municípios envolvidos nos processos de Agenda 21 Local
Distrito Federal	Agenda do Distrito Federal, Planaltina.
Goiás	Agenda do Estadual de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Mineiros, Alto Paraíso, Nazário, Anápolis, *Pirenópolis, Aparecida de Goiás, São Miguel do Araguaia, Caldas Novas, Uruaçu, Diorama, Valparaíso de Goiás, *Goiânia, Iporá, Jataí, Luziania, Chapada dos Veadeiros, Entorno Goiano, Pólos de Goiás (<i>Águas Lindas de Goiás, Alto Paraíso, Anápolis, Caldas Novas, Goiânia, Iporá, Jataí, Luziânia, Mineiros e Uruaçu</i>).
Mato Grosso	Agenda Estadual do Mato Grosso, *Alta Floresta, *Carlinda, Castanheira, Consórcio do vale do Guaporé, Cuiabá, *Denise, Guarantã do Norte, Juína, *Juruena, Lucas do Rio Verde, *Nova Olímpia, *Paranaíta, Pólos de Integração de MT/RO, Poxoréu, Santo Afonso, *São Félix do Araguaia, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Sinop, Terra Nova do Norte, *Xavantina.
Mato Grosso do Sul	Agenda Estadual do Mato Grosso do Sul, Bacia do Rio Taquari, Bacia do Rio Vermelho, Bacias do Rio Apa e Miranda, Bela Vista, Bonito, *Campo Grande, Consórcio do Vale do Guaporé, Corumbá, Mundo Novo, São Gabriel do Oeste.

Região Sul

Estado	Municípios envolvidos nos processos de Agenda 21 Local
Paraná	Agenda 21 Estadual do Paraná, Agenda 21 da Engenharia, Araçongá, Araucária, Campina Grande do Sul, *Campo Mourão, *Chopinzinho, Curitiba, Francisco Beltrão, Ivaipora, Jacarezinho, Lapa, Londrina, Pato Branco, Ponta Grossa, *Pontal do Paraná, Porto Rico, São Pedro do Avai, União da Vitória.
Rio Grande do Sul	Agenda 21 Estadual do Rio Grande do Sul, Boa Vista do Cadeado, Bom Princípio, Cambará do Sul, Cassino, Comitê da Bacia do Rio Uruguai, Comitê das Bacias Litorâneas, Comitê da Bacia do Rio Guaíba, Porto Alegre, Santa

	Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Vitória do Palmar, *Santana do Livramento, São Domingos do Sul, Terra de Areia, Torres, *Pelotas, *Vera Cruz.
Santa Catarina	*Agenda 21 Estadual de Santa Catarina, Anitápolis, Bacia do Itajaí, Bacia do Rio Camboriu, Bacia do Rio Chapecó, Bacia do Rio Cubatão, Bacia do Rio Tubarão, Bacias do Estado de Santa Catarina, Bacia do Rio Araranguá, Bacia do Rio Mampituba, Bacia do Rio Canoas, Bacia do Rio do Peixe e Bacias do Alto Paraguay, Biguaçu, Blumenau, *Bombinhas, Campo Erê, Consorcio da Bacia do Alto Rio Negro Catarinense, Consórcio Quiriri região Lagoa da Conceição, Florianópolis, *Itajaí, Joinville, Laguna, *Porto Belo, São José, São José dos Ausentes, São Francisco do Sul, *Xanxerê.

Região Sudeste

Estado	Municípios envolvidos nos processos de Agenda 21 Local
Espírito Santo	Agenda Estadual do Espírito Santo, Afonso Cláudio, Águia Branca, Alegre, Alto Rio Novo, Apicá, *Aracruz, Bacia do Rio Doce, Bacia do Rio Machado, Biraçu, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Conceição da Barra, Consórcio do Rio São José (<i>Águia Branca, Alto Rio Novo, Colatina, Linhares, Mantenópolis, Sooterama, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel do Palha, Rio Bananal, Vila Valério</i>), Consórcio do Rio Guandu (<i>Afonso Cláudio, Brejetuba, Laranja da Terra</i>), Costa do Descobrimento (<i>Litoral Norte do ES, Conceição da Barra, São Mateus</i>), Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, *Ibiraçu, Ibitirama, Irupi, Iúna, *João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Mucurici, Muniz Freire, Nova Venécia, Pancas, Porto Belo, Presidente Kennedy, Rio Bananal, São Domingos do Norte, São Gabriel do Palha, São José do Calçado, São Mateus, Serra, Sooretama, *Sul do Espírito Santo (<i>Dores do Rio Preto, Guaçuí, São José do Calçado, Divino de São Lourenço, Alegre, Ibitirama, Ibatiba, Irupi, Iúna e Muniz Freire</i>), *Venda Nova do Imigrante, Vera Cruz, Vila Valério, *Vila Velha.
Minas Gerais	Agenda Estadual de Minas Gerais, *Acaiaca, Aguanil, Alfenas, Alterosas, Alto Caparão, Alvarenga, Areado, *Bacia do Rio Caratinga (<i>Alvarenga, Caratinga, Conselheiro Pena, Dom Cavati, Domingos das Dores, Entre Folhas, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião da Anta, Tarumirim, Tumiritinga, Ubaporanga</i>), Bacia do Rio Machado, Bacia do Rio Meio Paraíba, Bacia do Rio Paraopeba (<i>Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafayette</i>) Microrregião de Médio Rio Doce, Bairro da Pampulha, Barra, Belo Horizonte, *Betim, Boa Esperança, Cabo Verde, Caiana, Campo Belo, Campo de Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capitólio, Caratinga, Carmo do Rio Claro, Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, Elói Mendes, Entre Folhas, *Espera Feliz, Formiga, Glória, *Governador Valadares, Guapé, Ilicínia, Imbé de Minas, Inhapim, Itanhomi, *Iturama, Juiz de Fora, Lavras, *Limeira do Oeste,* Machado, Mariana, Monte Belo, Nazareno, Nepomuceno, *Nova Era, Nova Guarita, *Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Paracatu, Paraguassu, Perdões, Piedade de Caratinga, Pimenta, Recorte Regional Agenda 21 Regional, Região do Lago de Furnas (<i>Aguanil, Alfenas, Alterosas, Areado, Boa Esperança, Cabo Verde, Campo Belo, Campo de Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Coqueiral, Cristais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Formiga, Guapé, Ilicínia, Lavras, Machado, Monte Belo, Nepomuceno, Paraguaçu, Perdões, Pimenta, Rio Vermelho, Glória, Barra, Serrania, Três Pontas e Varginha</i>), Rio Vermelho, Salinas, Santa Bárbara do

	Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Serrania, Sete Lagoas, Tarumirim, Ubaporanga, *Vale do Jequitinhonha (<i>Agenda do Rio Fanado</i>), Varginha, Virgolândia.
Rio de Janeiro	Agenda 21 Estadual do Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Baía de Guanabara, *Bairro de Santa Teresa, Barra Mansa, Bom Jesus de Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, *Carapebus, Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacases, Duque de Caxias, Guaratiba, Iguaba Grande, Ilha Grande, Ilha de Paquetá, *Itaboraí, Itatiaia, Itaocara, Leste da Guanabara, Mauá, *Macaé, Mesquita, Niterói, *Nova Friburgo, Pinhal, *Paty do Alferes, Parati, Petrópolis, Pirai, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Queimados, Região Fluminense, Resende, *Reserva Ecológica Guapi-Açu, Rio Claro, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, Teresópolis, Vassouras, Varre-Sai, Volta Redonda.
São Paulo	Agenda 21 Estadual de São Paulo, Apiaí, Araçatuba, Araraquara, Atibaia, Bacia do Rio Piracicaba, Baixada Santista (<i>Cubatão, Bertioga, Itanhaém, Guarujá, Mongaguá, Santos, Peruíbe e São Vicente</i>), Barueri, Barra do Turvo, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Brotas, Campinas, Cananéia, Capivari, *Cooperativa do Pólo Hidroviário de Araçatuba (<i>Araçatuba, Birigüi, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis</i>), Eldorado, *Guará, Guarulhos, Iguapé, Ilha Bela, *Iporanga, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Joanópolis, Jundiá, Juquiá, *Lençóis Paulista, Lorena, Marília, Meridiano, Miracatu, Nazaré Paulista, Pariquera-Açu, Pedra Bela, Pedro de Toledo, Peruíbe, *Pilar do Sul, Pinhalzinho, Piracicaba, Pontal do Paranapanema, Quilombolas, Ribeira, Ribeirão Pires, Registro, Santo André, Santos, São José do Rio Preto, São Lourenço da Serra, São Paulo, Sete Barras, Subprefeitura da Lapa, Taquaritinga, Vale do Ribeira (<i>Cananéia, Iguapé, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Sete Barras, Registro, Jacupiranga, Eldorado, Pariquera-Açu, Barra do Turvo, Apiaí, Iporanga e Ribeira</i>), Vargem Alta.

(*) Agendas com financiamento do FNMA.

Anexo 3 – Lista dos parques nacionais brasileiros

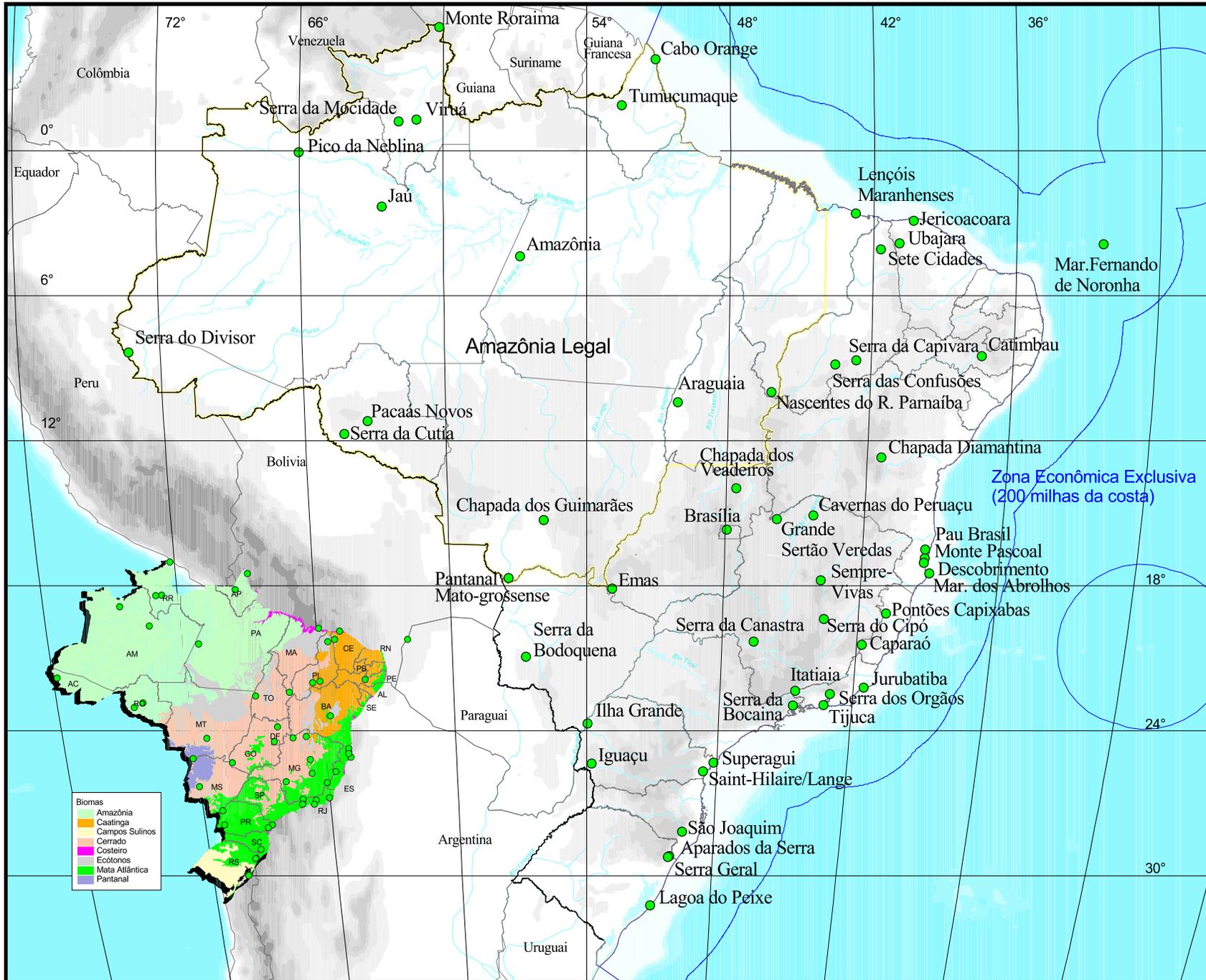
LISTA DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS*

Parque Nacional	U.F.	Ano de criação
PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇÚ	MG	1999
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA	PA	1974
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS	MA	2006
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	BA	1985
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	1989
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	GO	1961
PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE	RS	1986
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA	SP	1971
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA	MS	2000
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA	MG	1972
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	PI	1979
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CIPÓ	MG	1987
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CUTIA	RO	2001
PARQUE NACIONAL DA SERRA DAS CONFUSÕES	PI	1998
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR	AC	1989
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ	SC	2004
PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS	RJ	1984
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL	RS	1992
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	RJ	1961
PARQUE NACIONAL DAS EMAS	GO	1972
PARQUE NACIONAL DAS NASCENTES DO RIO PARNAÍBA	PI	2002
PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS	MG	2002
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA	RS	1959
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA	DF	1961
PARQUE NACIONAL DE CAPARAÓ	MG	1961
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE	PR	1997
PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA	RJ	1937

* Pesquisa realizada em 2004 e revista em 7 de março de 2005.

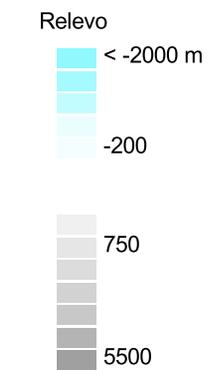
PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA	CE	2002
PARQUE NACIONAL DE PACAÁ S NOVOS	RO	1990
PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE	PR	2001
PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM	SC	1961
PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADES	PI	1961
PARQUE NACIONAL DE UBAJARA	CE	2002
PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA	TO	1971
PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE	AP	1980
PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	PE	2002
PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO	BA	1999
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	PR	1981
PARQUE NACIONAL DO JAÚ	AM	1980
PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL	BA	1961
PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA	RR	1989
PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATOGROSSENSE	MT	1981
PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL	BA	1999
PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA	AM	1979
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI	PR	1997
PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	MA	1981
PARQUE NACIONAL DOS PONTÕES CAPIXABAS	ES	2002
PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS	MG	1989
PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	PE	1988
PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS	BA	1983
PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	AP	2002
PARQUE NACIONAL RESTINGA DE JURUBATIBA	RJ	1998
PARQUE NACIONAL SERRA DA MOCIDADE	RR	1998
PARQUE NACIONAL VIRUÁ	RR	1998

Anexo 4 – Mapa dos parques nacionais do Brasil



Parques Nacionais

Existem no Brasil 52 Parques Nacionais Federais



Escala 1:25.000.000



Projeção sinusoidal

Elaborado em 03/01/2003

**Anexo 5 – Plano Estratégico Nacional de Áreas
Protegidas (Decreto no. 5.758)**



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO



Ano CXLIII N° 73

Brasília - DF, segunda-feira, 17 de abril de 2006

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	7
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	8
Ministério da Cultura.....	9
Ministério da Defesa.....	11
Ministério da Educação.....	12
Ministério da Fazenda.....	16
Ministério da Integração Nacional.....	37
Ministério da Justiça.....	37
Ministério da Previdência Social.....	44
Ministério da Saúde.....	49
Ministério das Comunicações.....	60
Ministério das Relações Exteriores.....	63
Ministério de Minas e Energia.....	66
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	75
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	76
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	77
Ministério do Meio Ambiente.....	78
Ministério do Trabalho e Emprego.....	79
Ministério do Turismo.....	92
Ministério dos Transportes.....	92
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ...	95

Atos do Poder Executivo

DECRETO N° 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006

Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e

Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998;

Considerando que o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais para áreas protegidas é um dos principais compromissos assumidos pelos países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando que o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica prevê o desenvolvimento de estratégias para estabelecer sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015;

DECRETA :

Art. 1º Fica instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, conforme o disposto no Anexo a este Decreto.

Art. 2º A implementação do PNAP será coordenada por comissão instituída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e contará com participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas, do setor empresarial e da sociedade civil.

Art. 3º A implementação do PNAP deverá ser avaliada a cada cinco anos a partir da publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de abril de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

ANEXO

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - PNAP

Dos Princípios e Diretrizes

1. Os princípios e diretrizes são os pilares do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP e devem orientar as ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015.

1.1. Princípios.

- I - respeito à diversidade da vida e ao processo evolutivo;
- II - a soberania nacional sobre as áreas protegidas;
- III - valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza;
- IV - valorização do patrimônio natural e do bem difuso, garantindo os direitos das gerações presentes e futuras;
- V - a defesa do interesse nacional;
- VI - a defesa do interesse público;
- VII - reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e sociocultural;
- VIII - valorização da importância e da complementariedade de todas as categorias de unidades de conservação e demais áreas protegidas na conservação da diversidade biológica e sociocultural;

IX - respeito às especificidades e restrições das categorias de unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;

X - adoção da abordagem ecossistêmica na gestão das áreas protegidas;

XI - reconhecimento dos elementos integradores da paisagem, em especial as áreas de preservação permanente e as reservas legais, como fundamentais na conservação da biodiversidade;

XII - repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais;

XIII - desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas;

XIV - reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;

XV - sustentabilidade ambiental como premissa do desenvolvimento nacional;

XVI - cooperação entre União e os Estados, Distrito Federal e os Municípios para o estabelecimento e gestão de unidades de conservação;

XVII - harmonização com as políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável;

XVIII - pactuação e articulação das ações de estabelecimento e gestão das áreas protegidas com os diferentes segmentos da sociedade;

XIX - articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade;

XX - promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas;

XXI - consideração do equilíbrio de gênero, geração, cultura e etnia na gestão das áreas protegidas;

XXII - sustentabilidade técnica e financeira, assegurando continuidade administrativa e gerencial na gestão das áreas protegidas;

XXIII - reconhecimento da importância da consolidação territorial das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

XXIV - garantia de ampla divulgação e acesso público às informações relacionadas às áreas protegidas;

XXV - fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e dos órgãos e entidades gestores de áreas protegidas; e

XXVI - aplicação do princípio da precaução.

1.2. Diretrizes.

I - os remanescentes dos biomas brasileiros e as áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira (Áreas Prioritárias para a Biodiversidade) devem ser referência para a criação de unidades de conservação;

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 2,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,60
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 4,40
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,00
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 8,70
- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0093		

Veja as contas do Governo Federal

www.portaldatransparencia.gov.br

II - assegurar a representatividade dos diversos ecossistemas no SNUC;

III - a localização, a categoria e a gestão de áreas protegidas na faixa de fronteira deverão contar com o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional;

IV - o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integrada a uma rede de áreas de uso múltiplo;

V - as áreas protegidas costeiras e marinhas devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da diversidade biológica com a recuperação dos estoques pesqueiros;

VI - as áreas protegidas devem ser apoiadas por um sistema de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, integrado com a gestão das bacias hidrográficas;

VII - facilitar o fluxo gênico entre as unidades de conservação, outras áreas protegidas e suas áreas de interstício;

VIII - o planejamento para o estabelecimento de novas unidades de conservação, bem como para a sua gestão específica e colaborativa com as demais áreas protegidas, deve considerar as interfaces da diversidade biológica com a diversidade sociocultural, os aspectos econômicos, de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do País, de integração sul-americana, de segurança e de defesa nacional;

IX - assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação de biodiversidade;

X - fomentar a participação social em todas as etapas da implementação e avaliação do PNAP;

XI - assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais;

XII - fortalecer os instrumentos existentes de participação e controle social, bem como os de monitoramento e controle do Estado;

XIII - assegurar a participação de representação das Forças Armadas na gestão de áreas protegidas na faixa de fronteira;

XIV - utilizar o Fórum Nacional de Áreas Protegidas como instância de comunicação, participação, colaboração e controle social sobre o PNAP;

XV - garantir, em linguagem acessível, a ampla difusão das informações sobre o PNAP;

XVI - utilizar o cadastro nacional de unidades de conservação como instrumento básico para gestão e monitoramento da efetividade do SNUC;

XVII - avaliar os impactos, efeitos e resultados do PNAP, e ajustar permanentemente as metas e ações assegurando sua funcionalidade e efetividade;

XVIII - estruturar, qualificar e consolidar os órgãos e entidades do SISNAMA para implementar o SNUC e apoiar as demais áreas protegidas;

XIX - fomentar a interlocução qualificada entre os órgãos do SISNAMA, demais órgãos gestores de áreas protegidas e a sociedade em geral; e

XX - incluir a criação de áreas protegidas na formulação e implementação das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional.

Dos Eixos Temáticos

2. O detalhamento dos objetivos e das ações para o SNUC, para as terras indígenas e para as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos é orientado sob a forma de quatro eixos temáticos interligados e inter-relacionados, conforme o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (Decisão VII/28).

2.1. Eixo Temático - Planejamento, Fortalecimento e Gestão: propõe ações relacionadas à implementação e ao fortalecimento do SNUC e à gestão da biodiversidade nas terras indígenas e nas terras quilombolas. Formulado no âmbito da abordagem ecossistêmica, busca a efetividade do conjunto de áreas protegidas e sua contribuição para a redução da perda de diversidade biológica.

2.2. Eixo Temático - Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios: prevê ações relacionadas:

I - à participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais na gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

II - ao estabelecimento de sistemas de governança;

III - à repartição equitativa dos custos e benefícios; e

IV - à integração entre unidades de conservação e entre outras áreas protegidas.

2.3. Eixo Temático - Capacidade Institucional: ações relacionadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da capacidade institucional para gestão do SNUC e para conservação e uso sustentável da biodiversidade nas terras indígenas e nas terras quilombolas. Prevê, ainda, o estabelecimento de normas, bem como de uma estratégia nacional de educação e de comunicação para as áreas protegidas.

2.4. Eixo Temático - Avaliação e Monitoramento: ações relacionadas à avaliação e ao monitoramento das áreas protegidas, bem como à gestão, ao monitoramento e à avaliação do PNAP.

Dos Objetivos Gerais, Objetivos Específicos e Estratégias para o SNUC

3. Eixo Temático - Planejamento, Fortalecimento e Gestão.

3.1. OBJETIVO GERAL: estabelecer e fortalecer os componentes federal, distrital, estaduais e municipais do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) desenhar um sistema efetivo e representativo de unidades de conservação;

b) ampliar o SNUC;

c) definir os percentuais de áreas protegidas para unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável para cada bioma;

d) integrar o PNAP às demais políticas públicas nas três esferas de governo; e

e) integrar as políticas de proteção e manejo das unidades de conservação com as políticas das demais áreas protegidas.

II - ESTRATÉGIAS:

a) atualizar as áreas prioritárias para a biodiversidade nos diversos biomas, por meio de uma abordagem regional;

b) avaliar as principais áreas de recarga de aquífero e incluí-las no planejamento para ampliação do SNUC;

c) considerar as áreas suscetíveis à desertificação no estabelecimento das áreas protegidas;

d) avaliar a representatividade dos principais ecossistemas brasileiros;

e) avaliar a representatividade das unidades de conservação existentes entre os biomas continentais e marinhos;

f) avaliar as lacunas de conservação existentes no SNUC, incluindo-se as zonas de exclusão de pesca legalmente estabelecidas;

g) definir metodologias para quantificar os percentuais de unidades de conservação a serem protegidos;

h) ampliar o SNUC nas Áreas Prioritárias para a Biodiversidade e naquelas resultantes das análises de lacunas;

i) adotar medidas de precaução em áreas com indicativos de elevada sensibilidade ambiental e sob ameaça, de modo a resguardar estes ambientes para a futura criação de unidades de conservação;

j) propor e implementar ações e instrumentos para a integração do PNAP com o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH;

l) incentivar o incremento de áreas naturais em ambientes urbanos e periurbanos contribuindo com o esforço de conectividade de áreas protegidas;

m) estabelecer mecanismos para utilização da compensação de passivos de reserva legal em propriedades rurais na ampliação e criação de unidades de conservação;

n) estabelecer uma agenda de entendimentos com os setores governamentais, nas três esferas de governo, com o objetivo de harmonizar os sistemas federal, estadual e municipal de unidades de conservação, nos diversos ordenamentos territoriais setoriais; e

o) definir normas, critérios e diretrizes para o estabelecimento das redes de áreas costeiras e marinhas protegidas.

3.2. OBJETIVO GERAL: aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) estabelecer e adotar diretrizes, critérios e melhores práticas para a gestão do SNUC;

b) aprimorar a regulamentação do SNUC em relação à consulta pública, gestão compartilhada, mosaicos, corredores ecológicos, compensação ambiental e categorias de manejo entre outros;

c) estabelecer e promover o funcionamento dos conselhos das unidades de conservação;

d) solucionar os conflitos de uso dos recursos naturais em unidades de conservação;

e) solucionar os conflitos decorrentes da sobreposição das unidades de conservação com terras indígenas e terras quilombolas;

f) concluir, no âmbito dos órgãos ambientais, os processos de regularização fundiária de todas as unidades de conservação;

g) dotar as unidades de conservação de instrumentos de gestão e infra-estrutura básica de funcionamento; e

h) desenvolver e implementar um sistema de fiscalização e controle efetivo para as unidades de conservação;

II - ESTRATÉGIAS:

a) examinar as práticas de gestão existentes, propondo e implementando novos mecanismos para seu aprimoramento;

b) promover o intercâmbio de informações sobre formas de planejamento e gestão das unidades de conservação;

c) realizar a adequação das categorias de unidades de conservação que não se enquadrem ao SNUC;

d) regulamentar as categorias de unidades de conservação, contemplando as especificidades costeiras e marinhas;

e) potencializar as áreas de proteção ambiental como instrumento relevante de ordenamento territorial;

f) articular o planejamento da gestão das unidades de conservação com as distintas esferas de governo;

g) apoiar a implantação dos componentes estaduais e municipais do SNUC, bem como adequar ao SNUC as práticas e conceitos dos sistemas estaduais e municipais existentes;

h) fortalecer os órgãos e conselhos de meio ambiente para a gestão das unidades de conservação;

i) promover capacitação para qualificar as representações nos conselhos das unidades de conservação;

j) apoiar a participação efetiva dos representantes das comunidades locais, quilombolas e povos indígenas nas reuniões dos conselhos;

l) mobilizar e formalizar parcerias para a gestão das unidades de conservação;

m) promover o serviço voluntário no apoio às unidades de conservação;

n) potencializar e fortalecer o papel das unidades de conservação como vetor de desenvolvimento regional e local;

o) identificar e apoiar alternativas econômicas no entorno e nas zonas de amortecimento das unidades de conservação;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. DF01253JP
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900



p) incentivar a cooperação entre as instituições e órgãos públicos envolvidos nos processos de fiscalização e controle das unidades de conservação;

q) articular junto aos órgãos competentes o estabelecimento de um programa de desapropriação e reassentamento das famílias residentes em unidades de conservação;

r) definir e acordar critérios, em conjunto com os órgãos competentes e segmentos sociais envolvidos, para identificação das áreas de sobreposição das unidades de conservação com as terras indígenas e terras quilombolas, propondo soluções para conflitos decorrentes desta sobreposição;

s) estabelecer mecanismos e prioridades para a regularização fundiária das unidades de conservação;

t) realizar o levantamento fundiário e promover junto aos órgãos competentes o processo de desapropriação ou cessão das propriedades nos limites das unidades de conservação;

u) elaborar, revisar e implementar os planos de manejo das unidades de conservação; e

v) utilizar as informações do cadastro nacional de unidades de conservação para o planejamento e gestão do SNUC.

3.3. OBJETIVO GERAL: integrar as unidades de conservação a paisagens terrestres e marinhas mais amplas, de modo a manter a sua estrutura e função ecológicas e sócio-culturais.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) adotar medidas políticas, jurídicas e administrativas, entre outras, para aprimorar a integração de unidades de conservação a paisagens terrestres e aquáticas continentais e marinhas mais amplas;

b) garantir o estabelecimento e a manutenção da conectividade entre ecossistemas;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estabelecer e administrar, entre outros, corredores ecológicos, segundo as necessidades de manutenção de processos ecológicos e das espécies migratórias;

b) garantir, por intermédio das redes de áreas protegidas costeiras e marinhas, a manutenção da conectividade entre ecossistemas marinhos;

c) multiplicar experiências exitosas sobre esforços específicos para integrar as unidades de conservação a planos e estratégias desenvolvidos para paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

d) avaliar a aplicabilidade de instrumentos de gestão territorial de grandes paisagens, como Reservas da Biosfera, corredores ecológicos, mosaicos, bacias hidrográficas e zona costeira, levando em conta as sobreposições, conflitos, efetividade delas e benefícios sociais advindos;

e) reabilitar e restaurar *habitats* e ecossistemas degradados nas áreas de interstício entre as áreas protegidas;

f) propor mecanismos que favoreçam a recuperação das áreas de preservação permanente e a recomposição, manejo e alocação das reservas legais;

g) estabelecer redes representativas de áreas protegidas interconectadas, aumentando a resiliência dos ecossistemas em face de vários impactos, inclusive mudanças climáticas; e

h) propor e implementar ações de integração e articulação entre os instrumentos de conectividade e as unidades de conservação e demais áreas protegidas, destacando as zonas úmidas;

3.4. OBJETIVO GERAL: estabelecer e fortalecer a colaboração com países vizinhos para gestão de unidades de conservação e demais áreas protegidas contíguas ou próximas.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) propor mecanismos e instrumentos para gestão colaborativa das unidades de conservação e demais áreas protegidas com países vizinhos;

b) promover a participação do Brasil nas redes de colaboração regionais existentes;

II - ESTRATÉGIAS:

a) definir mecanismos de participação do Brasil nas redes de colaboração regionais de áreas protegidas;

b) propor políticas e desenvolver programas com países vizinhos, com a cooperação de parceiros interessados, para o estabelecimento de redes de colaboração regionais de unidades de conservação e outras áreas protegidas;

c) propor aos países vizinhos a gestão colaborativa das unidades de conservação e demais áreas protegidas contíguas ou próximas, por intermédio das fronteiras nacionais;

d) propor acordos com países vizinhos, específicos por bacia hidrográfica, para conservação e para o uso sustentável dos recursos naturais;

e) propor aos países vizinhos a criação conjunta de novas unidades de conservação e outras áreas protegidas, contíguas ou próximas, por intermédio das fronteiras nacionais, e a criação de áreas protegidas contíguas nos países adjacentes confrontadas àquelas existentes no Brasil para garantir a conectividade; e

f) acompanhar as discussões sobre áreas protegidas em águas internacionais no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - CNUDM ou outros fóruns pertinentes.

3.5. OBJETIVO GERAL: impedir as ameaças e mitigar os impactos negativos aos quais as unidades de conservação e suas zonas de amortecimento estejam expostos.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) minimizar ou evitar os efeitos negativos de atividades impactantes sobre as unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

b) elaborar e implantar instrumentos que contribuam com o cumprimento dos objetivos das unidades de conservação e o ordenamento territorial;

c) combater e prevenir a biopirataria e o tráfico de animais e plantas;

d) reduzir a incidência de incêndios em unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e entorno;

e) reabilitar e restaurar os ambientes naturais degradados das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento; e

f) controlar o cultivo de organismos nas unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, especialmente nos ambientes costeiros e marinhos;

II - ESTRATÉGIAS:

a) identificar e avaliar as ameaças para as unidades de conservação, e suas zonas de amortecimento e zonas de exclusão de pesca;

b) desenvolver e implementar ações para impedir ou mitigar as ameaças para as unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

c) articular as instituições e as políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal para minimizar ou evitar os efeitos negativos de atividades impactantes sobre as unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

d) compatibilizar os programas de fomento e desenvolvimento nas três esferas de governo ao PNAP;

e) promover a gestão integrada de recursos florestais e hídricos, especialmente por meio da interação dos órgãos gestores de florestas com os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

f) realizar avaliação ambiental dos programas governamentais de desenvolvimento e suas influências nas políticas de gestão de unidades de conservação e zonas de exclusão de pesca;

g) estabelecer critérios e implementar medidas para a reabilitação e restauração da integridade ecológica das unidades de conservação;

h) incentivar e fomentar a adoção de instrumentos de responsabilidade sócio-ambiental entre os atores e instituições locais;

i) propor medidas que facilitem o acesso a crédito para reabilitar áreas degradadas;

j) definir com as instituições de fomento critérios de boas práticas ambientais, visando evitar a degradação ou ampliação de áreas degradadas;

l) propor mecanismos de controle efetivo, incluindo penalidades, sobre o uso da terra e dos recursos naturais nas zonas de amortecimento;

m) desenvolver abordagens específicas para compensação ambiental, aplicação e conversão de multas em benefício das unidades de conservação;

n) fortalecer a cooperação internacional e regional para eliminar o comércio ilegal dos recursos naturais;

o) implementar instrumentos para o estabelecimento de um sistema nacional para prevenção e combate ao tráfico de animais e da biopirataria;

p) aperfeiçoar os sistemas de prevenção e combate aos incêndios dentro das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

q) identificar e controlar os principais riscos de espécies invasoras, exóticas ou geneticamente modificadas em unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

r) conter a supressão ilegal da vegetação natural nas unidades de conservação e nas zonas de amortecimento, bem como nas Áreas de Limitação Administrativa Provisória - ALAP;

s) elaborar normas específicas sobre o cultivo de organismos nas unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, especialmente em ambientes costeiros e marinhos;

t) identificar atividades produtivas que utilizam espécies exóticas invasoras e regulamentá-las como parte das medidas preventivas à invasão em ambientes naturais de unidades de conservação; e

u) realizar ações de educação ambiental sobre problemas gerados por espécies exóticas invasoras.

4. Eixo Temático - Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios.

4.1. OBJETIVO GERAL: promover e garantir a repartição equitativa dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de unidades de conservação.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais no âmbito do SNUC;

b) estabelecer mecanismos para o compartilhamento equitativo dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de unidades de conservação;

c) implementar mecanismos de repartição de benefícios oriundos do uso de recursos biológicos das unidades de conservação com a participação de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas; e

d) implementar, em unidades de conservação, mecanismos de regulação ao acesso e uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

II - ESTRATÉGIAS:

a) aprimorar mecanismos e políticas, e promover ajustes na legislação, se necessários, para garantir o respeito e reconhecimento dos direitos e conhecimentos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais nos processos de estabelecimento e gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

b) garantir o consentimento prévio e informado e a repartição equitativa de benefícios quando houver acesso a recursos biológicos e ao conhecimento tradicional associado, relacionados às terras dos povos indígenas, de comunidades locais e quilombolas;

c) garantir que qualquer reassentamento ou restrição de uso da terra ou dos recursos biológicos por povos indígenas, comunidades quilombolas ou locais só ocorra após o consentimento prévio e informado dessas comunidades, que deverá ser obtido em conformidade com a legislação nacional e as obrigações internacionais;

d) implementar iniciativas de valorização, conservação e melhoramento dos sistemas tradicionais da produção, organização e gestão para povos indígenas, comunidades locais e quilombolas;

e) desenvolver metodologia para identificar e calcular os custos e benefícios da criação e gestão de unidades de conservação;

f) tornar disponíveis as informações necessárias para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso dos recursos naturais de unidades de conservação e de outras áreas protegidas;

g) difundir a política nacional de acesso e uso de recursos genéticos e conhecimento tradicional associado;

h) definir e implementar mecanismos para garantir que as comunidades locais, quilombolas e povos indígenas tenham prioridade na implementação e gestão de atividades econômicas no interior das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

i) avaliar os efeitos socioeconômicos e culturais resultantes do estabelecimento e manutenção de unidade de conservação, particularmente para povos indígenas, comunidades locais e quilombolas e criar mecanismos para mitigá-los ou potencializá-los;

j) implementar mecanismos de compensação, juntamente com outros setores do governo, para as comunidades locais, quilombolas e povos indígenas submetidos a perdas econômicas, sociais e culturais com a criação e implementação de unidades de conservação e zonas de exclusão de pesca; e

l) criar e implementar mecanismos para a remuneração de serviços ambientais para aqueles que conservam a diversidade biológica.

4.2. OBJETIVO GERAL: promover a governança diversificada, participativa, democrática e transparente do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) fortalecer sistemas inovadores de governança e aqueles previstos no SNUC;

b) fomentar o envolvimento dos diversos setores de governo e da sociedade civil na gestão do SNUC; e

c) estabelecer mecanismos que assegurem a participação de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas, bem como de outras partes interessadas, no estabelecimento e na gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas existentes;

II - ESTRATÉGIAS:

a) reconhecer e incorporar formas inovadoras de governança na gestão do SNUC;

b) estabelecer e fortalecer mecanismos e instrumentos de participação que possam ampliar a inclusão da diversidade socio-cultural na gestão das unidades de conservação;

c) promover e divulgar experiências exitosas de diferentes formas de governança das unidades de conservação e outras áreas protegidas, particularmente aquelas que incluem o envolvimento de povos indígenas, comunidades quilombolas e locais;

d) desenvolver mecanismos e alocar recursos para assegurar processos participativos para o planejamento e gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas;

e) qualificar comunidades locais e quilombolas, povos indígenas e outras partes interessadas para a efetiva participação nos processos de criação, implantação e gestão de conservação;

f) fomentar a organização e o fortalecimento institucional de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas, bem como de outras partes interessadas;

g) estimular e apoiar a participação de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas nas discussões promovidas pelo Fórum Nacional de Áreas Protegidas; e

h) priorizar as categorias reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável nas atividades de planejamento para a criação de unidades de conservação onde existam comunidades de pescadores e de populações extrativistas tradicionais.

4.3. OBJETIVO GERAL: potencializar o papel das unidades de conservação e demais áreas protegidas no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) articular políticas públicas nas três esferas de governo para o desenvolvimento de cadeias produtivas de bens e serviços oriundos das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

b) fortalecer as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais nas unidades de conservação, nas suas zonas de amortecimento e nas demais áreas protegidas, que contribuem com a redução da pobreza;

c) tornar as unidades de conservação pólos de desenvolvimento sustentável;

II - ESTRATÉGIAS:

a) identificar métodos e técnicas de produção com base na conservação da diversidade biológica e no uso sustentável dos recursos naturais;

b) articular com diferentes setores e esferas de governo, juntamente com a sociedade civil, o planejamento integrado e o desenvolvimento de ações que aproveitem o potencial produtivo para bens e serviços das unidades de conservação;

c) desenvolver projetos que incorporem os povos indígenas e as comunidades locais e quilombolas no processo de implantação e gestão de atividades econômicas no interior das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento; e

d) implementar políticas de incentivo e apoio à produção, escoamento e comercialização dos produtos das unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e demais áreas protegidas.

5. Eixo Temático - Capacidade Institucional.

5.1. OBJETIVO GERAL: estabelecer um ambiente político, institucional, administrativo e socioeconômico favorável para implementação do SNUC nas três esferas de governo.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) reduzir ou eliminar lacunas e barreiras legais e institucionais que impedem o estabelecimento e a gestão das unidades de conservação e zonas de exclusão de pesca;

b) fortalecer a articulação institucional para a implementação do SNUC nas três esferas de governo;

c) administrar os componentes federal, estaduais e municipais do SNUC com estrutura adequada e pessoal qualificado; e

d) apoiar a estruturação e atuação integrada dos órgãos fiscalizadores;

II - ESTRATÉGIAS:

a) propor instrumentos legais e mecanismos institucionais ou aprimorar os existentes para o estabelecimento e gestão eficazes das unidades de conservação, zonas de exclusão de pesca e zonas de amortecimento;

b) criar e potencializar incentivos para as políticas setoriais compatíveis com a conservação e o uso sustentável das unidades de conservação;

c) harmonizar políticas e leis setoriais para garantir a gestão eficaz do SNUC;

d) identificar e eliminar incentivos para as políticas setoriais incompatíveis com a conservação e o uso sustentável nas unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

e) apoiar e fortalecer a capacidade institucional das organizações sociais para o estabelecimento de parcerias no âmbito do SNUC;

f) estruturar a fiscalização dos órgãos do SISNAMA e articular o apoio das Forças Armadas, das Polícias Federal e Estaduais para o monitoramento e controle das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

g) compor os quadros efetivos dos órgãos de meio ambiente para a gestão das unidades de conservação;

h) viabilizar estrutura básica para a administração, a permanência e a segurança dos funcionários dos órgãos ambientais gestores das unidades de conservação;

i) dotar as unidades de conservação de estrutura técnica e administrativa compatível com as suas necessidades;

j) adotar as unidades de conservação como instrumento nas políticas de gestão dos recursos pesqueiros;

l) propor o estabelecimento de setores técnicos para tratar das áreas costeiras e marinhas no organograma dos órgãos gestores ambientais; e

m) estabelecer instrumentos legais e procedimentos para regulamentação de outras modalidades de áreas marinhas especiais, como por exemplo, zonas de exclusão de pesca, recifes artificiais e áreas de cultivo de organismos aquáticos.

5.2. OBJETIVO GERAL: desenvolver a capacidade de planejar, estabelecer e administrar unidades de conservação.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) qualificar e capacitar gestores, técnicos e comunidades locais para gestão de unidades de conservação;

b) implementar o cadastro nacional de unidades de conservação; e

c) aprimorar mecanismos para o planejamento e gestão de unidades de conservação;

IV - implementar um programa de capacitação continuada;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estabelecer e implementar diretrizes de formação continuada para os órgãos gestores de unidades de conservação;

b) realizar avaliações nacionais das necessidades de capacitação e recursos humanos para unidades de conservação;

c) capacitar, qualificar e ampliar corpo técnico responsável pelo planejamento e gestão de unidades de conservação, considerando também as especificidades das unidades costeiras e marinhas;

d) instituir habilitação profissional diferenciada, voltada ao planejamento, gestão e fiscalização de unidades de conservação e outras áreas protegidas;

e) inserir a temática das unidades de conservação e áreas protegidas nos programas de capacitação de gestores de áreas afins;

f) promover intercâmbios de experiências nacionais e internacionais sobre unidades de conservação e áreas protegidas;

g) estabelecer mecanismos eficazes para documentar conhecimentos e experiências existentes sobre a gestão de áreas protegidas, entre os quais, os conhecimentos tradicionais;

h) avaliar as ferramentas de planejamento existentes e propor novas ferramentas considerando a dinâmica das unidades de conservação;

i) aprimorar o cadastro nacional de unidades de conservação considerando as lacunas de informações para gestão das unidades de conservação.

5.3. OBJETIVO GERAL: desenvolver, aplicar e transferir tecnologias para o SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) avaliar necessidades tecnológicas de gestão e implantar soluções correspondentes no âmbito das unidades de conservação;

b) incrementar os processos de transferência e cooperação tecnológica, no âmbito nacional e internacional; e

c) estabelecer linhas de financiamento para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o SNUC;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estimular o desenvolvimento e utilização de tecnologias para a criação, gestão, monitoramento e fiscalização de unidades de conservação, garantindo a capacitação para seu uso;

b) estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias relacionadas à proteção, reabilitação e restauração de *habitats* em unidades de conservação;

c) estimular pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para o mapeamento de recursos naturais e o levantamento de possibilidades para o seu uso sustentável;

d) estimular estudos científicos e desenvolvimento de tecnologias, visando a interação de estratégias de conservação *in situ* e *ex situ*, para a proteção e reabilitação de espécies ameaçadas de extinção;

e) estimular o uso de novas tecnologias nos estudos de taxonomia, sistemática, genética, paisagens e relações ecossistêmicas em unidades de conservação;

f) aprimorar as técnicas para avaliações rápidas de diversidade biológica;

g) aprimorar técnicas de manejo adaptativo incorporando os conhecimentos de povos indígenas, comunidades quilombolas e locais usuários dos recursos naturais;

h) aprimorar a estatística pesqueira nacional para subsidiar o desenvolvimento de tecnologias para a gestão dos recursos e disponibilizar um banco de dados pesqueiros para as unidades de conservação continentais, costeiras e marinhas, assim para as zonas de exclusão de pesca; e

i) propor aos órgãos de fomento e estimular a iniciativa privada para criar linhas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias específicas para as áreas protegidas.

5.4. OBJETIVO GERAL: garantir a sustentabilidade econômica das unidades de conservação e do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) implementar um plano de sustentabilidade econômica para o SNUC articulado às três esferas de governo;

b) fortalecer os mecanismos existentes e criar novos mecanismos de fomento e captação de recursos para as unidades de conservação em âmbito nacional e internacional; e

c) regulamentar a aplicação de recursos da compensação ambiental e da conversão de multas em unidades de conservação;

II - ESTRATÉGIAS:

a) elaborar um plano de sustentabilidade econômica para o SNUC articulado às três esferas de governo;

b) estimular a integração das necessidades do SNUC às estratégias de desenvolvimento e financiamento;

c) criar mecanismos de planejamento orçamentário conjunto entre os Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Estados e Municípios;

d) orientar os órgãos ou instituições responsáveis pelo apoio financeiro às unidades de conservação e demais áreas protegidas acerca das necessidades de financiamento do SNUC;

e) garantir que os recursos gerados pelas unidades de conservação ou em seu nome retornem ao SNUC;

f) realizar estudos e planejar instrumentos e procedimentos institucionais e legais visando alcançar a sustentabilidade econômica do SNUC;

g) definir critérios para distribuição e aplicação de recursos provenientes de compensação ambiental das unidades de conservação;

h) fomentar pesquisas que possam resultar em agregação de valor aos bens e serviços e novas potencialidades de uso das unidades de conservação, zonas de exclusão de pesca e APPs; e

i) identificar e promover oportunidades econômicas oriundas das unidades de conservação e zonas de exclusão de pesca para populações nas suas áreas.

5.5. OBJETIVO GERAL: fortalecer a comunicação, a educação e a sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) estabelecer e implementar a estratégia nacional de educação ambiental, formação e qualificação para participação e controle social sobre as unidades de conservação;

b) estabelecer e implementar a estratégia nacional de comunicação, divulgação e sensibilização sobre as unidades de conservação; e

c) implantar e fortalecer o Fórum Nacional de Áreas Protegidas;



II - ESTRATÉGIAS:

a) realizar intercâmbios e outras formas de integração entre as diferentes experiências no tema educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;

b) realizar campanhas de divulgação das experiências bem sucedidas sobre os temas educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;

c) monitorar e avaliar os impactos dos programas de comunicação, educação e sensibilização pública para as unidades de conservação;

d) potencializar o espaço de comunicação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, divulgando-o e disponibilizando-o para a sociedade;

e) monitorar e avaliar o funcionamento do Fórum Nacional de Áreas Protegidas;

f) articular o Fórum Nacional de Áreas Protegidas aos espaços públicos sócio-ambientais já existentes;

g) promover programas de educação ambiental que viabilizem o acesso às informações e o entendimento da importância e dos benefícios das unidades de conservação e das zonas de exclusão de pesca;

h) divulgar e disseminar os benefícios advindos das unidades de conservação costeiras e marinhas para gestão pesqueira;

i) promover campanhas de sensibilização nos diversos setores de governo sobre a importância social, ambiental e econômica das unidades de conservação e de zonas de exclusão de pesca;

j) propor a incorporação do tema unidades de conservação e outras áreas protegidas aos currículos escolares formais.

6. Eixo Temático - Avaliação e Monitoramento.

6.1. OBJETIVO GERAL: monitorar e avaliar o SNUC.

I - OBJETIVO ESPECÍFICO:

a) implementar um programa de monitoramento do SNUC; e

b) avaliar e monitorar os resultados do PNAP;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estabelecer diretrizes e critérios para o monitoramento do SNUC;

b) avaliar o SNUC e outras formas de conservação, como zonas de exclusão de pesca e Áreas de Preservação Permanente, com base na representatividade dos diversos ecossistemas;

c) envolver os órgãos executores e outras instituições no programa de monitoramento do SNUC;

d) identificar e avaliar experiências exitosas de monitoramento e avaliação de sistemas de áreas protegidas;

e) propor aos países vizinhos o desenvolvimento conjunto e a adoção de diretrizes, critérios e melhores práticas para monitoramento de sistemas de áreas protegidas;

f) promover intercâmbio de informações sobre as melhores práticas adotadas por outros países e organizações públicas e privadas para o monitoramento do SNUC e demais áreas protegidas;

g) definir e monitorar continuamente os resultados do PNAP; e

h) criar comitês técnicos regionais, no âmbito do arranjo institucional do PNAP, para acompanhar, monitorar e promover os ajustes necessários à implementação do PNAP.

6.2. OBJETIVO GERAL: avaliar e promover a efetividade, eficácia e eficiência do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) estabelecer mecanismos e arranjos institucionais para monitoramento e avaliação da efetividade, eficácia e eficiência das unidades de conservação, considerando a interação com outras áreas protegidas; e

b) adotar o modelo de gestão adaptativa no âmbito da abordagem ecossistêmica com base nos resultados do monitoramento e avaliação da efetividade, eficácia e eficiência das unidades de conservação;

II - ESTRATÉGIAS:

a) implementar avaliações da efetividade, eficácia e eficiência da gestão de um número representativo de unidades de conservação;

b) colaborar com outros países e organizações interessadas na conservação da diversidade biológica, para o desenvolvimento, teste, avaliação e promoção de normas e melhores práticas de monitoramento das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

c) identificar indicadores e estabelecer os protocolos para monitoramento do cumprimento dos objetivos das unidades de conservação;

d) monitorar os efeitos oriundos do estabelecimento e implementação das unidades de conservação na qualidade de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais, e propondo medidas para mitigar ou potencializar esses efeitos; e

e) considerar a interação com zonas de exclusão de pesca e outras áreas protegidas no estabelecimento de mecanismos e arranjos institucionais para monitoramento das unidades de conservação costeiras e marinhas.

6.3. OBJETIVO GERAL: avaliar e monitorar as tendências de consolidação do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) estabelecer e implementar procedimentos de avaliação contínua das tendências das unidades de conservação e demais áreas protegidas; e

b) estabelecer e implementar mecanismos de incorporação dos resultados da avaliação das tendências no planejamento das unidades de conservação e no SNUC;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estimular estudos para aprimorar os conhecimentos sobre a distribuição, situação e tendências da diversidade biológica nas unidades de conservação;

b) avaliar as tendências da conservação da diversidade biológica nas unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, bem como nas demais áreas protegidas, a luz dos impactos advindos das mudanças climáticas; e

c) incorporar os resultados decorrentes da análise das tendências nos instrumentos de planejamento das unidades de conservação e zonas de amortecimento.

6.4. OBJETIVO GERAL: garantir que conhecimentos científicos e tradicionais contribuam para a eficácia do SNUC.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) estabelecer mecanismos de incorporação contínua dos conhecimentos técnico-científicos e conhecimentos tradicionais no estabelecimento e na gestão das unidades de conservação;

b) criar e implementar programas de fomento e incentivos para geração de conhecimento; e

c) estimular e fomentar estudos que gerem conhecimentos técnico-científicos e tradicionais que contribuam para a conservação da diversidade biológica e sociocultural, auxiliando o estabelecimento e gestão das unidades de conservação.

II - ESTRATÉGIAS:

a) estabelecer e implementar programas de pesquisas com o objetivo de fixar e melhorar a gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas, considerando as necessidades identificadas em seus instrumentos de planejamento;

b) definir um programa de pesquisas e suas linhas prioritárias para unidades de conservação costeiras e marinhas, atendendo as necessidades identificadas nos planos de manejo;

c) aprimorar a cooperação, inclusive financeira, na área de pesquisa científica e técnica relacionada às unidades de conservação, em nível nacional, regional e internacional, com instituições públicas e privadas de fomento e instituições de ensino;

d) promover pesquisas interdisciplinares para melhorar a compreensão de aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos das unidades de conservação, inclusive métodos e técnicas para a avaliação de bens e serviços;

e) criar e fomentar linhas de pesquisa que incorporem os povos indígenas e as comunidades quilombolas e locais no planejamento e execução de estudos, desenvolvendo uma prática colaborativa e participativa voltada para as demandas das populações;

f) promover a divulgação de informações técnicas e científicas, oriundas das unidades de conservação e outras áreas protegidas e sobre elas, em linguagem apropriada para os tomadores de decisão, gestores e comunidades envolvidas;

g) desenvolver e fortalecer parcerias de trabalho com organizações e instituições de pesquisa, e estudos que possibilitem ampliar a compreensão da diversidade biológica em unidades de conservação;

h) estimular, no âmbito da cooperação para pesquisas científicas e técnicas relacionadas às unidades de conservação, os estudos para aprimorar os conhecimentos sobre a distribuição, situação e tendências da diversidade biológica e sociocultural; e

i) definir a escala e o tratamento conceitual sobre a divisão dos ambientes costeiros e marinhos, com o fim de otimizar o estabelecimento de unidades de conservação para cumprir efetivamente com seus objetivos e funções.

Dos Objetivos Gerais, Objetivos Específicos e Estratégias Nacionais para as Terras Indígenas e Terras Ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos

7. OBJETIVO GERAL: estabelecer um programa nacional de conservação e uso sustentável da diversidade biológica em terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) definir estratégias para conservação e uso sustentável da diversidade biológica em terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e

b) implementar programa nacional de conservação e uso sustentável da diversidade biológica em terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - ESTRATÉGIAS:

a) articular com os órgãos governamentais competentes, comunidades e organizações indígenas a formulação e implementação de um programa nacional de conservação e uso sustentável da diversidade biológica em terras indígenas; e

b) articular com os órgãos governamentais competentes, comunidades e organizações quilombolas a formulação e implementação de um programa nacional de conservação e uso sustentável da diversidade biológica em terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Das Estratégias Nacionais para as Áreas com Reconhecimento Internacional

8. OBJETIVO GERAL: implementar convenções, tratados e programas intergovernamentais, relacionados às áreas naturais protegidas, dos quais o Brasil é parte.

I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) consolidar as áreas de reconhecimento internacional existentes;

b) ampliar o número de áreas brasileiras reconhecidas internacionalmente;

c) implementar o sistema de gestão das Reservas da Biosfera;

d) estabelecer gestão integrada das áreas de reconhecimento internacional situadas no território nacional;

e) fortalecer as relações com demais países signatários das convenções, tratados e programas intergovernamentais dos quais o Brasil é parte; e

f) estabelecer uma política nacional para as zonas úmidas, no escopo da Convenção de Ramsar;

II - ESTRATÉGIAS:

a) estabelecer acordos e parcerias que favoreçam a implementação das Convenções do Patrimônio Mundial e de Ramsar, do Tratado de Cooperação Amazônica e do Programa "O Homem e a Biosfera" da Unesco, no Brasil;

b) priorizar as áreas de reconhecimento internacional na implementação e consolidação das unidades de conservação;

c) selecionar novas áreas nacionais que atendam aos critérios para reconhecimento internacional pelas convenções;

d) definir estratégia nacional para indicação e reconhecimento de novas Reservas da Biosfera no Brasil;

e) elaborar e implementar planos de comunicação, educação e sensibilização pública para a importância dessas áreas em particular, facilitando o entendimento e a apropriação dos princípios e conceitos desses tratados intergovernamentais pela sociedade, de forma articulada à estratégia nacional de comunicação e educação para o SNUC;

f) desenvolver e implementar sistemas de gestão e monitoramento da implementação das convenções e programas intergovernamentais;

g) avaliar, periodicamente, o funcionamento e efetividade dos conselhos deliberativos das Reservas da Biosfera;

h) realizar a troca de informações e experiências entre os países signatários das Convenções do Patrimônio Mundial e de Ramsar, do Tratado de Cooperação Amazônica e do Programa "O Homem e a Biosfera" da Unesco;

i) capacitar técnicos e gestores para o aproveitamento das vantagens e cumprimento das obrigações dos tratados e programas intergovernamentais relacionados às áreas protegidas dos quais o Brasil é parte;

j) realizar diagnóstico e classificação das zonas úmidas brasileiras, relacionando as características das áreas aos critérios necessários ao reconhecimento internacional pela Convenção de Ramsar; e

l) formular proposta de política nacional para as zonas úmidas.

Anexo 6 – Roteiro do Questionário para os gestores das Agendas 21 Locais

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome:
- b) Formação:
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro:
- d) Telefone:
- e) E-mail:
- f) Município:
- g) U.F: MT
- i) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence:

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva, em poucas palavras, de que forma vem sendo a sua gestão.

R.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congênere) de seu município?

- Sim.
- Não. Por que?

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- governo federal
- governo estadual
- Câmara Municipal
- Ministério Público
- organizações não-governamentais
- IBAMA
- setor produtivo/empresas
- mídia
- associações profissionais
- grupos religiosos
- instituições de ensino e pesquisa
- entidades de trabalhadores
- Parque Nacional
- associação de moradores
- Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

- Agricultura
- Crianças e adolescentes
- Violência

- Desmatamento
- Poluição do ar
- conservação da biodiversidade
- educação
- saúde
- ciência e tecnologia
- saneamento urbano
- cultura
- geração de trabalho e renda
- contaminação da água
- lixo
- infra-estrutura urbana
- unidades de conservação
- desigualdades sociais
- desastres naturais
- drogas
- outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que?
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa?
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
 - a) Como?
 - b) Quais membros da Agenda 21 participam do conselho gestor?
- Não. Por que?
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

**Anexo 7 – Roteiro do questionário para os diretores dos
parques nacionais**

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a):
- b) Nome do Parque Nacional onde é chefe:
- c) Município:
- d) U.F.:
- e) Telefone:
- f) E-mail:

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

governo municipal. Qual?

governo federal

governo estadual

organizações não-governamentais

setor produtivo/empresas

mídia

associações profissionais

grupos religiosos

instituições de ensino e pesquisa

entidades de trabalhadores

Agenda 21 Local. De qual município? Rio de Janeiro

associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de ()?

() Sim.

() Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

() Sim

a) Como?

b) Quais membros da Agenda 21 participam?

() Não. Por que?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Anexo 8 – Lista dos gestores de Agenda 21 Local e dos diretores de parques nacionais entrevistados

LISTA DOS GESTORES DE AGENDA 21 LOCAL E DIRETORES DE PNs ENTREVISTADOS

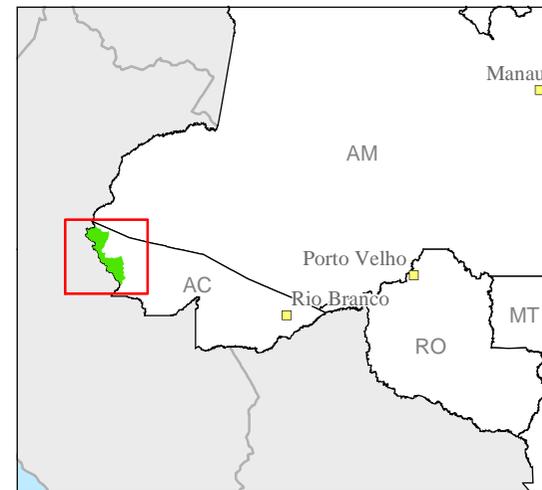
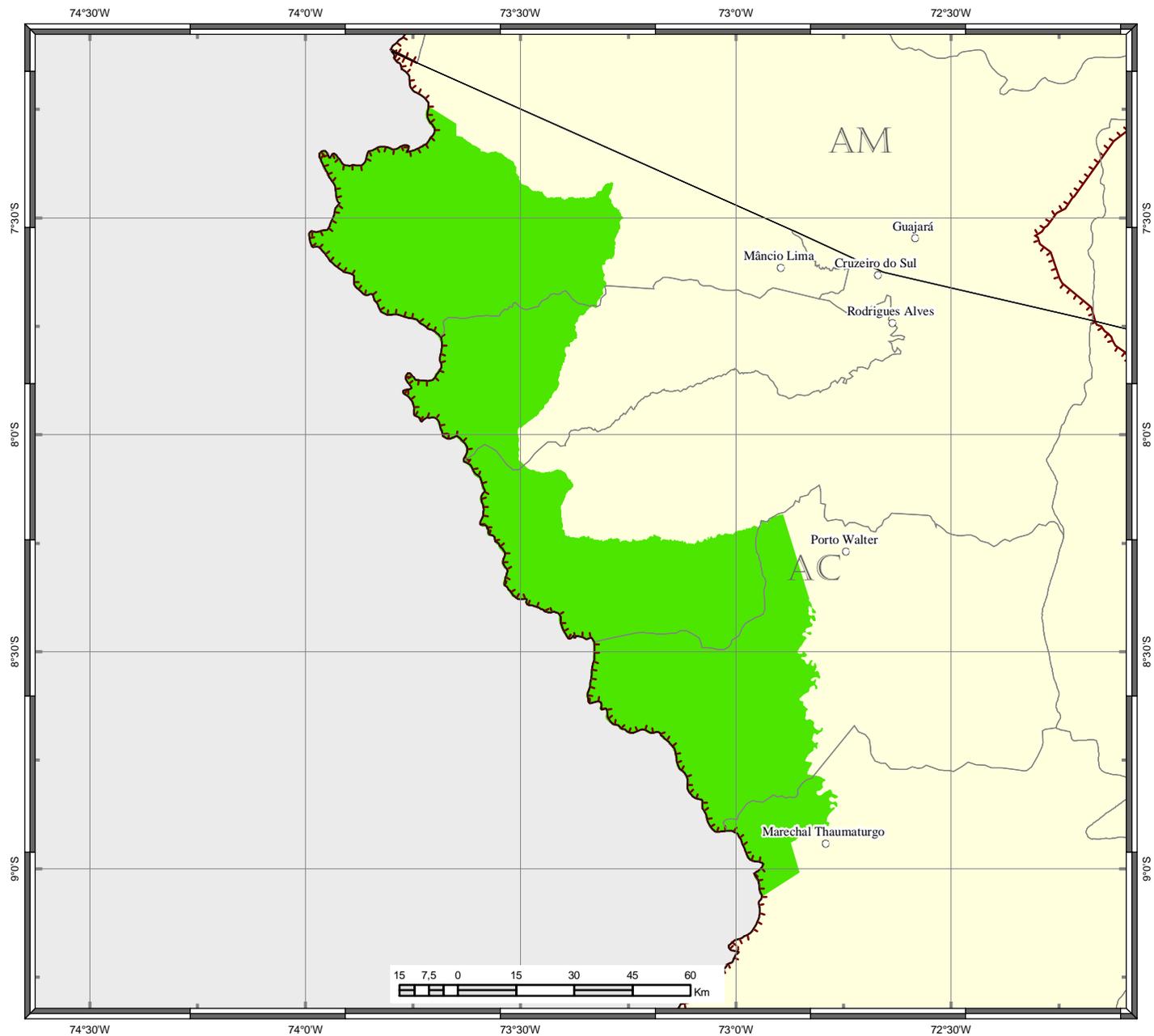
- ENTREVISTADO 1 - Jenildo Cavalcante – Agenda 21 de Mâncio Lima
- ENTREVISTADO 2 - Célia Maria de Lima Moraes - Agenda 21 de Porto Seguro
- ENTREVISTADO 3 - Maria de Fátima Glória Machado – Agenda 21 de Prado
- ENTREVISTADO 4 - Elias Leão Moraes – Agenda 21 de Itaituba
- ENTREVISTADO 5 - Roberto Francine Jr – Agenda 21 do Litoral Norte Paulista
(Ubatuba)
- ENTREVISTADO 6 - Luis Cláudio Ferreira de Oliveira – Agenda 21 de Conceição do
Mato Dentro
- ENTREVISTADO 7 - Ana Maria Batista – Agenda 21 do Rio de Janeiro
- ENTREVISTADO 8 - Edward Bertholine de Castro – Agenda 21 de Cuiabá
- ENTREVISTADO 9 - Sérgio Carvalho de Barcellos – Agenda 21 de Macaé
- ENTREVISTADO 10 - Sônia Peixoto – PN da Tijuca
- ENTREVISTADO 11 - Nilo Ponce de Arruda Filho – PN Chapada dos Guimarães
- ENTREVISTADO 12 - Alessandro Mancuzzi – PN do Descobrimento
- ENTREVISTADO 13 - Luiz Fernando Guimarães Britto – PN Pau Brasil
- ENTREVISTADO 14 - Henri Dubois Collet – PN da Serra do Cipó
- ENTREVISTADO 15 - José Sales de Souza – PN da Amazônia
- ENTREVISTADO 16 - Eduardo Jalles Jardim – PN da Restinga de Jurubatiba
- ENTREVISTADO 17 - Milene Maia Oberlaender – PN Monte Pascoal
- ENTREVISTADO 18 - Francisco Antônio Correa Lima – PN da Serra do Divisor
- ENTREVISTADO 19 - Henri Dubois Collet – PN da Serra do Cipó

Anexo 9 – Mapas dos parques nacionais e municípios limítrofes

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Serra do Divisor

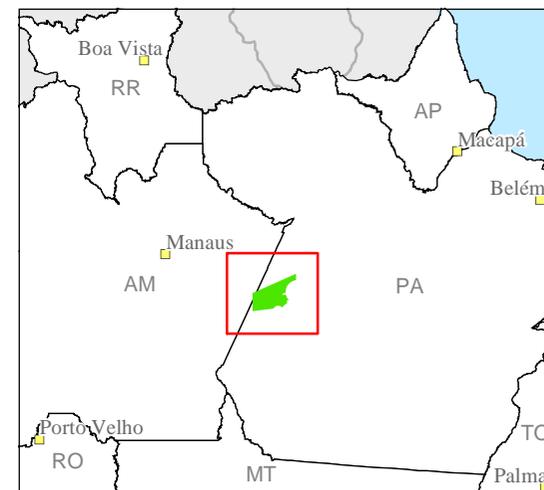
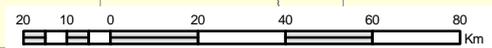
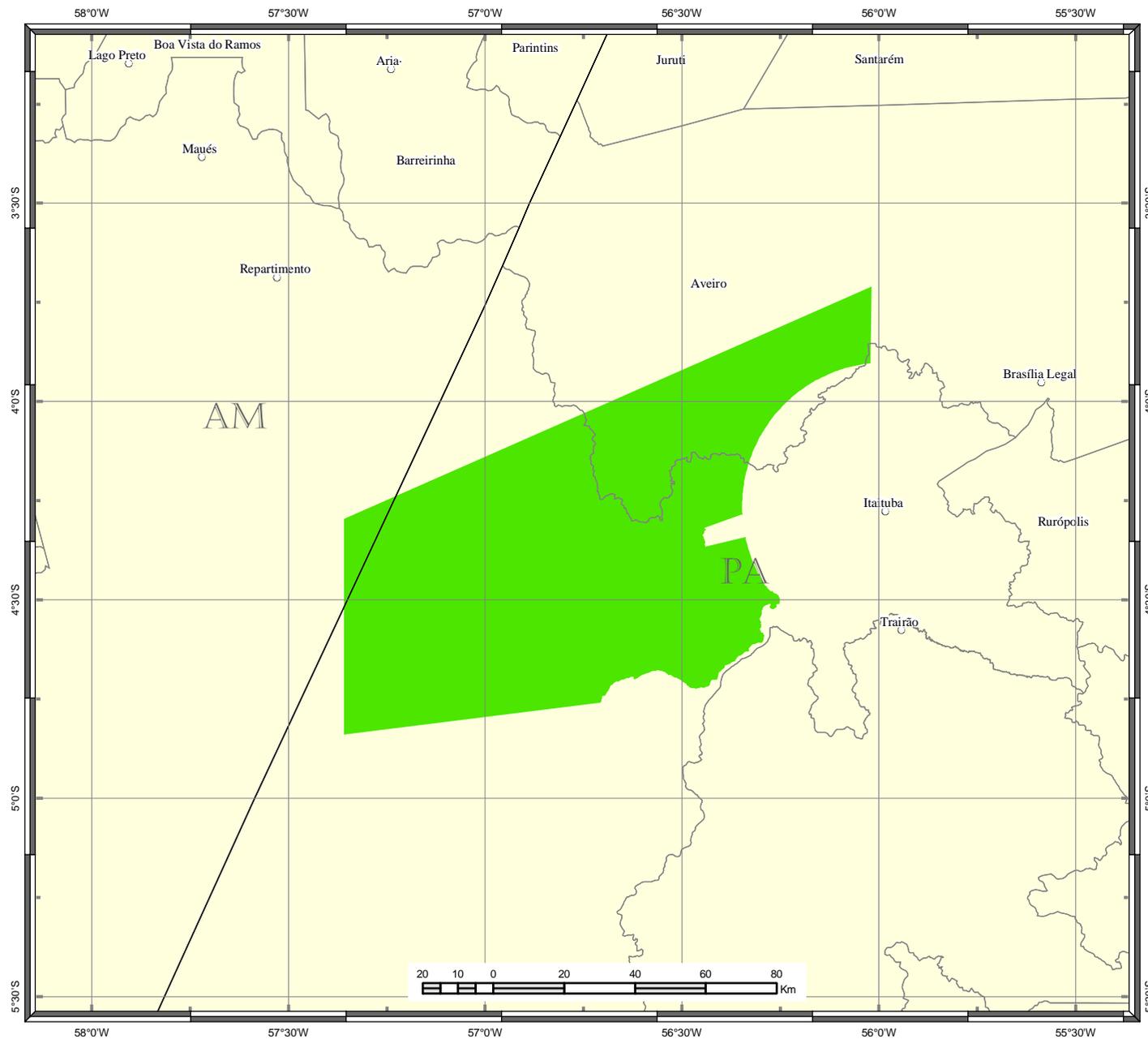
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Amazônia

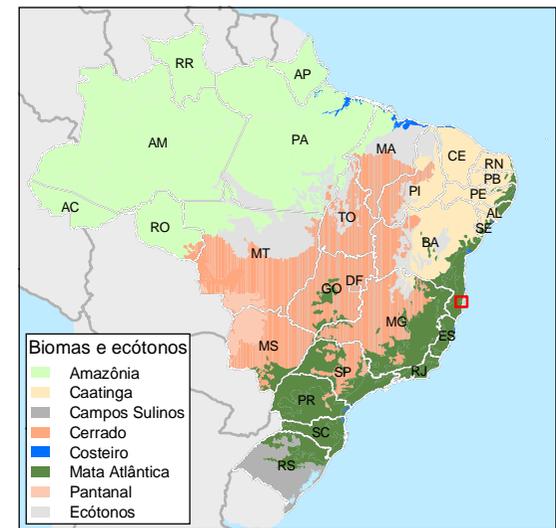
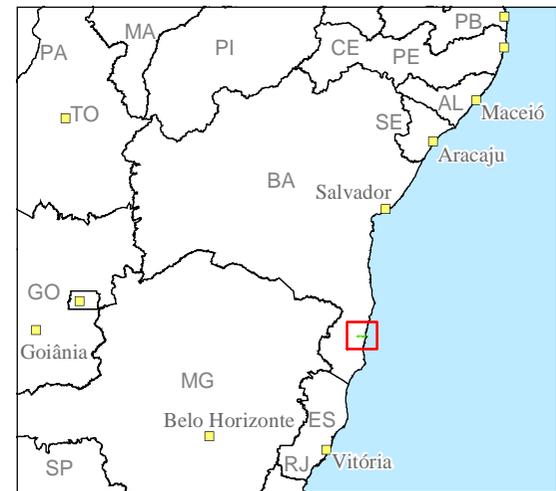
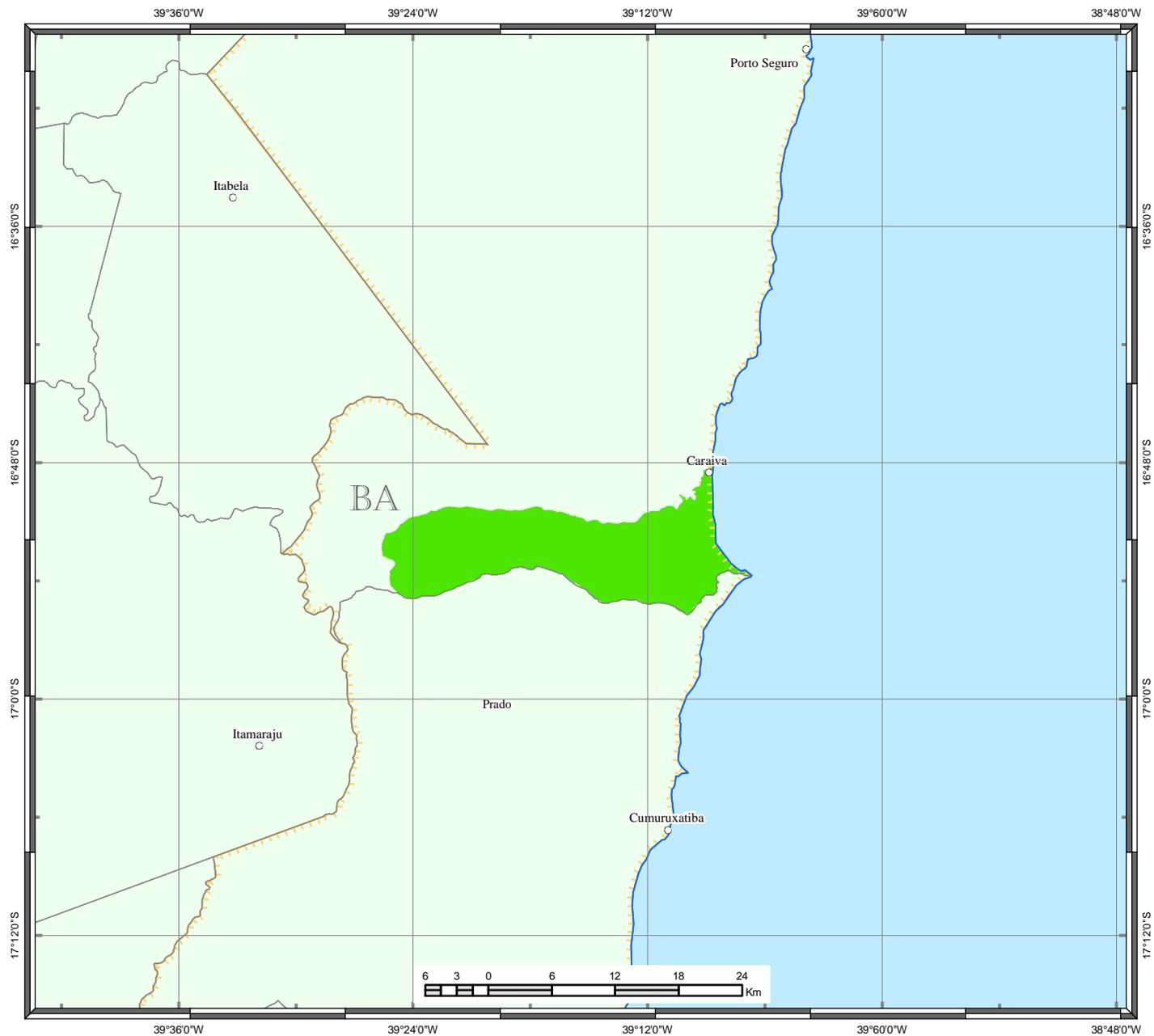
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional do Monte Pascoal

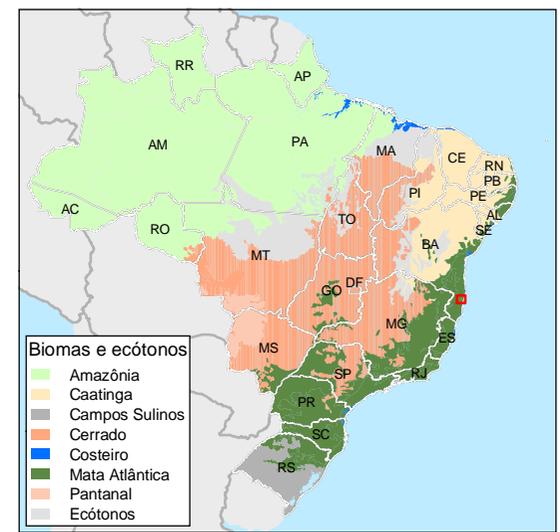
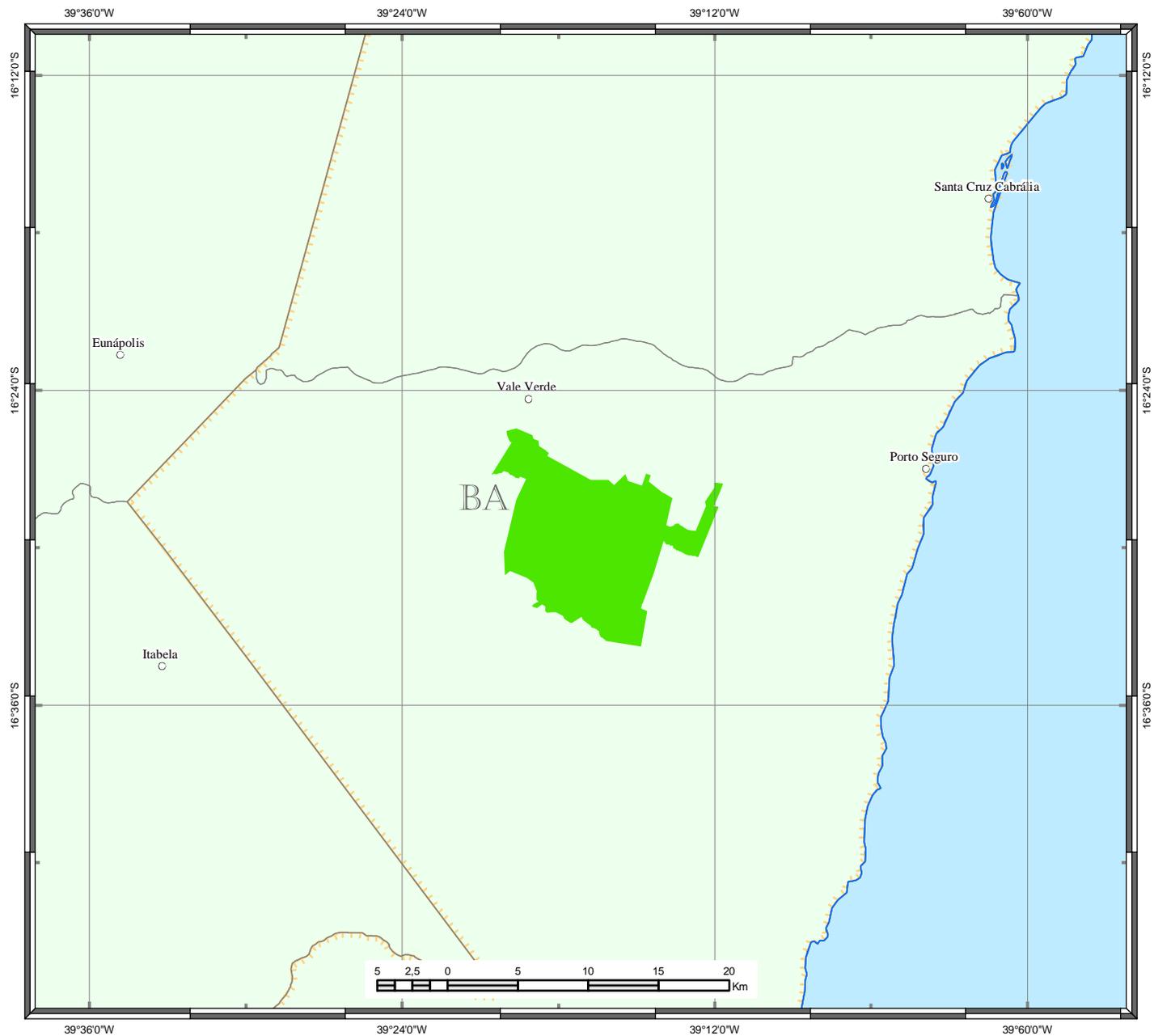
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional do Pau Brasil

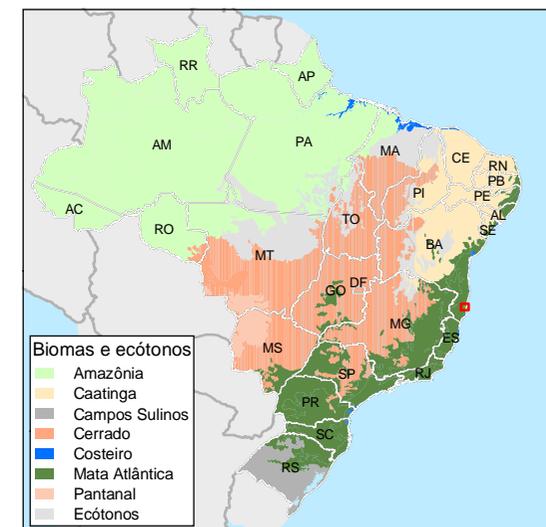
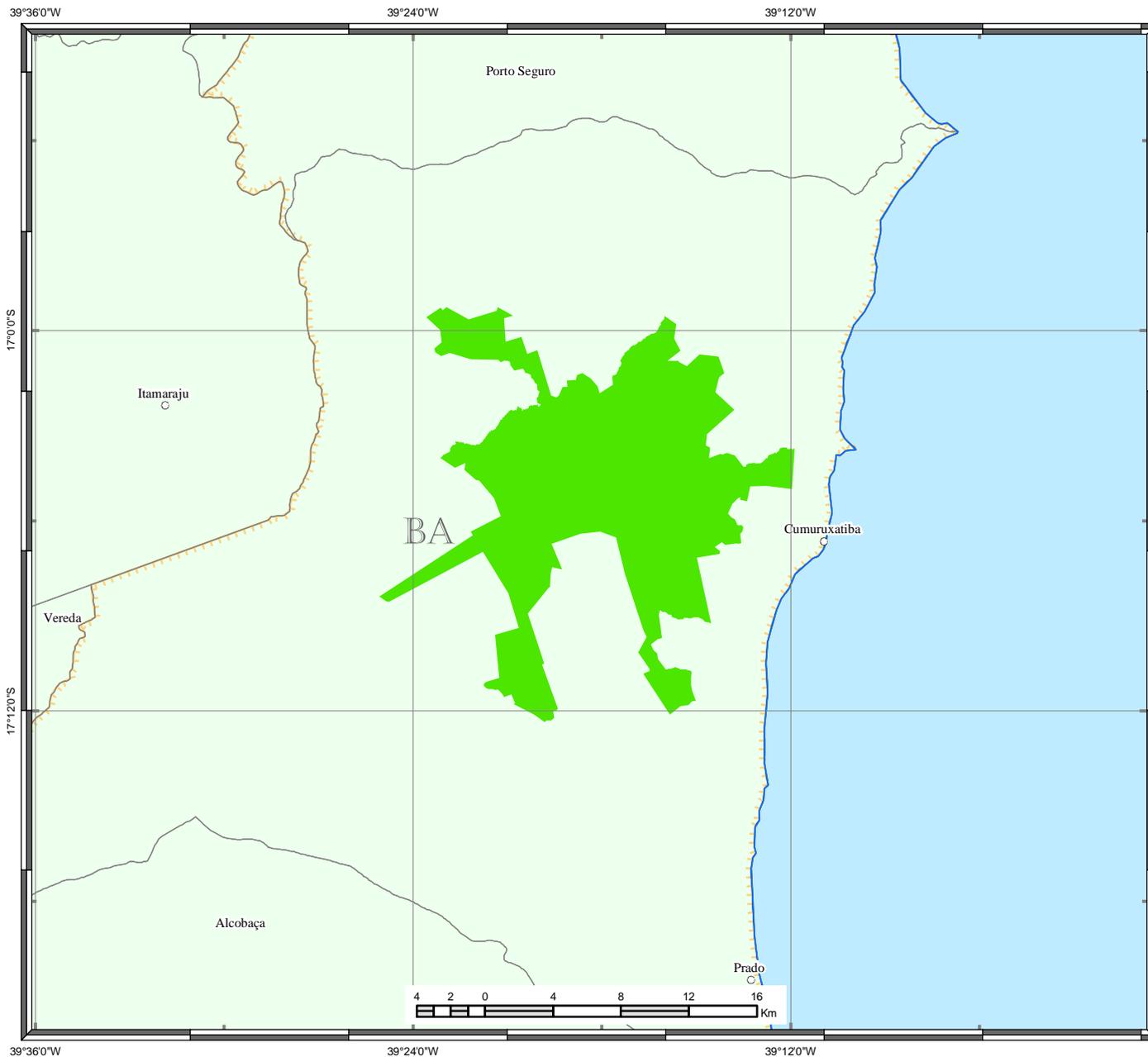
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional do Descobrimento

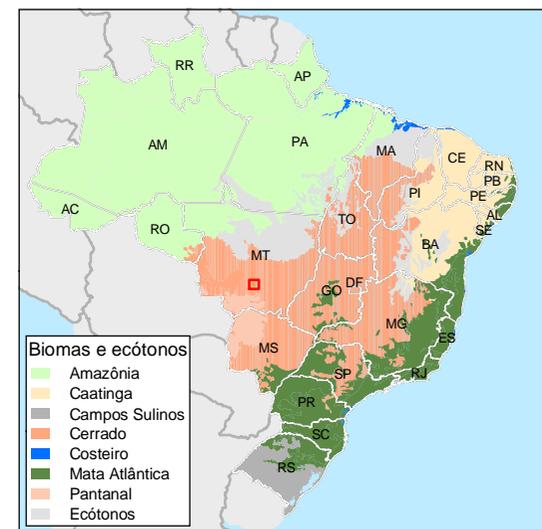
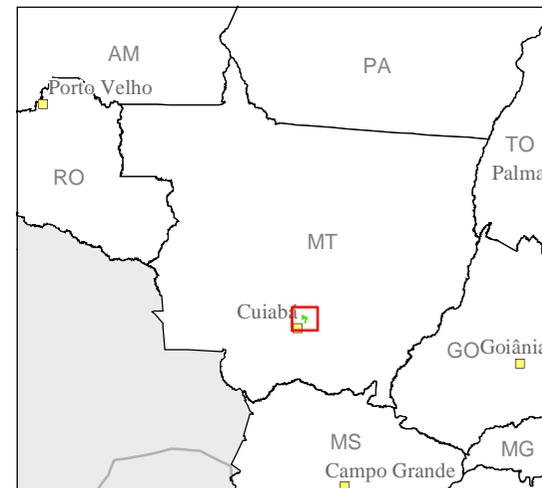
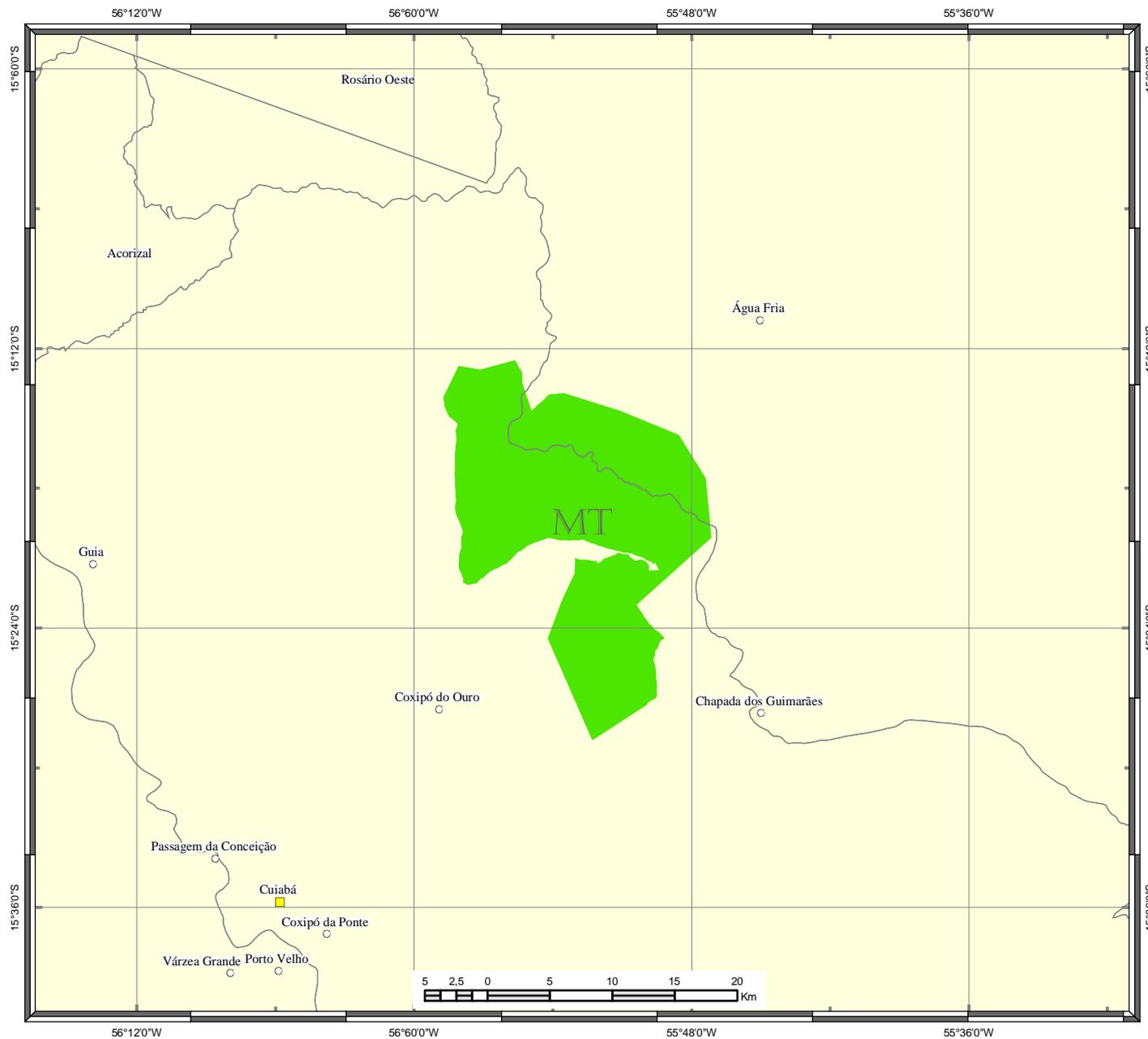
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

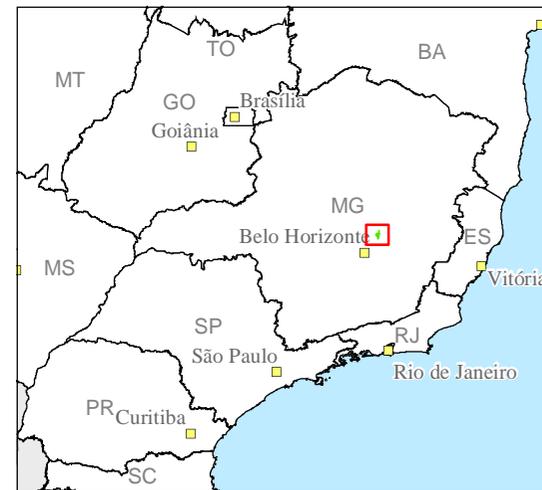
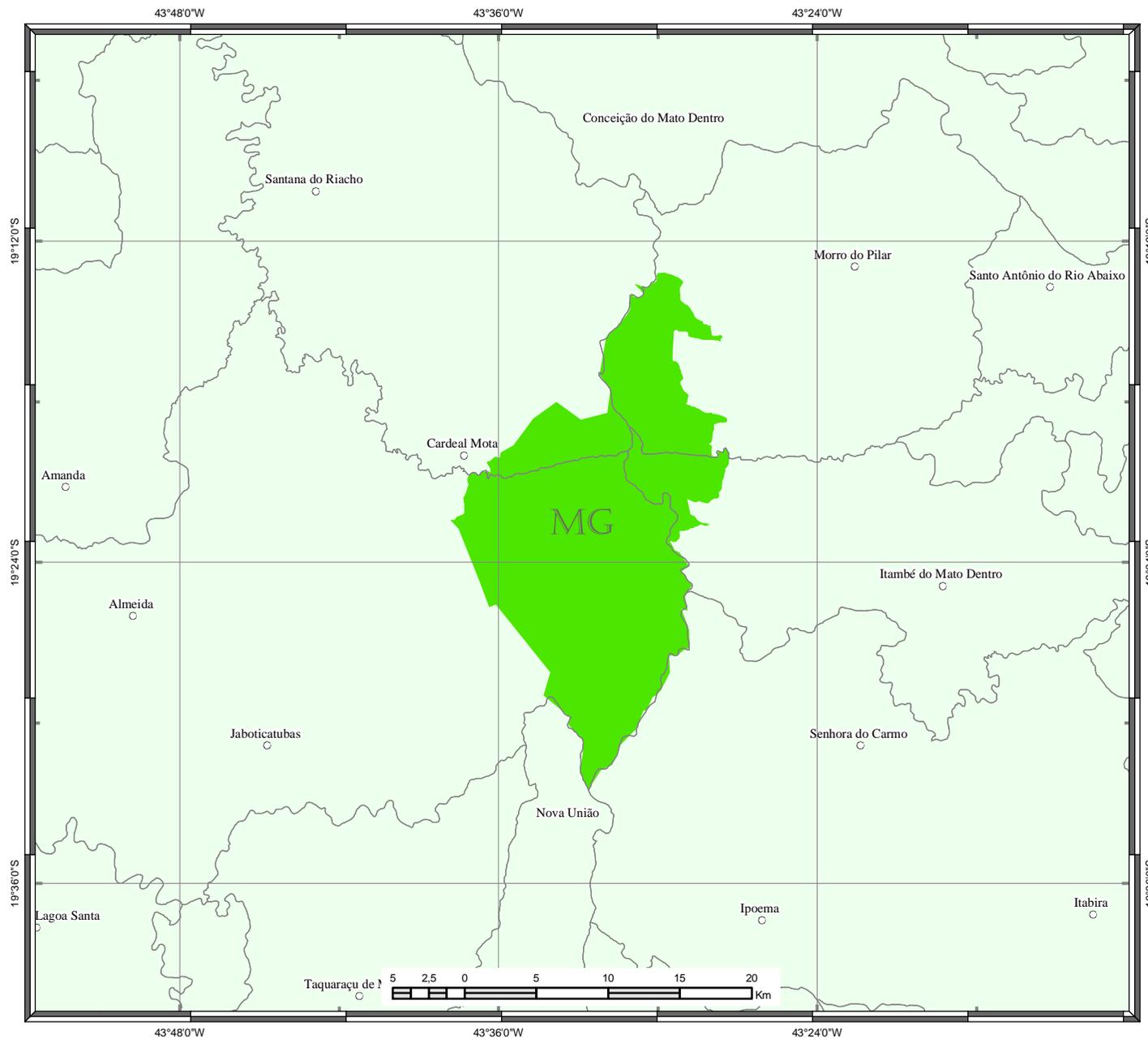
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Serra do Cipó

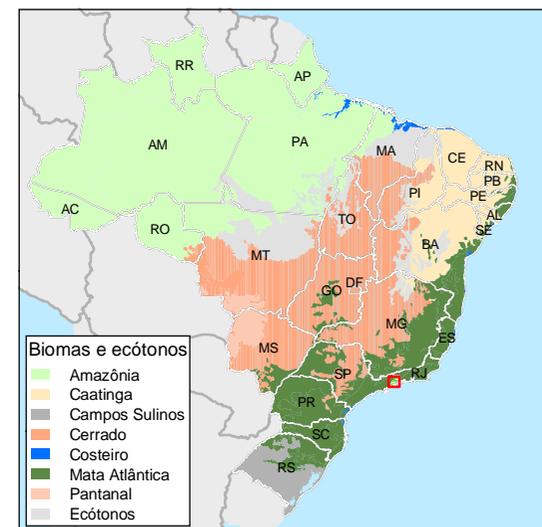
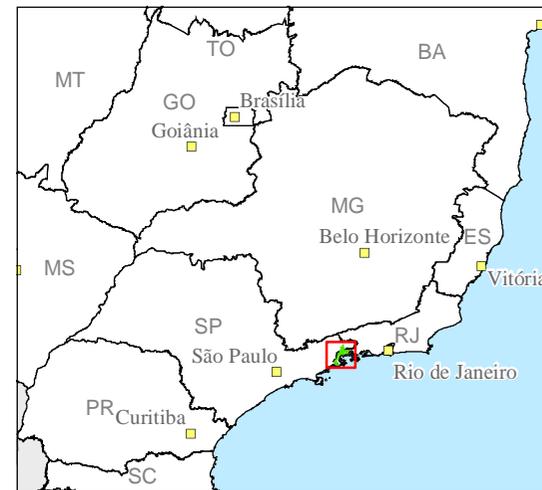
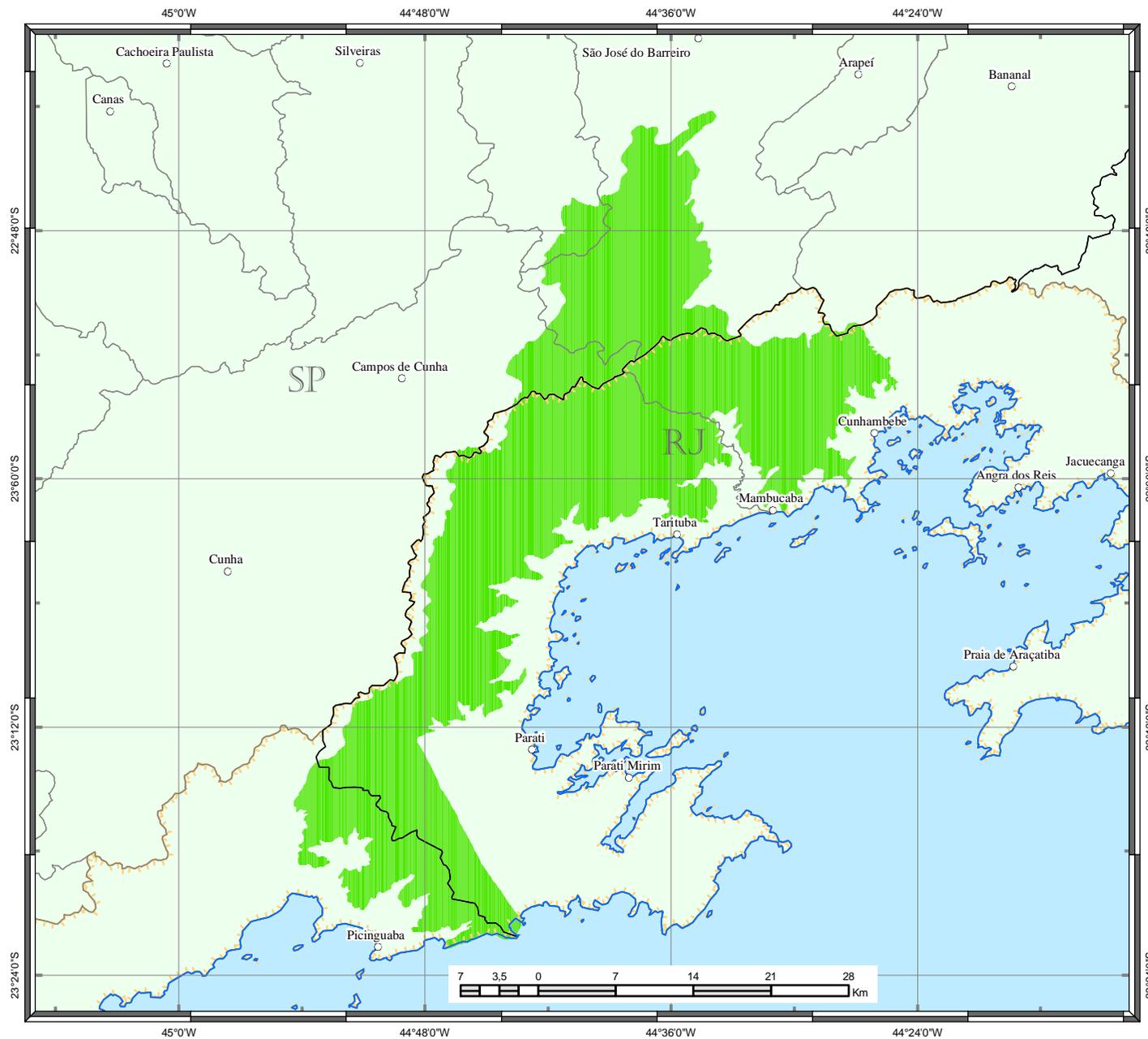
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Serra da Bocaina

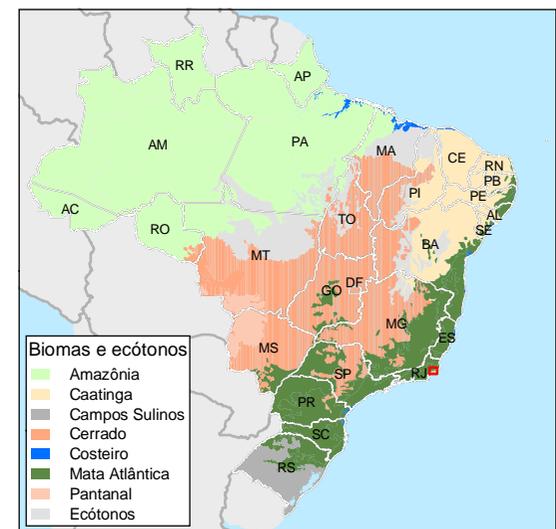
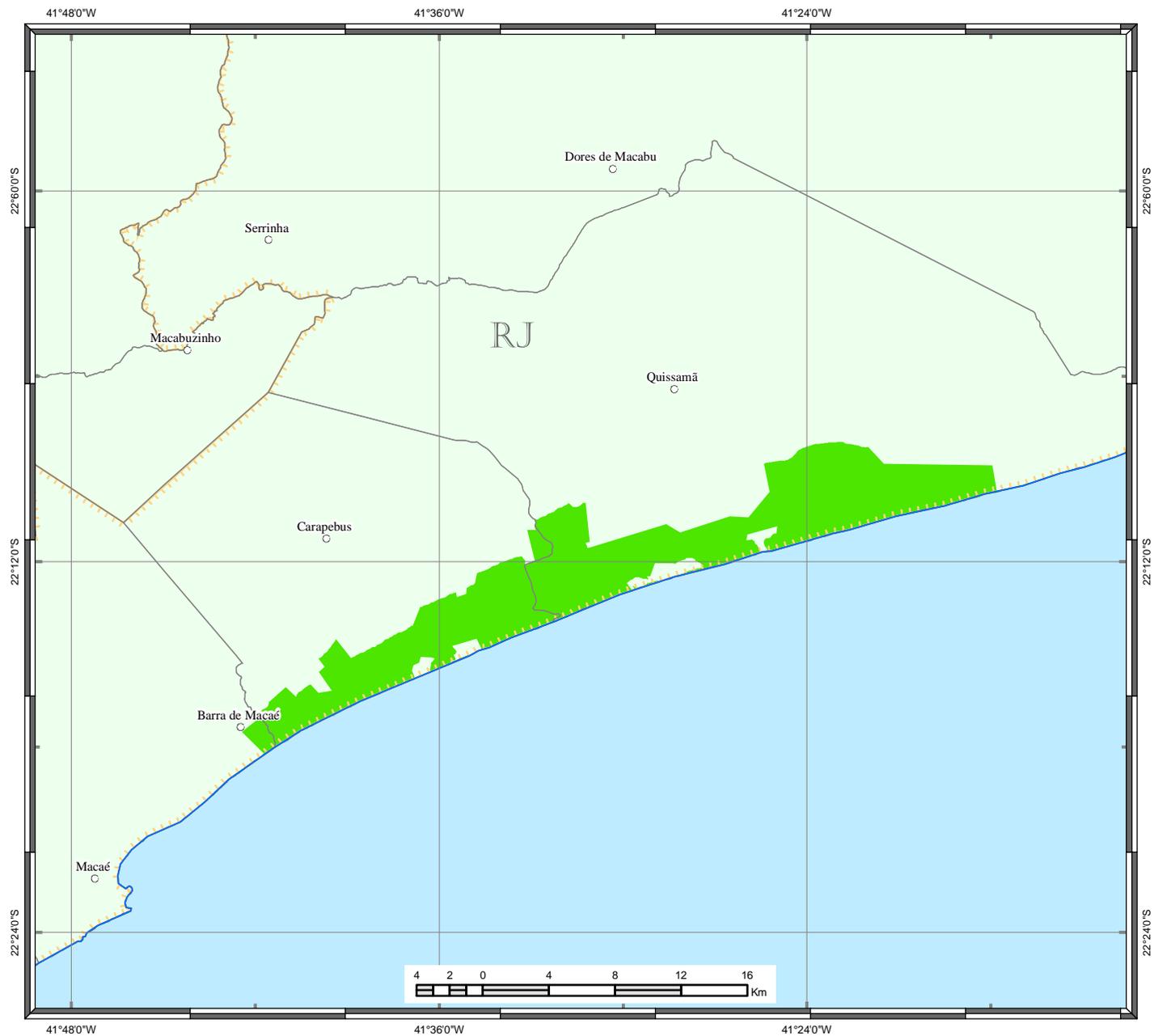
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

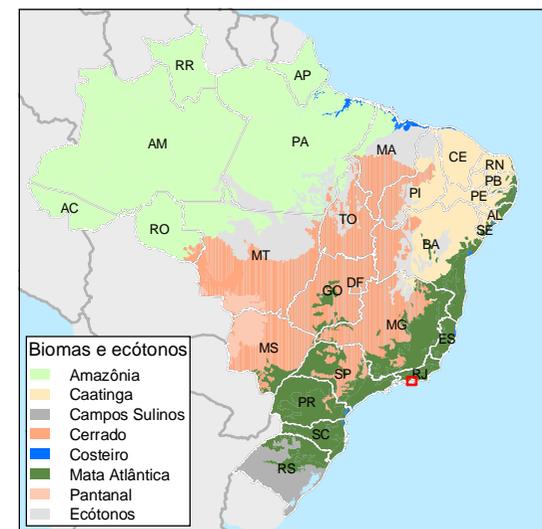
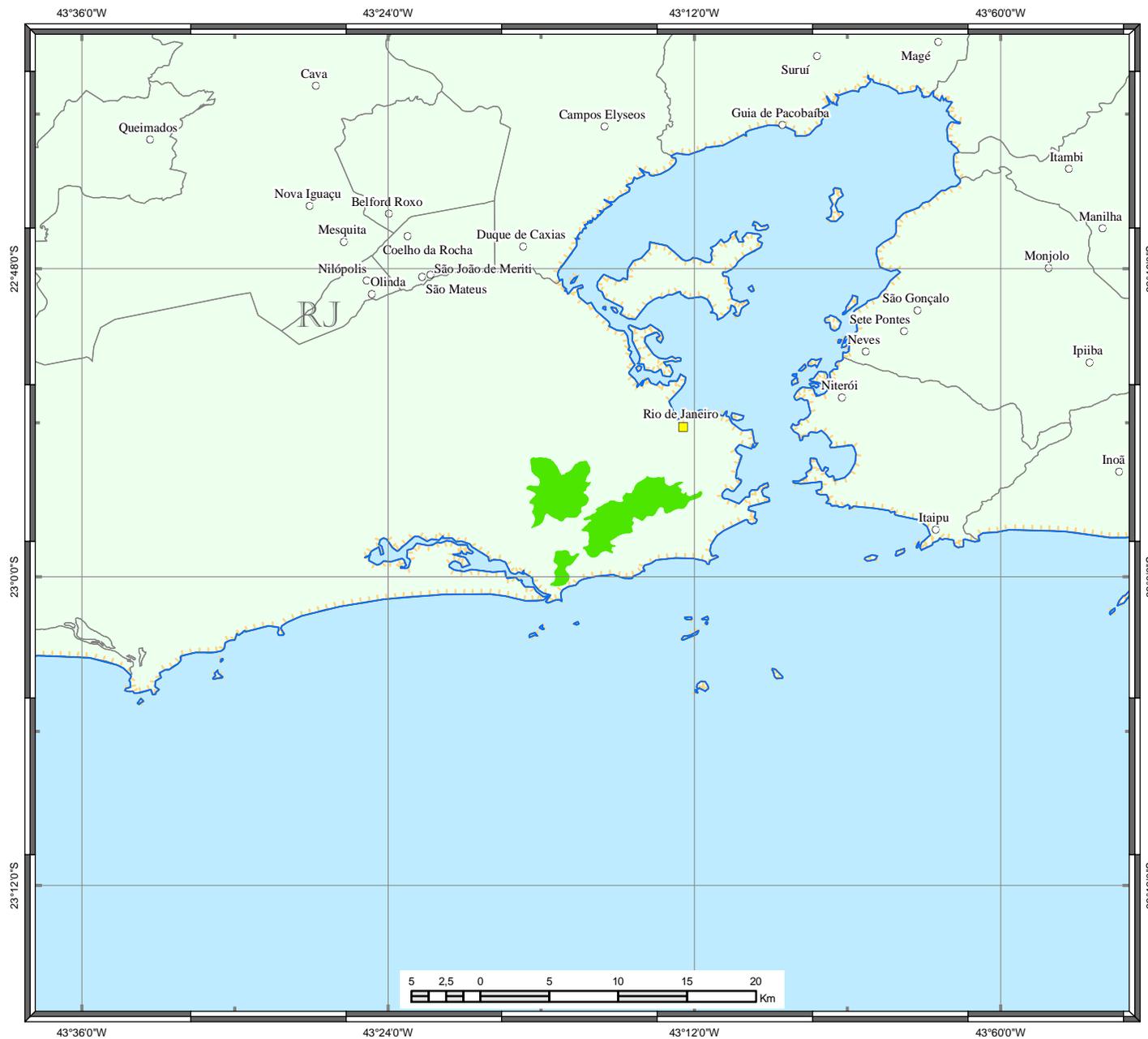
- Localização no Brasil -



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Tijuca

- Localização no Brasil -



**Anexo 10 – Questionários respondidos pelos gestores
das Agendas 21 Locais**

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome do entrevistado: Jenildo Cavalcante
- b) Formação: ensino médio
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Projeto Elaborando a Agenda 21 de Mâncio Lima – AC.
- d) Telefone: 68-33431306
- e) e-mail: jenildocavalcante@yahoo.com.br, agenda21manciolima@yahoo.com.br
- f) Município: Mâncio Lima
- g) U.F: AC
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Prefeitura Municipal de Mâncio Lima

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. A Agenda 21 está em fase de sensibilização. Eu a gerencio e respondo pela coordenadora (Maria de Nazaré Rodrigues de Lima).

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congênere) de seu município?

(X) Sim.

() Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (4) governo federal
- (2) governo estadual
- (3) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (4) IBAMA
- (2) setor produtivo/empresas
- (3) mídia
- (2) associações profissionais
- (1) grupos religiosos
- (3) instituições de ensino e pesquisa
- (2) entidades de trabalhadores
- (3) Parque Nacional
- (2) associação de moradores
- (3) Outros. Qual(ais)? 61 bis

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 1. destinação final do lixo
- 2. infraestrutura urbana e rural
- 3. situação fundiária dos moradores de dentro do Parque
- 4. geração de renda
- 5. falta de mais apoio de técnicos e governo federal

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

- (4) Agricultura
- (4) Crianças e adolescentes
- (3) Violência
- (2) Desmatamento
- (2) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (4) saúde
- (5) ciência e tecnologia
- (5) saneamento urbano
- (4) cultura
- (5) geração de trabalho e renda
- (4) contaminação da água
- (5) lixo
- (5) infra-estrutura urbana
- (5) unidades de conservação
- (4) desigualdades sociais
- (3) desastres naturais
- (4) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- (X) Boa. Por que? Desde o início conversa com o IBAMA. O IBAMA participou do diagnóstico participativo da Agenda. A Agenda 21 participa das reuniões do conselho consultivo.
- () Ruim. Por que?
- () Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- (X) Sim. De que forma ela é expressa? A Agenda 21 se preocupa com a caça ilegal, desertificação de rios e igarapés, questão fundiária dos moradores do parque e a preservação das belezas cênicas.
- () Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Fundamental: O diagnóstico fez um mapeamento de todo o município. Só a partir desse diagnóstico que se descobriu o potencial turístico do parque.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- (X) Sim
- () Não. Por que?
- () Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. O Parque funcionando, as pessoas que moram no Parque e o entorno usufruindo dos recursos do turismo.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome do entrevistado: Elias Leão Moraes
- b) Formação: geólogo, geoquímica
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 de Itaituba
- d) Telefone: 93-96538905
- e) E-mail: eliasitb@yahoo.com.br
- f) Município: Itaituba
- g) U.F: PA
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: SEMMA

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Sou Coordenador recente. Estou organizando o projeto para implementação.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

() Sim.

(X) Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (5) governo federal
- (3) governo estadual
- (1) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (3) IBAMA
- (0) setor produtivo/empresas
- (4) mídia
- (4) associações profissionais
- (2) grupos religiosos
- (3) instituições de ensino e pesquisa
- (3) entidades de trabalhadores
- (4) Parque Nacional
- (3) associação de moradores
- () Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 6. desmatamento
- 7. queimada
- 8. assoreamento de rios
- 9. poluição dos rios por mercúrio
- 10. lixo, esgoto

Agenda 21 Local de Itaituba

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

- (4) Agricultura
- (4) Crianças e adolescentes
- (2) Violência
- (5) Desmatamento
- (2) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (4) saúde
- (2) ciência e tecnologia
- (5) saneamento urbano
- (3) cultura
- (3) geração de trabalho e renda
- (4) contaminação da água
- (4) lixo
- (5) infra-estrutura urbana
- (4) unidades de conservação
- (3) desigualdades sociais
- (2) desastres naturais
- (4) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que? Parte do Pessoal participa do comitê gestor do Parque
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa? Questão social e a questão do Parque esta muito interligada. A população do entorno prejudica a conservação do Parque
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Mutirão de limpeza e educação ambiental.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
 - a) Como? Indo às reuniões desde o início.
- Não. Por que?
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de Itaituba pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. A grande contribuição da Agenda vai ser a questão da sensibilização da importância da conservação do Parque.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Célia Maria Lima de Moraes
- b) Formação: técnica em desenvolvimento empresarial
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 de Porto Seguro – Comunidade Sustentável
- d) Telefone: (73) 32681390
- e) E-mail: artnata2002@yahoo.com.br
- f) Município: Porto Seguro
- g) U.F: BA
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Associação dos Artesãos de Porto Seguro

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Desde 1998, quando a Agenda 21 de Porto Seguro começou a ser construída, o processo atingiu 50 localidades do município e cerca de 1.000 pessoas. A metodologia propôs a criação de núcleos de Agenda 21 nas comunidades do município. O papel da Agenda 21 vai além da educação ambiental, para que projetos existentes sejam fortalecidos. Há também Agendas 21 nas escolas.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

(X) Sim.

() Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (3) governo federal
- (3) governo estadual
- (4) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (2) IBAMA
- (1) setor produtivo/empresas
- (2) mídia
- (4) associações profissionais
- (2) grupos religiosos
- (2) instituições de ensino e pesquisa
- (3) entidades de trabalhadores
- (1) Parque Nacional
- (3) associação de moradores
- () Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

1. Lixo. O aterro do município não funciona como aterro
2. Esgotamento sanitário. Embasa implantou mas não terminou as obras. A Embasa não está fazendo tratamento do lixo
3. Loteamentos clandestinos/eleitoreiros; expansão urbana irregular
4. Deficiência de fiscalização e critérios para as visitas ao Parque Marinho do Recife de Fora – Parque Municipal
5. Falta de articulação entre projetos sócio-ambientais

Agenda 21 Local de Porto Seguro.

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temática(s) prioritárias:

- (2) Agricultura
- (4) Crianças e adolescentes
- (5) Violência
- (5) Desmatamento
- (1) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (5) saúde
- (2) ciência e tecnologia
- (5) saneamento urbano
- (2) cultura
- (5) geração de trabalho e renda
- (5) contaminação da água
- (5) lixo
- (5) infra-estrutura urbana
- (3) unidades de conservação
- (2) desigualdades sociais
- (4) desastres naturais. VERACEL
- (5) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno do Parque Nacional Monte Pascoal. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- () Boa. Por que?
- () Ruim. Por que?
- (X) Não há relação.

6.A) O seu município se localiza no entorno do Parque Nacional Pau Brasil. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- () Boa. Por que?
- () Ruim. Por que?
- (X) Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque Monte Pascoal?

- () Sim. De que forma ela é expressa?
- (X) Não. Por que?

7.A) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque Pau Brasil?

- (X) Sim. De que forma ela é expressa? Através de atividades de educação ambiental e projetos de arte em troca da caça.
- () Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Demarcou a área e pronto. Parece que são parques de papel. Quase nada é feito em termo de turismo ecológico. Não há interação dos parques com a agenda 21.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional Monte Pascoal?

Sim

a) Como?

Não. Por que?

Não há conselho gestor no Parque.

9.A) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional Pau Brasil?

Sim

a) Como?

Não. Por que?

Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade dos Parques?

R. Na verdade, primeiro tem que haver uma divulgação do que é o parque para a comunidade local, conscientização. A partir daí, é necessário um intercâmbio dos gestores dos parques com as escolas municipais, tanto com a temática do meio ambiente quanto para a formação desses alunos; e planejamento para o turismo.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Questionário – Consultando os Gestores das Agendas 21 Locais Brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Maria de Fátima Glória Ramalho
- b) Formação: comércio exterior
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 de Prado
- d) Telefone: 73-32981647
- e) E-mail: appa@pradonet.com.br
- f) Município: Prado
- g) U.F: Prado
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Autônomo

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Começou em 1998; a secretária de meio ambiente era Neiva Pinheiro, e eu coordenadora da Agenda 21. Atualmente participo de esporádicas reuniões. A Agenda 21 foi incorporada ao Plano Diretor do Município.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

(X) Sim.

() Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (4) governo federal
- (2) governo estadual
- (3) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (5) organizações não-governamentais
- (1) IBAMA
- (1) setor produtivo/empresas
- (2) mídia
- (4) associações profissionais
- (1) grupos religiosos
- (2) instituições de ensino e pesquisa
- (3) entidades de trabalhadores
- (2) Parque Nacional
- (4) associação de moradores
- () Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

1. esgotamento sanitário – não há
2. Lixo jogado nos manguezais / saneamento básico
3. invasão do Parque do Descobrimento – 21 mil há.
4. invasão da orla marítima
5. invasão de manguezais

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

- (4) Agricultura
- (3) Crianças e adolescentes
- (4) Violência
- (5) Desmatamento
- (4) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (4) saúde
- (3) ciência e tecnologia
- (5) saneamento urbano
- (4) cultura
- (4) geração de trabalho e renda
- (5) contaminação da água
- (5) lixo
- (4) infra-estrutura urbana
- (5) unidades de conservação
- (3) desigualdades sociais
- (2) desastres naturais
- (3) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que? Porque a APPA é parceira do Parque e o grupo é muito unido
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa? Preocupação com invasões: caçadores, madeireiros e com o futuro do Parque. O Parque tem uma infra-estrutura muito pequena; falta de pessoal, falta de fiscalização.
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Precisaria ter um Plano de Manejo.

9)A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
 - b) Como?
- Não. Por que?
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Cartas para o IBAMA; continuidade do Projeto de ecoturismo, implantado em 2003 no entorno do Parque. A sede só serve para os Bombeiros, sede na cidade de Prado. Mais ênfase para as atividades de educação ambiental no entorno com o Prevfogo; apoio Núcleo de EA e difusão de práticas sustentáveis.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Edward Bertholine de Castro
- b) Formação: Licenciado e Bacharel em História Natural
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 de Cuiabá
- d) Telefone: res.(65) 634-5365 trab.(65)615-8869 cel. (65) 9971 9222
- e) E-mail: vabertholine@terra.com.br / vava67@hotmail.com
- f) Município: Cuiabá
- g) U.F: MT
- i) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Universidade Federal de MT.

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva, em poucas palavras, de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Não tem sido de forma contínua, apenas pontual, foram feitas várias tentativas de viabilizar uma sistematização, entretanto, essas iniciativas tem sido abortadas, geralmente por interferências político-partidárias. Não conseguimos perceber, também, compromisso por parte dos governantes em viabilizar a construção da Agenda 21.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congênere) de seu município?

() Sim.

(X) Não. Por que? Vários fatores sendo um deles a falta de compromisso dos membros da equipe que são indicados pelos órgãos.

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (1) governo federal
- (1) governo estadual
- (2) Câmara Municipal
- (5) Ministério Público
- (5) organizações não-governamentais
- (4) IBAMA
- (1) setor produtivo/empresas
- (2) mídia
- (4) associações profissionais
- (1) grupos religiosos
- (5) instituições de ensino e pesquisa
- (2) entidades de trabalhadores
- (1) Parque Nacional
- (2) associação de moradores
- () Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 1.Saneamento
- 2.Ocupação urbana/violência
- 3.Destino de Resíduos
- 4.Formação de Ilhas de Calor
- 5 Poluição dos mananciais de água. (lençol freático, rios etc..)

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

- (4) Agricultura
- (5) Crianças e adolescentes
- (5) Violência
- (5) Desmatamento
- (5) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (5) saúde
- (4) ciência e tecnologia
- (5) saneamento urbano
- (4) cultura
- (5) geração de trabalho e renda
- (5) contaminação da água
- (4) lixo
- (5) infra-estrutura urbana
- (4) unidades de conservação
- (3) desigualdades sociais
- (5) desastres naturais
- (5) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- () Boa. Por que?
- (X) Ruim. Por que? Falta de definição de quem administra – vide escândalo do IBAMA
- () Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- () Sim. De que forma ela é expressa?
- (X) Não. Por que? Não sei.

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Nenhuma.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- () Sim
 - c) Como?
 - d) Quais membros da Agenda 21 participam do conselho gestor?
- (X) Não. Por que? Não se chegou a essa temática.
- () Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Na medida em que se constroem princípios para ocupação e de respeito a todas as formas de vida.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Agenda 21 Local de Conceição do Mato Dentro

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Luis Cláudio Ferreira de Oliveira
- b) Formação:
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 de Conceição do Mato Dentro
- d) Telefone: (31) 38682429
- e) E-mail: semat@icmd.com.br; luiz.sat@gmail.com
- f) Município: Conceição do Mato Dentro
- g) U.F.: MG
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Prefeitura Municipal

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. A equipe do Projeto “Construção da Agenda 21 Local” de Conceição do Mato Dentro está realizando a “Ação 21”. Este evento itinerante, além de divulgar o projeto, estimula a participação de toda a sociedade nas questões ambientais, promovendo mobilização e inclusão social através de educação ambiental e outras atividades. A Agenda 21 esta na fase do diagnóstico.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

Sim.

Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (4) governo federal
- (3) governo estadual
- (1) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (1) IBAMA
- (2) setor produtivo/empresas
- (2) mídia
- (1) associações profissionais
- (1) grupos religiosos
- (4) instituições de ensino e pesquisa
- (4) entidades de trabalhadores
- (2) Parque Nacional
- (4) associação de moradores
- Outros. Qual(ais)?

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

1. Desmatamento
2. Saúde ambiental
3. Resíduos sólidos
4. Ocupação irregular no entorno dos Parques, incluindo o nacional
5. Falta de saneamento

Agenda 21 Local de Conceição do Mato Dentro

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas(s) prioritárias:

- (4) Agricultura
- (4) Crianças e adolescentes
- (3) Violência
- (5) Desmatamento
- (1) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (4) educação
- (4) saúde
- (3) ciência e tecnologia
- (4) saneamento
- (5) cultura
- (5) geração de trabalho e renda
- (3) contaminação da água
- (4) lixo
- (3) infra-estrutura urbana
- (5) unidades de conservação
- (3) desigualdades sociais
- (1) desastres naturais
- (3) drogas
- (5) outros: turismo e comunicação

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que?
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa?
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Nenhuma ainda.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
- Não
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade dos Parques?

R. Fazendo programas de geração de renda e uso sustentável de recursos naturais nas regiões vizinhas à unidades de conservação e fixação do homem no campo.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Agenda 21 Local do Litoral Norte Paulista (Ubatuba)

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Roberto Francine Jr.
- b) Formação: especialista em Turismo e Meio Ambiente
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 Litoral Norte Paulista
- d) Telefone: 12-3842 2636
- e) E-mail: roberto.francine@gmail.com; cunhambebe@gmail.com.
- f) Município: Ubatuba
- g) U.F: SP
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva, em poucas palavras, de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Estamos voltados para a participação efetiva das reuniões e fóruns regionais da AG21, disponibilizamos o domínio e estamos negociando com web designer o desenho da página e hospedagem do sitio da Agenda 21 regional, auxiliamos na mobilização de agentes sociais importantes ao processo de discussão da Agenda21.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

() Sim.

(X) Não. Por que? Estamos em um momento de transição na coordenação do projeto e as pressões para a criação do fórum estão paradas, estamos propondo esta semana a proposta de que a Prefeitura monte o Fórum Municipal, através do Coletivo de Entidades Ambientais de Ubatuba, que fazemos parte.

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 em níveis de contribuição)

- (5) governo federal
- (3) governo estadual
- (2) Câmara Municipal
- (3) Ministério Público
- (5) organizações não-governamentais
- (1) IBAMA
- (3) setor produtivo/empresas
- (4) mídia
- (4) associações profissionais
- (2) grupos religiosos
- (4) instituições de ensino e pesquisa
- (2) entidades de trabalhadores
- (1) Parque Nacional
- (4) associação de moradores
- (2) Outros. Qual(ais)? Voluntários sem vinculo com entidades

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

1. situação sócio-econômica da comunidade;
2. conservação dos Parques Estaduais e Estação Ecológica da Região;
3. ameaça de espécies invasoras;
4. implantação do Zoneamento Ecológico Econômico;
5. mobilização dos agentes políticos em torno do Tema.

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

Agenda 21 Local do Litoral Norte Paulista (Ubatuba)

- (2) Agricultura
- (4) Crianças e adolescentes
- (4) Violência
- (4) Desmatamento
- (2) Poluição do ar
- (5) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (5) saúde
- (3) ciência e tecnologia
- (4) saneamento urbano
- (3) cultura
- (4) geração de trabalho e renda
- (4) contaminação da água
- (5) lixo
- (4) infra-estrutura urbana
- (5) unidades de conservação
- (4) desigualdades sociais
- (2) desastres naturais
- (2) drogas
- (5) outros – Espécies invasoras (caramujo africano e cipó exótico)

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

Boa. Por que?

Ruim. Por que?

Não há relação. Apesar de termos um Parque Nacional (Parque Nacional da Bocaina) em um canto do município ele fica fora de áreas ocupáveis, e a Estação Ecológica Tupinambás é insular com características próprias, não existe a participação de membros do IBAMA em nossas reuniões apesar de existir Conselho Consultivo de Mosaico na Região.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

Sim. De que forma ela é expressa? Nos Parques Estaduais: da Serra do Mar, da Ilhabela e da Ilha Anchieta com efetiva participação de seus diretores ou representantes.

Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. Não há.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

Sim

e) Como?

Não. Por que?

Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

Agenda 21 Local do Litoral Norte Paulista (Ubatuba)

R. Fazendo a sua parte na conscientização da comunidade do entorno, favorecendo o conhecimento de sua existência e preocupação com sua manutenção (do parque), como: demarcação de seus limites, não caçar, não pescar em áreas proibidas, não coletar plantas para consumo ou para jardinagem, dentro da Unidade de Conservação. Auxiliar no combate às espécies invasoras.

Acredito que a AG 21 também deva melhorar a consciência dos moradores e visitantes de sua cidadania e de seus direitos, formando cidadãos críticos e atuantes, cômnicos de seus problemas e dispostos a buscar soluções em parceria com o governo.

Obrigada, foi muito importante a sua participação nesta pesquisa!

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Paulo Sérgio Carvalho De Barcellos
- b) Formação: Engenheiro Florestal
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 - Macaé
- d) Telefone: 22 27592158 ramal 28
- e) E-mail: heloisa@lagosnet.com.br
- f) Município: Macaé
- g) U.F: RJ
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Prefeitura Municipal de Macaé – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. De forma participativa

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

(X) Sim.

() Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (1) governo federal
- (1) governo estadual
- (3) Câmara Municipal
- (2) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (2) IBAMA
- (2) setor produtivo/empresas
- (3) mídia
- (3) associações profissionais
- (3) grupos religiosos
- (2) instituições de ensino e pesquisa
- (2) entidades de trabalhadores
- (2) Parque Nacional
- (4) associação de moradores
- (4) Outros. Qual(ais)? Governo Municipal

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 1. ocupações (invasões) em áreas de preservação permanente
- 2. ocupações da região estuarina
- 3. impactos referentes à exploração de petróleo na Bacia de Campos
- 4. ocupações no entorno do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
- 5. lançamento de esgoto “in natura” e lixo no Rio Macaé

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas(s) prioritárias:

- (2) Agricultura
- (3) Crianças e adolescentes
- (3) Violência

- (4) Desmatamento
- (2) Poluição do ar
- (4) conservação da biodiversidade
- (4) educação
- (4) saúde
- (3) ciência e tecnologia
- (4) saneamento urbano
- (3) cultura
- (4) geração de trabalho e renda
- (3) contaminação da água
- (3) lixo
- (4) infra-estrutura urbana
- (3) unidades de conservação
- (3) desigualdades sociais
- (3) desastres naturais
- (2) drogas
- (4) outros. Turismo

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que? Existe participação de membros da comissão da Agenda no Conselho Consultivo do Parque
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, a Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa?
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

R. A participação no conselho gestor.

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
 - f) Como? Através da participação de alguns membros
- Não. Por que?
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Apoiando e fortalecendo o controle social, principalmente influenciando nas declarações do conselho consultivo.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa!

Questionário – Consultando os gestores das Agendas 21 Locais brasileiras

Identificação:

- a) Nome: Ana Maria Batista
- b) Formação: História, História Política
- c) Nome da Agenda 21 Local que é membro: Agenda 21 do Rio de Janeiro
- d) Telefone: (21) 25099098
- e) e-mail: ana.batista@uol.com.br
- f) Município: Rio de Janeiro
- g) U.F: RJ
- h) Nome da entidade/órgão/instituição que pertence: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

1) Considerando que você participa da Agenda 21 Local, descreva de que forma vem sendo a sua gestão.

R. Finalizamos o Plano de Ação, baseado no processo de consulta de uma rede que incluiu 3.000 pessoas considerando a representação de ONGs, técnicos do Poder Público local, universidades, jovens, lideranças comunitárias e alguns do setor privado. Esse Plano de Trabalho baseou-se em 92 projetos trabalhados com a metodologia participativa da Agenda 21, referendado nas premissas conceituais da Agenda 21.

2) Foi constituído o Fórum da Agenda 21 (ou congêneres) de seu município?

(X) Sim.

() Não. Por que? _____

3) Entre os parceiros, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (2) governo federal
- (1) governo estadual
- (3) Câmara Municipal
- (1) Ministério Público
- (4) organizações não-governamentais
- (3) IBAMA
- (2) setor produtivo/empresas
- (1) mídia
- (3) associações profissionais
- (3) grupos religiosos
- (5) instituições de ensino e pesquisa
- (3) entidades de trabalhadores
- (4) Parque Nacional
- (5) associação de moradores
- () Outros.

4) Entre os problemas ambientais da área que compreende a construção da Agenda 21 em questão, liste os 5 (cinco) principais:

- 1. recursos hídricos
- 2. resíduos sólidos
- 3. poluição dos rios e lagoas
- 4. ocupação de encostas em geral e no entorno de UCs em particular
- 5. poluição atmosférica

5) Quais as temáticas que regem a construção da Agenda 21 Local de seu município? Favor usar a escala de 1 a 5 nos itens, sendo que 1 corresponde ao de menor importância e 5 à(s) temáticas (s) prioritárias:

Agenda 21 Local do Rio de Janeiro.

- (1) Agricultura
- (2) Crianças e adolescentes
- (4) Violência
- (4) Desmatamento
- (3) Poluição do ar
- (4) conservação da biodiversidade
- (5) educação
- (4) saúde
- (3) ciência e tecnologia
- (4) saneamento urbano
- (3) cultura
- (3) geração de trabalho e renda
- (5) contaminação da água
- (5) lixo
- (4) infra-estrutura urbana
- (3) unidades de conservação
- (5) desigualdades sociais
- (4) desastres naturais
- (3) drogas
- () outros _____

6) O seu município se localiza no entorno de um Parque Nacional. Como é a relação entre a Agenda 21 Local e esta Unidade de Conservação?

- Boa. Por que? Participou muito em um determinado período. Principalmente a educação ambiental
- Ruim. Por que?
- Não há relação.

7) Existe, na Agenda 21, uma preocupação com a conservação da biodiversidade do Parque?

- Sim. De que forma ela é expressa? A questão do Parque da muita visibilidade ao tema da biodiversidade para a cidade
- Não. Por que?

Caso sua resposta para a pergunta anterior for afirmativa, responda a todas as questões abaixo. Se negativa, pule para a pergunta 10.

8) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 que contribuíram para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional?

Trabalho de educação ambiental, reuniões, trabalho das professoras dos bairros do entorno do parque com a comunidade (A Secretaria de Educação é membro do Fórum).

9) A Agenda 21 participou da criação do conselho gestor do Parque Nacional?

- Sim
 - g) Como?
- Não. Por que?
- Não há conselho gestor no Parque.

10) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

A maior contribuição é para a construção de parcerias e de uma visão integrada, que promovam ações integradas com a comunidade e as Secretarias locais, principalmente através do turismo. O grande papel da Agenda é promover a integração, promover a gestão integrada.

Obrigada. Foi muito importante a sua participação nesta pesquisa !

**Anexo 11 – Questionários respondidos pelos diretores
dos parques nacionais**

Agenda 21 Local de Mâncio Lima
Parque Nacional Serra do Divisor

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Francisco Antonio Correa Lima
- b) Nome da entidade / órgão / instituição que pertence: IBAMA
- c) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Serra do Divisor
- d) Município: Cruzeiro do Sul
- e) U.F: AC
- g) Telefone: 68-33221291
- h) E-mail: francisco-antonio.lima@ibama.gov.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. Os pontos principais são os problemas da situação fundiária das famílias: posseiros e proprietários, invasão dos madeireiros peruanos, caçadas com cachorros.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(1) governo municipal. Qual?

(5) governo federal

(1) governo estadual

(5) organizações não-governamentais. Sos Amazônia.

(1) setor produtivo/empresas

(1) mídia

(5) associações profissionais/indigenas

(1) grupos religiosos

(1) instituições de ensino e pesquisa

(5) entidades de trabalhadores

(3) Agenda 21 Local. De qual município?

(3) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

invasão dos Peruanos madeireiros

desmates

caçadas com cachorros

queimadas

não participação das comunidades nas questões do parque

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

Agenda 21 Local de Mâncio Lima
Parque Nacional Serra do Divisor

R. Com relação aos peruanos, eles têm varias maneiras de cometer infrações. É necessário intensificar mais a fiscalização na área. Envolver as comunidades é questão chave. Com relação ao comportamento das comunidades, intensificar a educação ambiental na área do parque é fundamental.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Embora haja um longo caminho pela frente até que todos os problemas relacionados ao parque sejam resolvidos, hoje esse conselho é considerado uma vitória da participação e do diálogo e uma referência para a criação e funcionamento de parques nacionais no País. Dele participam conselheiros representantes de comunidades de moradores do Parque Nacional, de agências do governo federal, do governo estadual, dos poderes públicos municipais do entorno, de comunidades indígenas, etc.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

Não sei.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Mâncio Lima?

Sim.

Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

Sim

a) Como? Mancio Lima participa das reuniões do parque.

b) Quais membros da Agenda 21 participam? Não sei exatamente.

Não. Por que? _____

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R. Ações voltadas ao turismo no parque.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de Mancio Lima pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Acredito que seja através da educação ambiental. O grupo do NEA-Núcleo de Educação Ambiental já criou o projeto A Escola Vai ao Parque.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): José Sales de Souza
- b) Nome da entidade / órgão / instituição que pertence: funcionário do IBAMA (há 27 anos).
- c) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Amazônia
- d) Município: Itaituba
- e) U.F.: PA
- f) Telefone: 93-35181530
- g) E-mail: judithitb@hotmail.com

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional:

R. Com 12km², 994 ha. O Parque está recebendo recursos da CI, para a revisão do seu Plano de Manejo. Ainda, está realizando nova demarcação dos limites da Unidade e fechamento do regime interno do conselho do Parque. 14 famílias estão desmatando, sem alternativas.

2) O Parque possui Plano de Manejo?

Sim.

O Plano de Manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(4) governo municipal. Qual? Itaituba

(4) governo federal

(2) governo estadual

(5) organizações não-governamentais. CI

(5) setor produtivo/empresas. Alcoa.

(3) mídia

(3) associações profissionais

(2) grupos religiosos

(1) instituições de ensino e pesquisa

(3) entidades de trabalhadores

(3) Agenda 21 Local. De qual município? Itaituba-PA

(2) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui Conselho Gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

desmatamento por queimadas

ocupação irregular

falta de alternativas econômicas para a população

falta de conhecimento da população sobre a importância do parque

Agenda 21 Local de Itaituba
Parque Nacional da Amazônia

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. 90% das áreas do entorno não tem documento. Sugestão: negociar com as comunidades dar uma alternativa econômica: piscicultura. Precisa de estrada para escoar.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Fiscalização – o exercito ajuda, a SEMA, etc. É necessária maior aproximação junto às lideranças da comunidade para ajudarem na fiscalização.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. A minha maior preocupação é com o povo. Tem que ver quem é quem primeiro e se a ajuda a dar alternativas para a comunidade e isso pode ser uma grande contribuição da Agenda 21.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Itaituba?

- Sim.
 Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

- Sim
a) Como? _____
b) Quais membros da Agenda 21 participam? _____
 Não. Por que? Não sei.

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R. As reuniões, as pessoas que representam falam bem da Unidade. Isso contribui para a sua conservação pois só de você explicar bem o que é a Unidade já ajuda o Parque.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município Itaituba pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

Temos que ter gente da Agenda 21 no Parque, pois a ação conjunta dos dois aumenta o apoio do Governo e levanta ações necessárias, como por exemplo, a construção de guaritas armadas para a conservação da biodiversidade.

Obrigada. Foi muito importante a sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Milene Maia Oberlaender
- b) Nome da entidade / órgão / instituição que pertence: IBAMA
- c) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional Monte Pascoal
- d) Município: Porto Seguro U.F: BA
- e) Cargo ou função do entrevistado antes de assumir a chefia do Parque Nacional:
Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro
- f) Telefone: (73) 3294-1110
- g) e-mail: pmontepascoal@dstech.com.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional

R. Estamos principalmente implementando a gestão compartilhada com os índios Pataxó, gestão de conflito sobreposição terra indígena e UC.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(1) governo municipal. Qual?

(5) governo federal

(1) governo estadual

(2) organizações não-governamentais

(1) setor produtivo/empresas

(1) mídia

(1) associações profissionais

(1) grupos religiosos

(1) instituições de ensino e pesquisa

(0) entidades de trabalhadores

(0) Agenda 21 Local. De qual município?

(0) associação de moradores

(0) Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? Está em processo de discussão a criação do conselho, o qual será, inicialmente, de representantes indígenas das aldeias do entorno, governo e ONGs, devido peculiaridade da questão.

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

Exploração de madeira para produção de artesanato

fogo

caça

concentração populosa das aldeias do entorno, as quais estão espremidas encima do remanescente, necessidade urgente de ampliação do território indígena.

expansão de monoculturas

Agenda 21 Local de Porto Seguro
Parque Nacional Monte Pascoal

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Alternativas econômicas para o entorno, mais pessoal em campo, melhorar a estrutura da unidade para ter mais ação nas comunidades.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

Implementação do projeto de sustentabilidade sócio-ambiental com as aldeias do entorno e capacitação da sociedade.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Se envolvendo nos conselhos gestores e priorizando este tema nas discussões promovidas pela mesma.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Porto Seguro?

- Sim.
 Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

- Sim
a) Como? _____
b) Quais membros da Agenda 21 participam? _____
 Não. Por que? Não sei.

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R. Nenhuma, que eu saiba.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de Porto Seguro pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Não tenho opinião formada.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Luiz Fernando Guimarães Britto
- b) Nome da entidade / órgão / instituição que pertence: IBAMA
- c) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional Pau Brasil
- d) Município: Porto Seguro
- e) U.F: BA
- f) Telefone: 73-32816686
- g) E-mail: luiz.britto@ibama.gov.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. O ponto principal de minha gestão está sendo a instalação do Conselho Consultivo do Parque.

2) O Parque possui plano de manejo?

() Sim.

O plano de manejo inclui:

() questões sobre o entorno

() mapas que vão além dos limites da Unidade

(X) Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5 sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(3) governo municipal. Qual?

(5) governo federal

(2) governo estadual

(5) organizações não-governamentais

(5) setor produtivo/empresas

(3) mídia

(3) associações profissionais

(2) grupos religiosos

(2) instituições de ensino e pesquisa

(3) entidades de trabalhadores

(1) Agenda 21 Local. De qual município? Porto Seguro

(3) associação de moradores

() Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

() Sim.

(X) Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

falta de definição de sua zona de amortecimento
falta de definição das atividades que devem ser empreendidas no parque
questão fundiária
queimadas
empreendimentos turísticos

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Com planejamento adequado; com inclusão e participação da sociedade nas atividades do parque; com a melhoria da qualidade de vida das populações do seu entorno

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Implantada uma equipe de fiscalização periódica; há atualmente diálogo com os moradores do entorno sobre os conflitos que acontecem na região; a estrutura e equipe atual são boas, a sede é nova.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. A Agenda 21 pode contribuir levantando uma discussão do que se quer para o turismo, mudanças nas formas de produção e agricultura; promovendo educação ambiental no entorno do parque e qualificando o pessoal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que é fraco.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município Porto Seguro?

- Sim.
 Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

- Sim
a) Como?
b) Quais membros da Agenda 21 participam?
 Não. Por que?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de Porto Seguro pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. O tema ambiental deve ser privilegiado através da educação ambiental, abordando questões sobre o uso e manejo do fogo, principalmente.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Alessandro Marcuzzi
- b) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional do Descobrimento
- c) Município: Prado
- d) U.F: BA
- e) Telefone: (73) 2981145
- f) E-mail: pndescobrimento@bol.com.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. Estamos desenvolvendo programas de educação ambiental

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

- questões sobre o entorno
- mapas que vão além dos limites da Unidade
- Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (1) governo municipal. Qual?
- (4) governo federal
- (2) governo estadual
- (4) organizações não-governamentais
- (2) setor produtivo/empresas
- (1) mídia
- (2) associações profissionais
- (3) grupos religiosos
- (3) instituições de ensino e pesquisa
- (1) entidades de trabalhadores
- (1) Agenda 21 Local. De qual município?
- (4) associação de moradores
- Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

- extinção de espécies
- falta de pessoal para fiscalizar
- faltam parceiros
- caça
- madeireiros

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Com mais investimento

Agenda 21 de Prado
Parque Nacional do Descobrimento.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Estamos reformulando a equipe e aprimorando a gestão.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Não sei

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Prado?

() Sim.

(X) Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

() Sim.

a) Como? _____

b) Quais membros da agenda 21 participam

() Não. Por que ?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado (a): Nilo Ponce de Arruda Filho
- b) Nome da entidade/órgão/instituição a que pertence: IBAMA
- e) Município: Cuiabá
- c) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Chapada dos Guimarães
- d) Município: Cuiabá
- e) U.F: MT
- f) Telefone: (65) 6494094
- g) E-mail: nilo.arruda@ibama.gov.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.
R. O trabalho tem foco na contenção do desmatamento e da ocupação irregular.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(4) governo municipal. Qual? Cuiabá e Chapada dos Guimarães

(3) governo federal

(4) governo estadual

(4) organizações não-governamentais

(4) setor produtivo/empresas

(2) mídia

(1) associações profissionais

(1) grupos religiosos

(3) instituições de ensino e pesquisa

(1) entidades de trabalhadores

(1) Agenda 21 Local. De qual município?

(1) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui Conselho Gestor?

Sim.

Não. Por que? Está sendo revisto.

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

ocupação irregular no entorno do parque

loteamentos irregulares

garimpo

coleta de plantas

barragens nos leitos dos rios

Agenda 21 Local de Cuiabá
Parque Nacional Chapada dos Guimarães

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Com uma gestão eficiente.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Turismo sustentável

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Não sei.

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Cuiabá?

() Sim.

(X) Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

() Sim.

a) Como? _____

b) Quais membros da agenda 21 participam

() Não. Por que ?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Não sei.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Agenda 21 Local de Conceição do Mato Dentro
Parque Nacional da Serra do Cipó

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Henri Dubois Collet
- b) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Serra do Cipó
- c) Município: Santana do Riacho
- d) U.F: MG
- e) Telefone:
- f) E-mail: pnsc.mg@ibama.gov.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

- questões sobre o entorno
- mapas que vão além dos limites da Unidade
- Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

- (3) governo municipal. Qual?
- (4) governo federal
- (3) governo estadual
- (4) organizações não-governamentais
- (3) setor produtivo/empresas
- (2) mídia
- (2) associações profissionais
- (1) grupos religiosos
- (5) instituições de ensino e pesquisa
- (1) entidades de trabalhadores
- (3) Agenda 21 Local. De qual município?
- (2) associação de moradores
- Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

- 11. extrativismo
- 12. queimadas
- 13. impactos do entorno: gado
- 14. garimpo
- 15. _____

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Através do trabalho de regularização da área do Parque.

Agenda 21 Local de Conceição do Mato Dentro
Parque Nacional da Serra do Cipó

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Regularização da área e acordos com universidades.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Não sei

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Conceição de Mato Dentro?

Sim.

Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

Sim

a) Como?

b) Quais membros da Agenda 21 participam?

Não. Por que?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Não tenho opinião ainda.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Daniel Di Giorgi Toffoli
- b) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Serra da Bocaina
- c) Município: São José do Barreiro
- d) U.F.: SP
- e) Telefone: (12) 31172183
- f) E-mail: pnsb.rj@ibama.gov.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. Estamos organizando o pessoal.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(3) governo municipal. Qual?

(3) governo federal

(2) governo estadual

(4) organizações não-governamentais

(3) setor produtivo/empresas

(1) mídia

(1) associações profissionais

(1) grupos religiosos

(3) instituições de ensino e pesquisa

(1) entidades de trabalhadores

(1) Agenda 21 Local. De qual município? Porto Seguro

(3) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

16. desmatamento

17. caça

18. construções dentro do parque

19. queimadas

20. palmiteiros

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Através de ações de conscientização e educação ambiental.

Agenda 21 Local de Ubatuba
Parque Nacional da Serra da Bocaina

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Muitos projetos estão sendo implantados com a sociedade civil.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Não sei

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Ubatuba?

Sim.

Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

Sim

a) Como?

b) Quais membros da Agenda 21 participam?

Não. Por que?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de Ubatuba pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Não tenho opinião formada.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Agenda Local 21 de Macaé
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

a) Nome do entrevistado(a): Eduardo Jalles Jardim
b) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
c) Município: Macaé
d) U.F.: RJ
e) Telefone: (22) 27594102
f) E-mail: parnajurubatiba@ig.com.br, jalles1@uol.com.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. Minimizar os problemas como a pesca; organizar o turismo; tratar do problema da ocupação irregular dentro e no entorno do Parque.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(2) governo municipal. Qual? Macaé

(4) governo federal

(2) governo estadual

(5) organizações não-governamentais

(2) setor produtivo/empresas

(2) mídia

(4) associações profissionais

(2) grupos religiosos

(4) instituições de ensino e pesquisa

(5) entidades de trabalhadores

(4) Agenda 21 Local. De qual município? Macaé

(1) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui Conselho Gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

21. pesca predatória nas lagoas
22. monocultura no entorno do parque
23. ocupação desordenada no entorno assim como nos bolsões urbanos isolados dentro do parque
24. queimadas
25. caça

Agenda Local 21 de Macaé
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

R. Através de iniciativas como O PROGRAMA “JURUBATIBA SUSTENTÁVEL”, Turismo Sustentável de Base Comunitária.

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Turismo sustentável, e a construção do Plano de Manejo com a UFRJ

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Participando efetivamente do conselho consultivo do Parque Nacional

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município de Macaé?

(X) Sim.

() Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

(X) Sim

a) Como? Reuniões do conselho gestor.

b) Quais membros da Agenda 21 participam? _____

() Não. Por que?

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

Participando da construção do planejamento participativo com os conselheiros do PARNA e participando do conselho, como membro.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. Participando do conselho consultivo. Todos os casos mais importantes são levados para o conselho: geração de benefícios diretos às populações do entorno, definição de áreas para o turismo, para ajudar na consolidação da área protegida, minimização da pressão antrópica sobre o Parque e, conseqüentemente, na conservação da biodiversidade em escala global são algumas das questões.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Questionário – Consultando os chefes de Parques Nacionais

Identificação:

- a) Nome do entrevistado(a): Sonia Peixoto
- b) Nome do Parque Nacional onde é chefe: Parque Nacional da Tijuca
- c) Município: Rio de Janeiro
- d) U.F: RJ
- e) Telefone: (21) 2492 2252/2253
- f) E-mail: slpeixoto@uol.com.br

1) Descreva em poucas palavras os pontos principais de sua gestão como chefe do Parque Nacional.

R. Muitos projetos sendo implementados e todos os esforços para o trabalho de revisão do Plano de Manejo.

2) O Parque possui plano de manejo?

Sim.

O plano de manejo inclui:

questões sobre o entorno

mapas que vão além dos limites da Unidade

Não.

3) Entre os parceiros do Parque, os que mais contribuem para o processo são:

(numere os itens de 1 a 5, sendo 1 o que menos contribui e 5 o que mais contribui)

(4) governo municipal. Qual?

(5) governo federal

(2) governo estadual

(3) organizações não-governamentais

(4) setor produtivo/empresas

(4) mídia

(1) associações profissionais

(3) grupos religiosos

(4) instituições de ensino e pesquisa

(2) entidades de trabalhadores

(3) Agenda 21 Local. De qual município? Rio de Janeiro

(4) associação de moradores

Outros. Qual(ais)?

4) O Parque possui conselho gestor?

Sim.

Não. Por que? _____

5) Entre as ameaças para a conservação da biodiversidade do Parque, liste as 5 (cinco) principais:

26. aumento de favelas no entorno

27. ameaça da fauna

3.fiscalização precária

4.foco de incêndios

5.aumento da violência urbana na cidade

6) Como essas ameaças podem ser minimizadas?

Agenda 21 Local do Rio de Janeiro
Parque Nacional da Tijuca

R. Aumento de contingente da guarda municipal, federal; aumento da guarda patrimonial. Parceria com o Prevfogo assinada. Trabalho com comunidades projetos como: mutirão reflorestamento e ecolimite, favela bairro e bairrinho. Novo zoneamento aumentando o número de zonas primitivas. Minimizar os impactos dos visitantes com a diminuição da capacidade de carga

7) Atualmente, quais são as principais ações que o parque desenvolve para a conservação da biodiversidade?

R. Projetos Águas e UCs, com o BID, sistema de gestão e monitoramento do parque; programa de manejo de espécies exóticas visando restaurar o ecossistemas; Programa de Sustentabilidade Econômica.

8) A Agenda 21 Brasileira programa do PPA 2004-2007. Na sua opinião, de que forma uma Agenda 21 pode contribuir para a conservação de um Parque Nacional?

R. Mobilizando da sociedade em geral e maior interação com a administração e técnicos do Parque

9) O Sr./Sra. conhece a Agenda 21 do município do Rio de Janeiro?

Sim.

Não.

Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda às demais questões. Se negativa, pule para a pergunta 12.

10) A Agenda 21 participa das ações do Parque?

Sim

a) Como?

b) Quais membros da Agenda 21 participam?

Não. Por que? Atualmente está ausente.

11) Quais as ações já realizadas pela Agenda 21 deste município contribuíram para a conservação do Parque Nacional?

R. Ações de Mobilização, comunicação, integração com o programa de educação ambiental.

12) Na sua opinião, de que forma a Agenda 21 do município de pode contribuir para a conservação da biodiversidade do Parque?

R. As ações de mobilização, comunicação, integração com o programa de educação ambiental deveriam ser retomadas. Uma maior aproximação do Parque com a Agenda 21 pode se dar através da integração do Parque com projetos de desenvolvimento do município.

Obrigada. Foi muito importante sua participação nesta pesquisa !

Anexo 12 – Matriz-síntese dos questionários respondidos

MATRIZ 1 – SÍNTESE DE RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS CHEFES DE PARQUES NACIONAIS

- DADOS SOBRE O PARQUE NACIONAL												
1A	Parque Nacional		PN Monte Pascoal - BA	PN Pau Brasil - BA	PN da Serra do Divisor - AC	PN da Amazônia - AM-PA	PN da Serra da Bocaina - RJ/SP	PN do Descobrimento - BA	PN Restinga de Jurubatiba - RJ	PN da Tijuca -RJ	PN da Chapada dos Guimarães - MT	PN da Serra do Cipó - MG
1B	município associado		Porto Seguro	Porto Seguro	Mancio Lima	Itaituba	Ubatuba	Prado	Macaé	Rio de Janeiro	Cuiabá	Conceição de Mato
2	Plano de Manejo	sim	X		X	X	X	X		X	X	X
		não		X					X			
7	Conselho Gestor	sim			X	X	X		X	X		
		não	X	X				X				
	Ameaças	queimadas	X	X	X	X				X	X	X
		desmatamento			X							X
		caça	X		X			X	X	X	X	
		ocupação irregular no entorno do PN	X				X			X	X	X
		monoculturas	X							X		
		ausência de participação social				X						
	ausência de renda para a pop					X						
	ausência de conhecimento pela pop					X						
3	Temas relevantes no Plano de Manejo	questões sobre o entorno	X		X	X					X	X
		mapas								X		
6	Parceiros principais	ONG		X	X	X		X	X		X	X
		governo federal	X	X	X	X		X	X	X	X	X
		governo estadual										X
		governo municipal				X			X			
		empresa		X		X					X	X
2 - DADOS RELAÇÃO - PARQUE/AGENDA 21												
13	Conhecimento sobre a Agenda 21 local	sim	X		X	X	X	X	X	X		
		não		X					X			X
17	Agenda 21 local participa no Parque Como?	não	X					X				X
		Sim.Nas reuniões de conselho				X	X			X	X	
		educação									X	
18	Possibilidades da Agenda 21 para o Parque	turismo			X							
		Divulgação do PN				X	X				X	
		educação									X	
		conservação										
19	Recomendações sobre como Agenda 21 local pode contribuir para o parque	turismo				X	X		X			
		educação		X	X						X	X
		conservação				X	X		X			